DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

BRASÍLIA, quarta-feira, 27 de dezembro de 1972 — ANO V - Nº 196

Governador mostra a Arquitetos progresso de Brasília no processo de sua consolidação como Capital do País



Com mapas, "slides" e dados estatísticos, o Governador Hélio Prates da Silveira mostrou aos Arquitetos as realizações do GDF que resultaram no aceleramento do processo de consolidação da Capital do País.

Presentes o Professor Miguel Alves Pereira, Presidente do IAB, os Arquitetos Luiz Fisberg e Márcio Vilas Boas, e o Professor Caio Flávio Prates da Silveira, Chefe do Gabinete Civil do GDF

Para uma visita de cortesia ao Governador Hélio Prates da Silveira, esteve no Palácio do Buriti o Professor Miguel Alves Pereira, Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil. O Presidente do IAB se fazia acompanhar dos Srs. Luiz Fisberg e Márcio Vilas Boas, também arquitetos.

Na oportunidade, o Presidente do IAB falou da sua satisfação em visitar o Sr. Hélio Prates da Silveira, que além de Governador é também arquiteto e, por isso, um membro da entidade dirigida por ele, uma das mais respeitadas classes profissionais do Brasil.

Durante o encontro, o Governador fez um relato das principais medidas tomadas pela sua Administração, procurando mostrar aos visitantes os motivos e consequências de providências adotadas em relação ao Plano Piloto de Brasília. O governador Prates da Silveira mostrou, com dados técnicos através de mapas e "slides", item por ítem, as diversas áreas de Brasília que são objeto de atenção do GDF.

Prosseguindo, destacou os problemas solucionados nas cidades-satélites, locais que merecem especial atenção do GDF, por ali se encontrar 3/4 da população do Distrito Federal. O alto fluxo migratório e suas consequências; a erradicação das invasões, a construção de hospitais, postos médicos, represas, estradas, centrais telefônicas e elétricas, escolas e obras esportivas foram mostradas aos visitantes, tendo o Governador esclarecido por que, e para que, estavam sendo realizadas. Também o sistema de abastecimento de Brasília foi citado pelo Governador, exemplificando com a construção da CENABRA. Particularizou a situação do Banco Regional de Brasília, realçando os dividendos alcançados, que permitem outras realizações.

Durante longo tempo, o governador Prates da Silveira falou aos arquitetos sobre o DF, fazendo inclusive comparações, através de dados estatísticos, do progresso de Brasília, no processo de sua consolidação como Capital.

CLASSIFICAÇÃO DE SERVIDORES DO GDF



Em ato presidido pelo Governador Hélio Prates da Silveira, o Coronel Octávio Odílio de Oliveira Bittencourt e o Engenheiro Valdoir Menezes Ferreira tomaram posse como Secretário de Viação e Obras e Superintendente da Novacap, respectivamente

O Grupo Especial de Trabalho, criado através de decreto do Governador Prates da Silveira para implantar um novo plano classificação de cargos do serviço civil do DF, teve a sua Diretoria empossada pelo Secretário de Administração do GDF, Sr. Cid Ferreira Lopes Filho. A cerimônia realizou-se na Secretaria de Administracão.

Como Presidente do GT foi empossado o Sr. José Wenceslau Amaral, tendo ainda como membros o Sr. Pedro Caran Zuquim e a Sra. Marieta Cidade Agra Ramos.

Na oportunidade, o Secretário Cid Ferreira Lopes Filho falou sobre a importância daquele ato, manifestando sua confiança nos membros do GT para o desempenho da missão que virá beneficiar os servidores do GDF.

Em nome dos empossados falou o Sr. José Wenceslau Amaral, agradecendo a indicação de seus nomes para a função, prometendo um trabalho ardoroso e dedicado.

Compareceram também ao ato assessores e funcionários da Secretaria de Administração.

SEG muda-se: Anexo do Buriti

A Secretaria do Governo já iniciou a sua transferência para o Anexo do Palácio do Buriti, com a Divisão de Geografia e Estatística - DGE. Esta unidade vinha funcionando em salas alugadas no Edifício Seguradoras do IRB cujo contrato de locação encerra-se a 31 próximo.

A medida visa também atender à preocupação do Governador Hélio Prates da Silveira quanto à contenção de gastos de custeio, além de apressar a proximidade física com o Palácio, pois é um órgão de assessoramento direto do Governo. A SEG é a primeira Secretaria de Estado e se transferir para o Anexo.

A partir de segunda-feira, estão sendo transferidos, sucessivamente, a Coordenação das Administrações Regionais - CAR, a Seção do Pessoal, Documentação, Mecanografia, Assessorias e, por fim, o Gabinete do Secretário Joiro Gomes da Silva.

A transferência da SEG para o Anexo do Buriti atende a um cronograma de prioridade, de modo a não afetar o processo contínuo da Administração.(BI)

Parcelamento de débitos do ICM em até 5 anos

As empresas beneficiárias de mármore, granitos, madeira, cal, cerâmica e alcool anidro e exportadores de sisal estão autorizadas a parcelar, em até cinco anos, seus débitos para com o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias. Isto ficou estabelecido através de convênio assinado pelo Distrito Federal, do qual participam todos os Estados, durante a última reunião dos Secretários de Fazenda, no Rio.

Os signatários do convênio consideram não exigível o ICM anterior à vigência do Decreto-Lei 1.030, de 21 de outubro de 1969, no que se refere a mármore e granitos. Ficou estabelecido ainda, por este convênio, que "os signatários não corrigirão monetàriamente o débito" e que a primeira prestação do parcelamento deverá ser paga dentro de 90 dias.

O texto do convênio está publicado, na íntegra, no "DISTRITO FEDERAL", órgão oficial do GDF, que circulou no último dia 14.

SVO dá prazo a infratores

Todos aqueles que vêm ocupando áreas públicas em Brasília, e que indevidamente cercam o local com material de qualquer espécie, estão obrigados a demolir as cercaduras, até o dia 3 de janeiro, quando termina o prazo concedido para esta medida

A advertência está sendo feita pela Divisão de Licenciamento e Fiscalização de Obras, com base no Código de Edificações de Brasília. Acrescenta aquela Divisão da Secretaria de Viação e Obras que o não cumprimento desta determinação pelos infratores, implicará na demolição das cercas pelo Poder Público, sendo o material recolhido ao depósito, ficando ainda o responsável sujeito às multas previstas na legislação em vigor. (BI)

O Mais Belo Jardim de Sobradinho



O Secretário Joiro Gomes da Silva, do Governo, entrega a D. Maria Olézia da Silva o prêmio correspondente ao primeiro lugar no Concurso O Mais Belo Jardim de Sobradinho

Em solenidade realizada na sede da Administração Regional de Sobradinho, foram entregues os prêmios aos sete primeiros classificados no concurso "O Mais Belo Jardim de Sobradinho".

A classificação final e os prêmios foram distribuídos na seguinte ordem: 1o. lugar - Maria Olézia da Silva, residente a quadra 1, conjunto 1, lote 25, que somou 167 pontos e recebeu Cr$ 3.000,00; 2º lugar - Judite Nogueira, quadra 8, conjunto C, lote 24, com 126 pontos, Cr$ 1.000,00; 3º lugar - Ataíde Gonçalves, quadra 5, conjunto B, lote 53, perfazendo 125 pontos. Cr$ 800,00; 4º lugar - Francisco Felipe de Carvalho, quadra 9, conjunto E, lote 56, com 110 pontos, Cr$ 700,00; 5º lugar - Maria do Carmo Araújo, quadra 16, conjunto R, lote 16, totalizando 109 pontos, Cr$ 600,00; 6º lugar - Francisco U. de Souza, quadra 6, conjunto A. lote 36. com 103 pontos, Cr$ 500,00 e, em 7º lugar - Saul Balbino da Silva, residente à quadra 6, conjunto A, casa 12, com 102 pontos, Cr$ 400,00.

O certame foi promovido pela Administração Regional de Sobradinho, que ofereceu Cr$ 7.000,00 em prêmios aos primeiros colocados entre os vinte e sete selecionados.

À cerimônia estiveram presents o Secretário de Governo Joiro Gomes da Silva; Sr. Pedro Rodrigues de Souza, Administrador Regional de Sobradinho; Sr. Roosevelt Nader, Coordenador das Administrações Regionais, além de líderes da comunidade e familiares dos vencedores. (BI)

CURSO ATUALIZA FISCAIS DE OBRAS

Oitenta fiscais de obras das cidades-satélites iniciam dia 2 vindouro o Curso de Atualização em Fiscalização de Obras promovido pela Secretaria de Governo, com o objetivo de capacitar aqueles agentes ao pleno exercício da nova sistemática contida no recente Decreto 2.078, do Governador Hélio Prates da Silveira, que versa sobre as penalidades aplicáveis aos infratores do Código de Edificações.

O Curso de Atualização em Fiscalização de Obras se processará em Taguatinga, para os seus fiscais e os de Brazlândia; no Gama, também para os fiscais do Núcleo Bandeirante; e em, Sobradinho, atendendo ainda os fiscais de Planaltina.

O Ciclo de Palestras Básicas para o Curso de Atualização foi encerrado pelo Secretário Joiro Gomes da Silva, no Auditório da Novacap, tendo o conferencista falado sobre a utilidade do treinamento e da especialização no Serviço público, referindo-se, especificamente, àqueles que têm a responsabilidade de fiscalizar as obras naquelas áreas do DF.

Antes da palestra final do Sr. Joiro Gomes da Silva, o Sr. Luiz Gonzaga Theodoro, técnico do Departamento da Receita da Secretaria de Finanças, falou sobre a aplicação das multas previstas no Decreto 2.078.

Durante as palestras básicas para a preparação do Curso, falaram os senhores: Professor José Expedito Barbosa, Diretor do CEST; Professor Ruy de Medeiros Cunha, Assessor Técnico do Gabinete da SEG; Sr. Hélio Pereira Leite, assessor para Assuntos Locais da CAR; e o Sr. Luiz Gonzaga Theodoro. O Secretário de Governo abriu e encerrou as palestras (BI)

Cinema

O PARIA (Diamond Rush) - O título em português não condiz muito com o original deste filme de aventuras policialescas dirigido por Claude Carliez estrelado por Jean Marais (um dos maiores astros do cinema francês) e Maria José Nat. A história desenvolve-se em torno das ambições provocadas pelos diamantes, numa guerra entre aventureiros. Cine Brasília, censura 14 anos, às 14,30-16,20-18,10-20 e 21,50.

55 DIAS EM PEQUIM - Dezembro, fim de ano, férias escolares, é a época das reprise. Esta de Ray Nicholas com Charlton Heston e David Niven, é um filme de aventuras, passado no começo do século em plena revolta dos chineses contra o domínio inglês. Cine Cultura, censura 14 anos, às 14-16-18-20 e 22 horas.

A GUERRA DOS DÁLMATAS (One Hundred and one dalmatinns) - Um bom filme dos estudios de Walt Disney para esta temporada de férias escolares, dirigido por Wolfgang Reithermann, Hamilton Luske e Clyde Geronimi. O desenho conta a história de 15 cachorrinhos roubados por Kruela, uma mulher perversa que ama casacos de peles de cachorro. Todos os cachorros e outros animais da região unem-se para salvá-los. Cine Karin, censura livre, às 16 - 18 - 20 e 22 horas.

BATANGAS,ALEM DO INFERNO - Dennis Weaver e Vera Miles são os astros deste filme no qual se conta um epsódio da guerra entre japoneses e americanos no Pacífico. Cine Espacial, censura 14 anos, às 20 e 22 horas. O mesmo filme no Cine Nacional, às 20 e 22 horas.

A PANTERA COR DE ROSA (The Pink Panter) - Outro bom filme que volta. Na sua época, há cêrca de cinco anos, este filme de Black Edward fez sucesso em todo o mundo. Trata-se de uma comédia ridicularizando certos policiais, com David Niven e Cláudia Cardinale. Cine Atlantida, às 15,15 - 17,30 - 19,45 e 22 horas.

SEM MOTIVO APARENTE - Jean-Louis Tringtingnant e a belíssima Dominique Sanda são os astros deste filme

FCDF expõe Arte Romena

A Fundação Cultural do Distrito Federal e a Legação da Romênia inauguram, dia 29 vindouro, na Sala de Exposição do Setor de Difusão Cultural, às 21 horas, mostra da arte popular e erudita romena. Trata-se da última promoção cultural da FCDF este ano.

A mostra reunirá fotos nas quais são documentadas a vida artística do País, desde os mosteiros com pinturas de influência bizantina até as manifestações populares de artes plásticas, cerâmica, trajes típicos e reproduções de obras de artistas romenos.

DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal, editado pela SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - Divisão de Divulgação - Diretor Responsável: J.P. Batista - Redação e Administração: Setor Bancário Sul - Ed. Brasília - 12º andar, telefone 24-1303. Composição e impressão Oficinas do "Correio Braziliense", Setor de Indústrias Gráficas, telefone ... 23-3450. Assinatura anual: Cr$ 30,00, número avulso 0,20. Brasília, Distrito Federal.

CONTROLE DE MIGRAÇÃO NO DF

Os primeiros resultados apresentados pelos Centros de Triagem e Treinamento de Migrantes, instalados pela Fundação do Serviço Social em Anápolis e Luziânia, são altamente satisfatórios e provam que uma ação integrada, de âmbito regional, pode exercer efetivo controle do fluxo migratório.

Foi o que assinalou o Secretário de Serviços Sociais, Sr. Otomar Lopes Cardoso, ao receber do Diretor Executivo da Fundação do Serviço Social, Professor José Lucena Dantas, os relatórios da Assistente Social Olga do Nascimento Monteiro, sobre o funcionamento desses dois Centros.

O primeiro foi instalado em Anápolis, mediante convênio firmado entre a FSS do Distrito Federal e a Prefeitura Municipal daquela Cidade; o segundo, logo depois, também no segundo semestre deste ano, em Luziânia, por meio de convênio firmado entre a Fundação e uma entidade local, a Associação Pró-Desenvolvimento Social de Luziânia, com o apoio da Prefeitura da Cidade.

Os Centros recebem os migrantes de baixa renda que chegam às respectivas cidade, aloja-os, estudam seus casos e procura dar-lhes destino adequado, preparando-os inclusive para o mercado de trabalho das áreas urbanas, mediante cursos intensivos de formação de mão-de-obra. Essa parte do convênio, entretanto, de acordo com o relatório, somente no próximo ano deverá funcionar plenamente, pois como os Centros foram instalados recentemente não puderam integrar-se nos programas do SENAI, da L.B.A. e do PIPMO-MEC. Espera-se que isto ocorra em 1973.

O relatório sobre o funcionamento do Centro de Triagem e Treinamento de Migrantes de Anápolis revela que apenas 19% dos migrantes seguiram para Brasília, quando 62, 7%, inicialmente, demonstravam ter essa intenção. A maior parte – 52,4% – foi fixada em Anápolis e municípios vizinhos.

Verificou-se também que 32% dos migrantes recebidos em Anápolis vinham de São Paulo, com passagens pagas pelo Governo. Constituíam uma espécie de excessso de mão-de-obra, não absorvido pelo mercado de trabalho. Isto, segundo a Assistente Social Olga do Nascimento Monteiro, vem comprovar a necessidade de uma ação integrada entre os órgãos específicos de Brasília e de São Paulo. Nesse sentido, aliás, já foram dados os passos iniciais.

Os resultados de Luziânia não foram diferentes. Do total de migrantes recebidos pelo Centro de Triagem e Treinamento, 55,3% se fixaram naquela Cidade e 10,3% retornaram ao local de origem, ressaltando-se que boa parte dos que ali chegaram – 45,2% – já havia passado por Brasília e tinha sido encaminhada para áreas rurais. Isto demonstra,segundo os técnicos, que os Centros de Triagem e Treinamento situados na periferia do Distrito Federal podem não só amortecer o impacto do fluxo migratório sobre a Capital da República, como ainda contribuir para absorver, nas suas zonas rurais, o excedente do mercado de trabalho de Brasília.

"Esses dados estatísticos – assinalou o Secretário de Serviços Sociais – provam que nossa experiência está dando os resultados esperados e isto nos anima a prosseguir na construção de um verdadeiro anel de proteção ao redor de Brasília, instalando novos Centros nas cidades vizinhas".

Os convênios para o funcionamento dos Centros de Anápolis e de Luziânia encontram-se em fase de estudos para renovação e ampliação do seu alcance. O Prefeito de Anápolis, Sr. Henrique A. Santillo, e o secretário da Associação Pró-Desenvolvimento Social de Luziânia, Sr. Orlando Roriz, já solicitaram a renovação ao Secretário Otomar Lopes Cardoso. (BI)

Quando substituir um fuzível queimado por outro, e que este fundir-se também, recorra a um profissional para inspecionar o circuito elétrico.



AJUDA AS PATRULHAS MOTOMECANIZADAS - A manutenção e a assistência às patrulhas motomecanizadas das cidades-satélites serão feitas, de agora em diante, pela Fundação Zoobotânica do DF de acordo com o convênio assinado entre a Secretaria de Governo e aquele órgão. Pelo documento, a FZDF se responsabiliza pela lubrificação, manutenção e reposição de peças e acessórios daqueles equipamentos. O valor do convênio é de 160 mil cruzeiros, que correrá à conta do orçamento do DF-Secretaria de Governo. Assinaram o convênio o Secretário Joiro Gomes da Silva, de Governo, e o Presidente da Fundação Zoobotânica, Sr. Manoel Carneiro de Albuquerque Filho, Secretário de Agricultura e Produção, em cerimônia realizada no Gabinete da SEG. (BI)

SVO E NOVACAP TÊM NOVOS DIRIGENTES



Em ato realizado no Gabinete da SEA, o Secretário Cid Ferreira Lopes Filho empossou a Diretoria do Grupo de Trabalho criado pelo Governador Hélio Prates da Silveira para implantar o novo plano de classificação de cargos de serviço civil do GDF

O Coronel Octávio Odílio de Oliveira Bitencourt e o Engenheiro Valdoir Menezes Ferreira tomaram posse, respectivamente, como Secretário de Viação e Obras e Superintendente da Novacap, em ato realizado no saguão do Palácio do Buriti. A solenidade foi presidida pelo Governador Hélio Prates da Silveira.

"NOVO CAPÍTULO"

Após a assinatura do termo de posse, o Secretário de Viação e Obras falou também em nome do novo Superintendente da Novacap, fazendo um retrospecto de suas atividades junto à Codeplan, cuja Superintendência acaba de deixar. Lembrou sua atuação na implantação da Central de Abastecimento de Brasília, a que se referiu como "a caçula-gigante de proeficiente Administração do Governo Hélio Prates da Silveira". Louvou o desmembramento de competências ditado pela necessidade pragmática, afirmando que Novacap e Terracap passarão a constituir um capítulo novo na História da Capital Brasileira.

Disse ser um homem afeito aos desafios e por isto aceitava mais este, agradecendo a confiança nele depositada pelo Governador Prates da Silveira para os novos cargos.

Finalmente afirmou que "A atrofia da SVO, desde os promórdios de Brasília, como corolário da superestruturação da Novacap, hoje não mais existe nem se justifica. Um novo campo passo a se formar, com a necessidade da paulatina afirmação da nova Secretaria de Viação e Obras, como entidade do Governo, atuando a pleno vapor, dentro da largueza de suas responsabilidades, notadamente como coordenadora de todo um sistema e de obras públicas."

Presentes à solenidade todo o Secretariado do GDF, dirigentes de órgãos descentralizados, entre outras autoridades do Complexo Administrativo do DF e convidados.

OCATÁVIO ODÍLIO DE OLIVEIRA BITENCOURT

O novo Secretário de Viação e Obras do GDF é Tenente-Coronel da Reserva do Exército e Bacharel em Administração.

É natural de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, tendo nascido a 23 de abril de 1923. Fez os cursos primário e ginasial no Rio (GB) e em Porto Alegre, tendo feito Curso Científico na Escola Preparatória de Cadetes da Capital Gaúcha. A fase superior foi cursada na Academia Militar de Agulhas Negras, bacharelando-se em Administração pela Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e de Administração, do Centro Universitário de Brasília.

Em extensão fez Cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais na Guanabara; Técnica de Recursos Audiovisuais e sua aplicação na Educação, na UnB; Aperfeiçoamento de Professores, em Brasília; e Mercados de Capitais, no DF, entre outros.

Serviu na Assessoria Militar da Presidência da República, exercendo, no Exército, o comando de Unidades de tropas. Fora do Exército ocupou vários postos administrativos, inclusive na Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional. Chefiou a delegação do DF ao Conselho de Planificação Interamericano, realizado em Bogotá.

VALDOIR MENEZES FERREIRA

O Sr. Valdoir Menezes Ferreira, novo Superintendente da Novacap, é Major da Reserva do Exército e Engenheiro Civil.

É natural de São Gabriel, Rio Grande do Sul, onde nasceu a 11 de abril de 1929. Fez o Curso Secundário na Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre e o Curso Superior na Academia Militar de Agulhas Negras. Tem os seguintes cursos técnicos de aperfeiçoamento: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Engenheiro Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Estagiário da ADESG-Primeiro Ciclo de Estudos de Brasília.

Além das comissões e atividades pertinentes aos postos de aspirante a major, em várias Unidades do Exército, exerceu o cargo de Comandante e Instrutor-Chefe do Curso de Formação de Oficiais da Reserva da Arma de Artilharia, em Porto Alegre

Além de Conselheiro da Novacap, é membro do Conselho do Clube de Engenharia e Presidente da Federação Hípica de Brasília.



MAIS CASAS DA SHIS — A Sociedade de Habitações de Interesse Social-SHIS construirá mais 1.443 unidades residenciais em Taguatinga, no Setor L-Norte. Os contratos nesse sentido foram assinados, em ato realizado na sede da Superintendência da Sociedade. O prazo estipulado para a execução das obras é de 210 dias corridos. A SHIS se fez representar, no ato, pelo Superintendente Waldoir Menezes Ferreira. E as empresas construtoras, pelos Srs. José Bartolomeu de Farias, Milton Escoteguy e Edson de Castro Santos (R)

Não há lotes à venda na Ceilândia

Não existem lotes à venda na Ceilândia, não devendo, pois, os pretendentes, deixar-se enganar por pessoas que porventura ofereçam terrenos naquele núcleo habitacional.

A advertência está sendo feita pela Secretaria de Serviços Sociais, acrescentando que não há ninguém autorizado a realizar a transação, porque não existem mais lotes em disponibilidade na Ceilândia, e os que estão ocupados não podem ser cedidos. (BI)

Resultado do Concurso de Vitrinas de Natal

As firmas comerciais "Yara Boitique" e "Solomaq S/A, Máquinas e Materiais" foram classificadas respectivamente no primeiro e segundo lugares do Concurso de Vitrinas de Natal de 1972, promovido pelo Departamento de Turismo do Distrito Federal. Os prêmios oferecidos pelo Detur são de três mil e quinhentos cruzeiros.

Em terceiro lugar foi classificada a "Boutique Della Moglie" e, em quarto, a "Loja Pestalozzi".

A coordenação do Concurso oferecerá ainda os seguintes troféus às firmas classificadas: 1o. lugar, "Troféu Associação Comercial do Distrito Federal"; 2o. lugar, "Troféu Federação do Comércio"; 3o. lugar, "Troféu Clube dos Diretores Lojistas"; e, finalmente, 4o. lugar, "Troféu Diário de Brasília".

Compuseram a comissão julgadora, os Srs. Aldacyr Pinto Fernandes, da Associação Comercial do DF; Arel Assreuy, da Federação do Comércio; Estevão O. Neto, do Clube dos Diretores Lojistas; e Bruce Moreira da Costa, do Departamento de Turismo.

A entrega dos prêmios será realizada no dia 28, às 11 horas, no Gabinete do Diretor do DETUR (BI).

CINEMA

Filme a cores todo rodado em Brasília

Mozael Silveira, famoso homem de cinema, ligado a produções como "Os Machões", "A 300 Km à Hora" e outras, está em Brasília, fazendo um filme todo rodado em nossa Capital. Trata-se de uma película da melhor qualidade, e, pela primeira vez em sua vida bem jovem, Brasília será mostrada em longa metragem ao Mundo, num filme inteiramente a cores.

Já foram filmadas várias cenas nas mais diferentes regiões do Distrito Federal. E quando não dizemos cidade, é porque Mozael e sua equipe foram, também, à "Pousada do Rio Quente" para algumas cenas. E o brasiliense gostou. Até mesmo os que, vindo de outras cidades grandes, já conheciam o cinema em sua etapa de produção, vibraram em ver sua Cidade servir como palco de um filme colorido em 35 mm.

Os artistas principais são Antônio Marcos, Vanuza, Colé e Nico Nicolas.

Tudo isso é uma iniciativa do DETUR, cujo diretor Sr. Roberto Veloso, vislumbrou a extraordinária oportunidade de promover o Distrito Federal através do cinema. Por seu lado, a Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Governador do Distrito Federal, tendo à frente o seu Chefe Sr. Luiz Carlos de Oliveira Chaves está dando todo o apoio aos cineastras para que o filme tenha o êxito que é lícito esperar como resultante da eficiência de uma boa equipe e da atuação de excelentes atores. (D.L.)

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS ASSINADOS

DECRETO Nº 2.158, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1972.

Fixa novas tarifas para o serviço de transporte coletivo urbano de passageiros do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, incisos II e III, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e considerando a decisão do Conselho Interministerial de Preços, adotada em sessão do dia 29 de novembro de 1972 e, ainda, o que consta do processo nº 26.135/72,

DECRETA:

Art. 1º - O serviço de transporte coletivo de passageiros, nas linhas de ônibus urbanos do Distrito Federal, discriminadas neste artigo, passa a reger-se de acordo com as seguintes tarifas:

NOME DA EMPRESA	TARIFAS - CR$ C/DESCONTO	S/DESCONTO
VIPLAN- Viação Planalto Ltda.		
Guará/ Rodoviária	0,35	0,70
Gama / Taguatinga	0,40	0,80
S.M.U./ Hospital das Forças Armadas	0,25	0,50
Gama / Cruzeiro (via S.I.A.) ...	0,55	1,10
Sobradinho/ Planaltina	0,40	0,80
VIAÇÃO ALVORADA LTDA.		
Brazlândia/ Rodoviária	0,55	1,10
Circular Ceilândia/Taguatinga ..	0,28	0,55
SMIS-Norte/Sul	0,28	0,55
Comercial Norte/Sul	0,28	0,55
IRMÃOS MATSUNAGA LTDA.(Viação Pioneira) e VIAÇÃO PLANETA LTDA.		
Taguatinga Centro/Rodoviária ...	0,40	0,80
Taguatinga Sul/Rodoviária	0,43	0,85
Taguatinga Norte/Rodoviária	0,43	0,85
Ceilândia Sul/Rodoviária	0,43	0,85
Ceilândia Norte/Rodoviária	0,43	0,85
Brazlândia/ Rodoviária	0,55	1,10
SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASILIA LTDA.- T.C.B.		
Circular Paranoá Norte/Rodoviária	0,40	0,80
Circular Núcleo Bandeirante	0,40	0,80
Circular Aeroporto/Rodoviária ..	0,40	0,80
Circular Paranoá Sul/ Rodoviária	0,43	0,85

Art. 2º - As tarifas com desconto referem-se ao abatimento concedido aos estudantes, quando apresentarem a carteira estudantil oficial e mediante a entrega do "passe" adquirido por antecipação nas empresas de transportes coletivos.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor à zero hora do dia 31 de dezembro de 1972, revogadas as disposições em contrário.

DISTRITO FEDERAL, 27 de dezembro de 1972.
84º da República e 13º de Brasília

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador

PAULO DA FONSECA VIANA
Secretário de Serviços Públicos

DECRETO Nº. 2134 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1972.
Abre crédito suplementar no valor de Cr$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros) à dotação do orçamento vigente que especifica.
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o art. 5º, item II da Lei nº. 5.775, de 27 de dezembro de 1971, combinado com o art. 41, item I das Normas Gerais do Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1.964 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 26.005/72,
DECRETA:
Art. 1º. - Fica aberta à Secretaria do Governo do Distrito Federal, o crédito suplementar no valor de Cr$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros) nas seguintes dotações orçamentárias:
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros 400.000,00
3.2.0.0 - TRANSFERENCIAS CORRENTES
3.2.2.0 - SUBVENÇOES ECONOMICAS
3.2.2.3 - EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL
Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central
CODEPLAN.
02. - Outros Custeios 50.000,00
Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior, aberto de acordo com a autorização contida no art. 5º. da Lei nº. 5.775, de 27 de dezembro de 1.971, será financiado com os recursos a que se refere o item II do parágrafo 1º. do art. 43, da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 3º.- Os valores de que trata o presente Decreto integrarão, na proporção abaixo mencionada, as seguintes Atividades:
Programa 01 - Administração
Subprograma 01 - Administração
SEG/2.006 - Manutenção das Atividades da Secretaria
do Govenro 400.000,00
Subprograma 08 - Planejamento e Organização
COD/2.018 - Manutenção das Atividades da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central- CODEPLAN
50.000,00
Art. 4º.- O presente crédito integrará o Plano Trimestral de Aplicação, relativo ao 4º. Trimestre.
Art. 5º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Distrito Federal, 13 de dezembro de 1.972.
84º. da República e 13º de Brasília.
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador
JOIRO GOMES DA SILVA
Secretário do Governo
ANTONIO AVANCINI FRAGOMENI
Secretário de Finanças

(Republicado do "DISTRITO FEDERAL" Nº 189, de 14 de dezembro de 1972, página 5, por ter saído com lápso de revisão).

DECRETO Nº 2135, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1972

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil cruzeiros) à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o art. 5º, item II da Lei nº 5 775, de 27 de dezembro de 1971, combinado com o art. 41, item I das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4320,de 17 de março de 1964 e tendo em vista o que consta no Processo nº 25 699/72,

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal o crédito suplementar no valor de Cr$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil cruzeiros) nas seguintes dotações orçamentarias:
3.0.0.0. - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0. - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.3.0. - Serviços de Terceiros 1.300.000,00
4.0.0.0. - DESPESAS DE CAPITAL
4.3.0.0. - TRANSFERENCIAS DE CAPITAL
4.3.3.0. - AUXILIOS PARA OBRAS PUBLICAS Companhia de Eletricidade de Brasília - CEB. 1.000.000,00
Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior, aberto de acordo com a autorização contida no art. 5º, da Lei nº 5 775, de 27 de dezembro de 1971, será financiado com os recursos a que se refere o item II do parágrafo 1º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 3º - Os valores de que trata o presente Decreto integrarão a Atividade e o Projeto abaixo mencionados, na proporção que especifica.
Programa 09 - Energia
Subprograma 06 - Distribuição
SSP/2.034 - Custeio de Iluminação Pública 1.300.000,00
SSP/1.031 - Ampliação do Sistema de Iluminação Pública do Distrito Federal 1.000.000,00
Art. 4º - O presente crédito integrará o Plano Trimestral de Aplicação, relativo ao 4º Trimestre.
Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Distrito Federal, 13 de dezembro de 1972.
84º da República e 13º de Brasília.
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador
JOIRO GOMES DA SILVA
Secretário do Governo
ANTONIO AVANCINI FRANGOMENI
Secretário de Finanças

(Republicado do DISTRITO FEDERAL Nº 189, de 14 de dezembro de 1972, página 5, por ter saído com lapso de revisão)

DECRETO Nº 2137, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1972.
Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 593.000,00 (quinhentos e noventa e três mil cruzeiros) à dotação do orçamento vigente que especifica.
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o art. 5º, item II da Lei nº 5.775, de 27 de dezembro de 1971, combinado com o art. 41, item I das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº. 4 320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista o que consta no Processo nº 23737/72, DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto à Polícia Militar do Distrito Federal o crédito suplementar no valor de Cr$ 593.000,00 (quinhentos e noventa e três mil cruzeiros) nas seguintes dotações orçamentárias:
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0. - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.1.0 - PESSOAL
3.1.1.2 - Pessoal Militar - 113.441,20
3.1.2.0 - Material de Consumo - 251.558,80
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros - 70,000,00
3.1.5.0 - Despesas de Exercicios Anteriores - 80.000,00
4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL
4.1.0.0 - INVESTIMENTOS
4.1.4.0 - Material Permanente 78.000,00
Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior, aberto de acordo com a autorização contida no art. 5º da Lei nº 5 775, de 27 de dezembro de 1971, será financiado com os recursos a que se refere o item II do parágrafo 1º do art. 43 da Lei nº 4 320, de 17 de março de 1964.
Art. 3º - Os valores de que trata o presente Decreto integrarão, na proporção abaixo mencionada, o seguinte Projeto e Atividade:
Programa 07 - Defesa e Segurança
Subprograma 12 - Segurança Pública
PMDF/1.017 - Reequipamento da Polícia Militar do Distrito Federal...78.000,00
PMDF/2.026 - Manutenção das Atividades da Polícia Militar do Distrito Federal...515.000,00
Art. 4º - O crédito de que trata o presente Decreto, integrará o Plano Trimestral de Aplicação, relativo ao 4º Trimestre.
Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Distrito Federal, 13 de dezembro de 1972.
84º da República e 13º de Brasília.
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador

(Republicado do DISTRITO FEDERAL Nº 189, de 14 de dezembro de 1972, página 5, por ter saído com lapso de revisão)

DECRETO Nº 2139, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1972.
Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) à dotação do orçamento vigente que especifica.
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o art. 5, item II da Lei nº 5.775, de 27 de dezembro de 1971, combinado com o art. 41, item I das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista o que consta no Processo 25.853/72,
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, o crédito suplementar no valor de Cr$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) nas seguintes dotações orçamentárias:
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.2.0 - Material de Consumo... 120.000,00
4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL
4.1.0.0 INVESTIMENTOS
4.1.3.0 - Equipamentos e Instalações.. 260.000,00
4.1.4.0 - Material Permanente... 120.000,00
Art. 2 - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior, aberto de acordo com a autorização contida no art. 5º da Lei 5.775, de 27 de dezembro de 1971, será financiado com os recursos a que se refere o item II do parágrafo 1º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 3º - Os valores de que trata o presente Decreto integrarão, na proporção abaixo mencionada, a seguinte Atividade e Projeto:
Programa 07 - Defesa e Segurança
Subprograma 12 - Segurança Pública
SEP/2.025 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Segurança Pública.... 120.000,00
SEP/1.014 - Reequipamento da Secretaria e dos Órgãos de Segurança Pública do Distrito Federal.... 380.000,00
Art. 4º - O presente crédito integrará o Plano Trimestral de Aplicação, relativo ao 4º Trimestre.
Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Distrito Federal, 13 de dezembro de 1972.
84º da República e 13º de Brasília.
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador
JOIRO GOMES DA SILVA
Secretário do Governo
ANTONIO AVANCINI FRAGOMENI
Secretário de Finanças

(Republicado do "DISTRITO FEDERAL Nº 189, de 14 de dezembro de 1972, página 5, por ter saído com lápso de revisão).

DECRETO Nº 2140 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1972
Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 9.417,000,00 (nove milhões, quatrocentos e dezessete mil cruzeiros) à dotação do orçamento vigente que especifica, e cria Projeto no Anexo Orçamentário da Secretaria de Saúde.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o art. 5º, item II da Lei nº 5 775, de 27 de dezembro de 1971, combinado com o art. 41, item I das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4 320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista o que consta no Processo nº. 23724/72,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Saúde do Distrito Federal, o crédito suplementar no valor de Cr$ 9.417.000,00 (nove milhões, quatrocentos e dezessete mil cruzeiros) nas seguintes dotações orçamentárioas:
3.0.0.0. - DESPESAS CORRENTES
3.2.0.0. - TRANSFERENCIAS CORRENTES
3.2.1.0 - SUBVENÇÕES SOCIAIS
3.2.1.4 - INSTITUIÇÕES DO DISTRITO FEDERAL Fundação Hospitalar do Distrito Federal
01 - Pessoal e Encargos Sociais 3.217.000,00
02 - Outros Custeios 200.000,00
4.0.0.0. - DESPESAS DE CAPITAL
4.1.0.0. - INVESTIMENTOS
4.1.1.0 - Obras Públicas 210.000,00
4.3.0.0. - TRANSFERENCIAS DE CAPITAL
4.3.3.0. - AUXILIOS PARA OBRAS PUBLICAS Fundação Hospitalar do Distrito Federal 5.670.000,00
4.3.4.0 - AUXILIOS PARA EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES Fundação Hospitalar do Distrito Federal 120.000,00
Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior, aberto de acordo com a autorização contida no art. 5º da Lei 5 775 de 27 de dezembro de 1971, será financiado com os recursos a que se refere o item II do parágrafo 1º. do art. 43 da Lei nº. 4320, de 17 de março de 1964.
Art. 3º - Fica criado no Anexo Orçamentário da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, Programa 14 - Saúde e Saneamento e Subprograma 05 - Assistência Hospitalar Geral, o Projeto FHDF/1.N 058 - Construção do Hospital Distrital de Planaltina.

Art. 4º - Os valores de que trata o presente Decreto integrarão na proporção abaixo discriminada, os seguintes Projetos e Atividade:
Programa 14 - Saúde e Saneamento
Subprograma 04 - Assistência Médico Sanitária Geral
SES/1.044 - Construção de Postos de Saúde 210.000,00
Subprograma 05 - Assistência Hospi-

talar Geral
FHDF/1.046 - Conclusão do Hospital Distrital de Taguatinga 4.340.000,00
FHDF/1.047 - Conclusão do Hospital Distrital de Brazlândia 450.000,00
FHDF/1.N058 - Construção do Hospital Distrital de Planaltina 1.000.000,00
FHDF/2.038 - Manutenção das Atividades Médico-Hospitalares do Distrito Federal 3.417.000,00
Art. 5º - O presente crédito integrará o Plano Trimestral de Aplicação, relativo ao 4º Trimestre.
Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Distrito Federal, 13 de dezembro de 1972
84º da República e 13º de Brasília.
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador
JOIRO GOMES DA SILVA
Secretário do Governo
ANTONIO AVANCINI FRAGOMENI
Secretário de Finanças

(Republicado do "DISTRITO FEDERAL Nº. 189, de 14 de dezembro de 1972, página 5, por ter saído com lápso de emenda)

DESPACHOS

E.M. 19 72-SEA 14 de dezembro de 1972

Excelentíssimo Senhor Governador:

Em cumprimento ao disposto no Decreto-Lei nº 274, de 28 de fevereiro de 1967, tive a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência, através da Exposição de Motivos nº 04/70, de 27 de fevereiro de 1970, o aproveitamento, no Quadro Permanente de Pessoal do Distrito Federal, dos ocupantes de diversos cargos de nível superior, cuja aprovação por Vossa Excelência, ensejou os atos pertinentes, efetivando-se, dessa forma, o aludido aproveitamento.

Já, então, houvera se processado o aproveitamento dos ocupantes dos cargos integrantes da série de classe de magistério, ainda por ato de Vossa Excelência.

Ainda em atendimento ao previsto no parágrafo 1º, do artigo 54, da Lei nº 5437, de 16 de maio de 1968, que alterou o Decreto-Lei nº 274/67, tenho a renovada satisfação de propor a Vossa Excelência o aproveitamento dos funcionários nomeados ou admitidos mediante habilitação em concurso ou prova pública de caráter competitivo, que se fará em cargos de atribuições iguais ou equivalentes às daqueles que ocupam atualmente no Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.

Permito-me esclarecer a Vossa Excelência que tal aproveitamento independe de outras formalidades, podendo, assim, ser processado imediatamente.

A par dessa medida, proponho a Vossa Excelência o aproveitamento dos ocupantes dos demais cargos mediante:

1. prova de suficiência quando se tratar de ocupante de cargo de nível técnico de grau médio, portador de título de habilitação legal para o exercício da profissão;

2. conclusão de curso de treinamento específico, quando se tratar de ocupante de cargo não compreendido nos casos anteriormente indicados, tudo conforme prescrevem os diplomas anteriormente referidos e de conformidade com o Decreto nº 786, de 27 de agosto de 1968.

Por derradeiro, cabe-me informar a Vossa Excelência que a Secretaria de Governo, já ouvida, manifestou-se favoravelmente e informa que haverá um aumento anual de despesa de aproximadamente Cr$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil cruzeiros).

A alta consideração de Vossa Excelência.

Brasília, 14 de dezembro de 1972.

CID FERREIRA LOPES FILHO
Scretário de Administração

De acordo.
Autorizo o aproveitamento "ex-officio".
Autorizo a realização de prova de suficiência e curso de treinamento preliminares ao aproveitamento dos ocupantes dos demais cargos, no Quadro Permanente de Pessoal do Distrito Federal.
Brasília, 18 de dezembro de 1972.

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
GOVERNADOR

PARECER Nº. 086/72-2ª. SPRG.
PROCESSO Nº: 1135/70- 25.332/70
INTERESSADO: Serv. de Administração da Fundação Cultural.
ASSUNTO: Consulta sobre isenção de taxa rodoviária.
EMENTA: "Taxa Rodoviária. Isenção: regra interpretativa literal. Fundação Cultural: não reconhecimento".
RELATORIO:
Trata o presente processo de consulta que faz a Fundação Cultural do Distrito Federal sobre o recolhimento da Taxa Rodoviária para suas viaturas, em virtude de haver sido indeferido pelo Departamento da Receita seu pedido de reconhecimento de isenção, doc. de fls. e fls.
A matéria foi encaminhada ao Consultor Jurídico da Fundação tendo o mesmo entendido que a competência é da Procuradoria Geral.
Por distribuição do Sr. Dr. Procurador Chefe da 2ª. Subprocuradoria emito novo parecer, nos seguintes termos:
PARECER:
A Taxa Rodoviária federal foi instituida pelo Dec. 999/69 com o escopo de remunerar a utilização dos serviços públicos e a prestação do Poder de Polícia feito pelas unidades federativas. Para tanto se atribuiu competência arrecadadora ao Distrito Federal, aos Estados e Territórios no âmbito de suas jurisdições, bem como ISENÇÃO, para os veículos da União, dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios e respectivas autarquias, sociedades de economia mista ou empresas estatais, apenas enquanto subvencionados pela União, Estados, Dsitrito Federal, Territórios e Municípios, tudo sob a fiscalização específica do DNER.
Como se vê, não se encontram dentre as pessoas jurídicas de direito público e privado mencionadas a das Fundações.
Por sua vez o Sistema Tributário Nacional no capítulo IV, título I do livro Segundo, dispondo sobre interpretação da legislação tributária, preceituou que a outorga de isenção há que ser dada por interpretação literal do texto.
Ora se não consta o nome da Fundação dentre aquelas entidades alcançadas pelo art. 3º. do Dec. nº. 999/69, não há como se atribuir a isenção da taxa rodoviária às viaturas da Fundação Cultural do Distrito Federal, assim como das demais fundações do Distrito Federal.
É o parecer, S.M.J.
Brasília, 13 de novembro de 1972.
LUIZ CARLOS BOAVENTURA NEVES
Procurador
PROCESSO Nº: 1135/70
INTERESSADO: Serv. de Administração da Fundação Cultural
ASSUNTO: Consulta sobre isenção de taxa rodoviária.
Senhor Procurador-Geral.
Aprovo o Parecer nº. 86/72-2ª. SPRG de fls. 09/10.
Trata-se, neste processo, de aplicação e interpretação de lei federal com jurisdição em todo o território nacional.
Assim, no caso em exame, resta-nos examinar se a Fundação Cultural do Distrito Federal está beneficiada com a isenção prevista na lei.
No elenco dos beneficiados pelo instituto, somente num ponto podemos vislumbrar algum alcance do privilégio à entidade consulente: é quando figura o Distrito Federal como isento do pagamento da taxa, "ex vi" do 3º, letra "A" do Decreto Lei 999/69.
Fora daí, nenhuma menção expressa é feita às Fundações, pois não é autarquia, nem sociedade, de economia mista, nem empresa estatal.
Desta forma, só nos cabe examinar se se pode entender que a Fundação Cultural do Distrito se encontra abrangida pela isenção, quando se mencionou o Distrito Federal como incurso na exceção.
Ora, a Fundação Cultural é uma entidade de direito privado, com personalidade jurídica própria, muito embora integre o Complexo Administrativo do Distrito Federal.
Esta integração não significa a perda de sua personalidade jurídica própria e, consequentemente, não pode confundir-se com pessoa jurídica de direito público - o Distrito Federal.
Logo, ao se referir a lei ao Distrito Federal, não abrangeu a Fundação Cultural.
Eliminada esta possibilidade, não vamos encontrá-la em nenhum elemento componente do elenco isentado, mesmo que se prescinda dos princípios de interpretação restrita, estabelecido como normas de interpretação da legislação tributária, contida na Lei nº. 5172/66, nos casos de concessão de favores legais.
Pelas razões aduzidas no Parecer, e mais estas que me permito fazê-las, reflui a conclusão imperiosa de que a Fundação Cultural do Distrito Federal, bem como quaisquer outras em idênticas condições, não gozam da isenção prevista no Decreto-Lei 999 de 21 de outubro de 1.969. De consequência, estão sujeitas ao pagamento da "Taxa Rodoviária Unica".
Sugiro que a conclusão dada neste processo, seja tornada como norma para casos idênticos, bem como se faça a publicação do Parecer, se aprovado, para maior conhecimento e aplicação do que nele se estabeleceu.
Finalmente, esclareço que o presente processo foi retido neste Gabinete, por minha determinação, tendo em vista o aguardo de uma decisão judicial que muito interessava ao deslinde do estudo que ora fazemos.
E, como de fato, veio a decisão esperada e ela coaduna com a filosofia esposada neste Parecer, pois versa sobre a situação da Novacap no Complexo Administrativo do Distrito Federal.
Por isto, somente nesta oportunidade, solicitei parecer ao ilustre Dr. Procurador, com o qual me coloquei de acordo pelos seus jurídicos fundamentos, bem como, pelas luzes trazidas pela decisão da questão que esteve "sub-judice".
A consideração de V. Excelência.
Brasília, 1º de Dezembro de 1972.
Dr. ROBERTO PIRES BARBOSA
Procurador-Chefe- 2ª. SPRG.

Processo nº 25.332/70
Interessado: FUNDAÇÃO CULTURAL DO DF
Assunto: Setor de comunicação e arquivo
Senhor Govérnador
De acordo com o parecer 086/72-2ª. SPRG e aditamento do Procurador-Chefe às fls. 11 **usque** 13.
Entendo, também, se aprovadas as conclusões desta PRG, tenham elas caráter normativo, uma vez a espécie alcança as demais Fundações instituídas pelo Distrito Federal.
A superior consideração de Vossa Excelência.
PRG, 05 de dezembro de 1972
AMAURY JOSÉ DE AQUINA CARVALHO
Procurador-Geral
Aprovo o pronunciamento da PRG.
Publique-se, para cumprimento pelos órgãos interessados.
Brasília, 11 de dezembro de 1972
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
GOVERNADOR

PARECER Nº 151/71-1ª SUB-PROCURADORIA-GERAL
PROCESSO Nº 101.899/71
INTERESSADO: BANCO NACIONAL DE HABITAÇAO
ASSUNTO: Of. nº 2714-5739/71 da Coordenação Geral do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço comunicando decisão do Conselho Curador do FGTS.
EMENTA:
a) A opção pelo FGTS é direito típico de empregado;
b) Diretor de Empresa Pública ou de Sociedade de Economia Mista, ainda que conste de seus quadros, quando no exercício do cargo de Diretoria, não é, desenganadamente, empregado;
c) A remuneração dos Diretores das Sociedades de Economia Mista e das Empresas Públicas é matéria estranha ao Direito Obreiro;
d) Deve, **permissa venia**, a Administração Pública do DF dar ciência ao BNH, por um princípio de **comitas**, de sua posição;
e) Ainda que perdure um impasse na relação **sub examen** a prestação pela via jurisdicional deve ser o último caminho a ser perseguido, atendido que as relações entre os órgãos públicos devem ser as mais harmoniosas possíveis e os problemas delas resultantes resolvidos por gestão direta, em nome do interesse maior e geral.
Senhor Procurador-Chefe:
RELATORIO
1. Inicia-se o presente processo com um expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Governador, por S.Sa. o ilustre Coordenador Geral do FGTS;
2. O expediente, em síntese, contém o seguinte:
a) Comunica que o Egrégio Conselho Curador do FGTS decidiu que "aos exercentes dos cargos de diretoria de sociedades de economia mista, empresas públicas e autarquias cujo regime jurídico de pessoal seja o da Consolidação das Leis do Trabalho, ainda que não pertencentes aos quadros dessas entidades, se aplicam as disposições da Lei nº 5107, de 13 de setembro de 1966;
b) Comunica, ainda, que por decisão do aludido Conselho não se aplicará multa às entidades que realizarem os depósitos relativos àqueles diretores não pertencentes aos seus quadros, ou solicitarem o parcelamento desses valores, referentes até o mês da competência de outubro do corrente ano;
c) Esclarece que em consequência da referida decisão "o Presidente do BNH baixou instruções, consubstanciadas na Ordem de Serviço POS nº 04/71, dispondo sobre o referido parcelamento, que, poderá ser requerido dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias;
d) Por derradeiro explicita que "a opção que agora fôr exercida terá efeitos retroativos a 1º de janeiro de 1967 ou à data da posse no cargo, se esta última fôr posterior à do início da vigência da Lei nº 5.107/66;
e) Sua Excelência, o Senhor Governador exarou o seguinte despacho:
"A PRG para providências de interesse do DF".
3. O Exmo. Sr. Procurador Geral mandou ouvir esta 1ª SPRG, com a nota de urgência.
E o relatório.

II-PARECER
1. De plano, como o processo admite a possibilidade de aplicação de multa é preciso reiterar-se a hoje pacífica tese da total impossibilidade da aludida prática, entre órgãos públicos.
As razões são simples:
a) Os pareceres do Consultor Geral da República, uma vez aprovados pelo Presidente da República, obrigam os orgãos da Administração centralizada ou não, a lhe darem fiel cumprimento, logo que publicados no Diário Oficial;
b) O parecer 313-H é de clareza meridiana, no que conclui **verbis:** "Não é cabível a cobrança de multas e juros de mora entre pessoas de direito público".
c) Dir-se-á que as sociedades de Economia Mista e as Empresas Públicas, pelo menos, não são, **ex rigoris juris**, pessoas de Direito Público.
Essa hipótese engenhosa cai por terra com os próprios fundamentos do mencionado parecer, e, para não se alongar mais neste tópico, basta recordar-se que o douto pronunciamento em referência, não examinou senão as consequências de uma relação jurídica composta entre o então IAPETEC e a **Companhia de Navegação Costeira.**
d) E, pois, pacífica a tese de que não pode ser cobrada multa ou mora entre órgãos da Pública Administração, quer tenham personalidade de direito **público** ou **privado.**
e) Tão tranquila a posição assinalada que se torna despiciendo invocar-se aqui a nomenclatura de entes paraestatais com relação às sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas (Hely Lopes Meirelles), **ou de órgão semi-público** (Giron Tena) ou até mesmo **tertium genus** de que fala Andréa Arena, em "La Societá Comerciale Pubbliche".
2. Por outro lado, deve enfatizar-se que, sem embargo (observe-se a plena coerência das teses) dos "methodes de contraintes et de contrôle" exercidos pelo Poder Público sobre as aludidas empresas expostas com tanta clareza por Paul Roubier, citando Houin (in "Droits subjetifs et situations juridiques - Paris - 1963 - pág. 84 - **in fine**); ou mesmo a lição de J.M. Auby e Ducos - Ader, de que embora regidas básicamente pelo direito privado, (...)" elles deumerent bénéficiaires de certaines prérogatives ou subjections de droit public dans les regime de leurs bien et le leurs contrats" (in Grands Services Publics et Enterprises nationalles pags. 304-1ª edição - 1º trimestre 1969); ou ainda, as lições de Rivero e do mestre Waline, a saber:
" (...) le service public, normalement confié a des organimes publics, peut l'être aussi à des personnes privées ou à des enterprises, d'économie mixte.
(JEAN RIVERO, in "Droit Administratif" - 3ª edição - Paris 1967).
e "Du fait que les enterprises d'economie mixte sont, juridiquement, de personnes privés, la description de leur régime sort, em principe, du cadre d'un ouvrage de Droit Public.
Cepedant, le caractére d'intérêt géneral que présent leur activité d'un part, le fait que l'Etat a fourni une partie (le plus souvent, la majeure partie) de leur capital d'autre part, ont entrainé l'instituition d'un regime particulier de contrôle
Ce contrôle s'exerce à la fois de l'intérieur et de l'exterieur; et symétriquement par l'exercise de la faculté de satatueret celui de la faculté d'empêcher (Grifou-se).
(MARCEL WALINE - in "Précis de Droit Administratif" pág 508 - 1ª edição - Paris - 1969).
O fato é que a Constituição Federal dispõe, **ad litteram:**
Art. 179 - "As emprêsas privadas compete, preferencialmente, com o estímulo e o apoio do Estado, organizar e explorar as atividades econômicas.
Parágrafo 1º -...
Parágrafo 2 - Na exploração pelo Estado, da atividade econômica, as empresas públicas e as sociedades de economia mista reger-se-ão pelas normas aplicáveis às empresas privadas, inclusive quanto ao direito do trabalho e ao das obrigações".
3. Mesmo tendo em vista que não há confundir lei com a respectiva interpretação, ou seja embora as leis sejam as mesmas, a respectiva interpretação obedece aos princípios que lhe são próprios, a verdade é que o acima transcrito art. 170 com seu parágrafo 2º, apenas consignam orientação político-econômica. "Em outros têrmos, as atividades econômicas devem ser exploradas por particulares. A intervenção do Estado só se opera por exceção. Os parágrafos 2º e 3º, por sua vez, desejam impedir que o Estado fosse beneficiado por legislação especial, com o que frustaria a citada orientação". (V. notável sentença já transcrita em julgamento do MM. Juiz da Vara da Fazenda Pública Professsor Luiz Vicente Cernichiaro, na "Ação Renovatória proposta contra a NOVACAP (Empresa pública do DF), transcrita na "Revista Jurídica" da Procuradoria Geral do Distrito Federal, nº 10, págs. 270 **usque 272.**
4. Destarte, é pacífico que as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista são órgãos públicos, por definição legal. E por outras várias razões, em especial porque sujeitas às normas de contrôle e supervisão, por parte do Poder Público, embora devam reger-se *básicamente pelas normas de direito* privado, inclusive quanto ao direito do Trabalho (que aliás - **permissa maxima venia** não é a rigor direito **privado**) - aqui enfatizado por dizer de perto á matéria **sub examen** - não excluem a tutela também de direito público nem implicam tampouco na privatização do Estado.
Em outras palavras, as Sociedades de Economia Mista e as Empresas Públicas tutelam-se pela Lei das

Sociedades por Ações (Decreto-Lei nº 2.627, de 26.IX.1940, cf. art. 19, da Lei 3.708, de 10 de janeiro de 1919, quando tratar-se de sociedade por cotas) ainda que sujeitas às normas de controle e supervisão típicas de direito público.

Quanto a esta afirmação não podem pairar dúvidas. Caso haja, a simples leitura das disposições específicas e definidoras do Decreto-Lei 900/69 (Altera o Decreto Lei 200/67) as dissipam.

5. Com respeito ao aspecto salarial, é sabido de todos que a fixação da remuneração dos Diretores das Empresas é matéria disciplinada nos seus Estatutos (parágrafo 1º, alínea **b**, do art. 116, e art. 134 da LSA).

E, em assim sendo, tal remuneração é matéria estranha ao Direito Obreiro, como aliás, já consta de entendimento aprovado na área do Distrito Federal (Parecer 75/70 - 1ª SPRG).

Ademais, a jurisprudência é remansosa no particular, veja-se:

a) "Não há vinculação alguma entre a função de diretor da sociedade e o contrato típico de trabalho, pois a lei não estabelece trame de subordinação, ordem de sujeição nos horários de trabalho, percepção de salários, etc., eçemntos formadores do Contrato Obreiro, por excelência. (trecho de Acórdão) - Rec. Ext.nº 16.206-DF-STF-1ª turma-Rel. Ministro Ribeiro Costa.

b) "Se o empregado, eleito para as funções diretivas de Sociedade Anônima, tem suspenso o respectivo, contrato de trabalho enquanto durar a investidura, cujo prazo não se conta como de serviço efetivo, óbvio mente, aquele que **não seja empregado, quando tenha sido eleito pelos acionistas** é carecedor de ação nesta Justiça especializada". (Recurso Ordinário-TRT-1ª Região Relator Juiz Alvaro Ferreira da Costa Proc. 1450/57, julgado de 22.1.1958)-Grifou-se.

c) "**Durante o tempo em que o empregado exerce o cargo de direção de Sociedade Anônima, fica suspenso o contrato de trabalho,** não se lhe contando o tempo de serviço. (Recurso de Revista-TST) (2º Turma-Relator: Ministro Amaro Barreto da Silva-Proc. nº 2471/63, julgado de 16.12.63) Grifou-se.

d) "A remuneração correspondente ao exercício do mandato recebido da assembléia de acionistas constitui matéria estranha ao Direito do Trabalho, fugindo à Justiça especial competência para o julgamento das questões relacionadas com a mesma".

(Recurso de Resvista-TST 1ª turma-Relator: Des. Geraldo M.B. de Menezes - Proc. 2.040/60, julgado de 20.9.60).

Por outro lado dispõe a Lei 5.107, de 13.IX.68, **verbis:**

Art. 1º - Para garantia do tempo de serviço ficam mantidos os Capítulos V e VII do Título IV da Consolidação das Leis do Trabalho, assegurando, porém aos empregados o direito de optarem pelo regime instituído na presente lei".

Venia concessa, salvo demonstração fundamentada em contrário, quer parecer **contra legem** essa extensão do FGTS a quem, desenganadamente, **não é, nem pode ser, enquanto diretor, empregado.**

Com todo o devido respeito ao Egrégio Conselho Curador, e sem que se faça aqui **tabula rasa** do seu poder normativo, expresso no art. 12, da Lei 5107/68, por uma questão de hierarquia das leis, deve-se ficar com a disposição maior, até que chegue ao conhecimento da Administração do Distrito Federal quais as razões em que se louvou o Colendo Colegiado ao amparar sua decisão.

Daí, **permissa maxima venia**, poderá o Distrito Federal, tomar as seguintes atitudes:

a) convencer-se dos fundamentos da R. resolução do Colegiado e **dar-lhe cumprimento incontinenti;**

b) Não conformar-se, e, atendidos os princípios de **comitas administrativa** e os de interesse maior e geral que não se caracteriza senão pelo **interesse público**, proceder gestões diretas junto ao BNH para encontrar uma solução harmoniosa,

c) Caso não seja encontrada uma solução que atenda aos interesses do DF, que **data venia**, deve ser perseguida até os limites extremos, em último caso, então, deve ser pleiteada a desobrigação em epígrafe, pela via de prestação jurisdicional, através da ação específica.

4. Finalmente, não quer parecer expletiva a sugestão de que deve ser encaminhada uma cópia deste parecer, caso aprovado, ao BNH, não só por cortesia, mas para que a entidade se inteire da posição e respectivo embasamento do Distrito Federal quanto à matéria.

E o parecer,

sub censura

1ª SPRG, 29 de dezembro de 1971
CARLOS FERNANDO MATHIAS DE SOUZA Procurador

A consideração do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral.
Brasília, 13 de janeiro de 1972
CARLOS FERNANDO MATHIAS DE SOUZA
PROCURADOR-CHEFE, SUBSTITUTO

Processo nº 101.899/71
Interessado: BANCO NACIONAL DA HABITAÇAO
Assunto: FGTS comunica decisão do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
Senhor Governador
De acordo com o parecer nº 151/71-1ª SPRG que examinou profundamente a matéria, situado com precisão o entendimento já fixado por esta PRG, no que toca à situação jurídica do Diretor de Empresa descentralizada.
PRG, 17 de janeiro de 1972
AMAURY JOSE DE AQUINO CARVALHO
Procurador-Geral
Aprovo o parecer.
A PRG para adotar as providências sugeridas nos itens **b** e **c** das conclusões a que chegou o laudo técnico em exame.
Brasília, 07 de jafevereiro de 1972
HELIO PRATES DA SILVEIRA
GOVERNADOR

GABINETE CIVIL

ATOS DO CHEFE

PORTARIA No. 11, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1972

O CHEFE DO GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no § 1o, do Art. 17, do Capítulo III, das Normas para Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto no. 1913, de 30 de dezembro de 1971:

RESOLVE:

Alterar, na forma dos quadros anexos, os valores destacados pela Portaria de nº 10 de 24 de outubro de 1972.

Brasília, 21 de dezembro de 1972
CAIO FLÁVIO PRATES DA SILVEIRA
Chefe do Gabinete Civil

GABINETE DO GOVERNADOR

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA DE Nº 11 DE 21 DE DEZEMBRO DE 1972

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: GABINETE DO GOVERNADOR		
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO: Divisão de Material - SEA		
GAG-2.001-Manutenção das Atividades do Gabinete do Governador		
3.1.2.0 - MATERIAL DE CONSUMO	58.613,52	63.613,52
TOTAL	58.613,52	63.613,52

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA DE Nº 11 DE 21 DE DEZEMBRO DE 1972

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: GABINETE DO GOVERNADOR		
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO: Seção Financeira - GAG		
ATIVIDADES /E/ OU PROJETOS - ELEMENTOS		
GAG-2.001-Manutenção das Atividades do Gabinete do Governador		
3.1.3.0 - SERVIÇOS DE TERCEIROS	311.612,61	547.612,61
3.1.4.0 - ENCARGOS DIVERSOS	188.125,65	247.125,65
TOTAL	499.738,26	794.738,26

SUBCHEFIA
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO DO PESSOAL

ATOS DO CHEFE

DESPACHOS DO CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL

Salário família concedido:

SERVIDOR : Romulo José Almeidc Prates da Silveira

MATRICULA: 17 905
ASSUNTO : Salário Família
DESPACHO : Concedo salário família pela dependente: CARMEN LUCIA BULCÃO PRATES DA SILVEIRA, esposa, casamento realizado em 26.01.72. Autorizo pagamento a partir de janeiro de 1972.

FAUZE NAGIB SALIBA
Chefe da Seção de Pessoal
GAG

AGNALDO COBRA
Sub-Chefe do Gabinete Civil
(Substituto)

DEPARTAMENTO DE TURISMO

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 86 DE 26 DE DEZEMBRO DE 1972

O Diretor do DEPARTAMENTO DE TURISMO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parágrafo 1º. do Artigo 17, do Capítulo III, das Normas para Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº. 1.913, de 31 de dezembro de 1971.

R E S O L V E:

Alterar, na forma do quadro anexo, os valores destacados pela Ordem de Serviço do dia 04 de Dezembro de 1972.

BRASILIA-DF, 26 de dezembro de 1972

ROBERTO VELLOSO
Diretor

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO Nº 86 DE 26 DE DEZEMBRO 1.972

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: - DEPARTAMENTO DE TURISMO
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO: - SEÇÃO FINANCEIRA

ATIVIDADE E/OU PROJETO / ELEMENTOS		SITUAÇÃO ANTERIOR	SITUAÇÃO ATUAL	TOTAL
PROGRAMA - 01 ADMINISTRAÇÃO				
SUBPROGRAMA - 01 ADMINISTRAÇÃO				
TUR/2.002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DETUR				
Pessoal Civil	3.1.1.1	569.098,80	489.09880	
Material de Consumo	3.1.2.0	4.975,15	4.975,15	
Serviços Terceiros	3.1.3.0	89.254,35	89.254,35	
Transferencia Assistencia de Previdência Social	3.2.3.0	25.000,00	20.000,00	
Contribuição de Previdência Social	3.2.5.0	80.058,15	65.058,15	
TUR/2.003 - PLANEJAMENTO E DIVULGAÇÃO TURISTICA DO D.F.				
Encargos Diversos	3.1.4.0	169.467,57	169.467,57	
TUR/1.001 - RECUPERAÇÃO DOS ANEXOS DO LAGO E E OUTRAS OBRAS DO DETUR				
Obras Publicas	4.1.1.0	50.725,65	50.725,65	888.579,67

FRANCISCO ADALBERTO ROCHA
CHEFE DA SEÇÃO FINANCEIRA
DETUR G.D.F.

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE DEZEMBRO DE 1972

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto 1745, título III, capítulo I, inciso III, artigo 18, de 12.07.71.

R E S O L V E:

Autorizar MÁRIO DE CASTRO SOBRINHO Secretário Datilógrafo EC-10, deste Departamento a viajar para a cidade de Goiânia-GO, a serviço, no período de 26 a 28 de dezembro do ano em curso.

Brasília, 26 de dezembro de 1972
ROBERTO VELLOSO
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO No. 85
14 de dezembro de 1972

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto 1745, título III, capítulo I, artigo 18 e inciso III de 12.07.71.

RESOLVE:

Autorizar RENATO TASSO - Chefe da Seção de Recepção e Hospedagem-EC-05 da Divisão de Turismo, deste Departamento, a viajar para a cidade do Rio de Janeiro - GB, a serviço, no período de 18 a 22 de dezembro do ano em curso.

Brasília, 14 de dezembro de 1972
Roberto Velloso
Diretor

GABINETE MILITAR

ATOS DO CHEFE

PORTARIA DE 21 DE DEZEMBRO DE 1.972.

O Chefe do Gabinete Militar do Governo do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o artigo 48, incisos II e IX, do Decreto nº 1844, de 10 de novembro de 1.971,

RESOLVE:

Designar Paulo Jose Martins dos Santos, Major CB, Chefe do Serviço de Transportes, matrícula nº 17903, para substituir o Subchefe do Gabinete Militar do Governo do Distrito Federal, em suas férias no período de 21/12/72 a 20/01/73.

Distrito Federal, 21 de dezembro de 1.972
ABENANTE DE MELLO E SOUZA - Cel. PM
Chefe do Gabinete Militar do Governo do DF

PORTARIA DE 21 DE DEZEMBRO DE 1972

O Chefe do Gabinete Militar do Governo do Distriito Federal, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o artigo 48, inciso II e IX, do Decreto nº 1844, de 10 de novembro de 1.971,

RESOLVE:

Designar Antônio Fernando de Oliveira Brandão, Capitão PM, Oficial Adjunto de Informações, matrícula nº 17765, para substituir o Chefe do Serviço de Segurança, do Gabinete Militar do Governo do Distrito Federal, em suas férias no período de 21 de dezembro de 1.972 a 20 de janeiro de 1.973.

Distrito Federal, 21 de dezembro de 1.972
ABENANTE DE MELLO E SOUZA — CEL—PM
Chefe do Gabinete Militar do Governo do DF

PORTARIA DE 21 DE DEZEMBRO DE 1.972

O Chefe do Gabinete Militar do Governo do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o artigo 48, incisos II e IX, do Decreto nº 1844, de 10 de novembro de 1.971,

RESOLVE:

Designar Antônio Carlos Godinho Vieira, 2º Tenente CB, Assessor Militar, matrícula nº 18024, para substituir, acumulativamente, o Chefe do Serviço de Transportes e o Chefe do Serviço de Telecomunicações, do Gabinete Militar do Governo do Distrito Federal, em suas férias no período de 21 de dezembro de 1972 a 20 de janeiro de 1973.

Distrito Federal, 21 de dezembro de 1.972
ABENANTE DE MELLO E SOUZA - Cel. PM
Chefe do Gabinete Militar do Governo do DF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

DESPACHOS

Parecer nº. 41/72-S.R.J.P.
Ofício 324/72-CSP
Assunto: Distinção entre Laudo e Atestado.
Interessada: Coordenação do Sistema de Pessoal

RELATÓRIO

A Senhora Coordenadora do Sistema de Pessoal solicitou ao Serviço de Regime Jurídico de Pessoal pronunciamento quanto às definições de "atestado" e "laudo", assim como da necessidade do Serviço Médico daquela Coordenação de homologar laudos ou atestados médicos oriundos de órgão oficial, no que diz respeito à licenças inferiores ou superiores a 90 dias.

PARECER:

O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União dispõe:
Art. 98. Para a licença até noventa dias, a inspeção será feita por médicos da seção de assistência do órgão de pessoal admitindo-se, na falta, laudo de outros médicos oficiais ou, ainda, excepcionalmente, atestado passado por médico particular com firma reconhecida.
Páragrafo 1º. - No caso da parte final deste artigo, o atestado só produzirá efeito depois de homologado pelo órgão de pessoal com audiência da Seção Médica competente.
Vê-se, pois, que, para o caso de afastamento até 90 dias o exame de servidor será levado a efeito por médicos do órgão de pessoal, aceitando-se em sua ausência laudo de outros médicos oficiais ou ainda, em caráter de exceção, atestado firmado por médico particular, desde que tenha sua assinatura devidamente conferida por tabelião.
No caso do atestado ser passado por médico particular, seus efeitos serão válidos somente depois de homologado pelo órgão de pessoal após ouvida a Seção Médica competente.
A exigência contida nos dispositivos em análise, no sentido de ser o exame efetuado por médicos da Seção própria de pessoal ou por órgãos também oficiais é louvável, pois a administração deve estar consciente da gravidade da doença que acometeu o funcionário, para poder, com segurança, conceder-lhe afastamento mais prolongado.
Assim, se por acaso um servidor ficar doente, distante de seu local de trabalho, poderá recorrer aos serviços médicos oficiais e, na falta desses, disporá então de médico particular que atestará seu estado de saúde.
Ressalta da redação dada ao art. 98, citado, que o legislador usou a expressão "laudo" para os exames procedidos por médicos do Serviço Público e "atestado" para a inspeção feita por médicos particulares.
Entretanto, De Plácido e Silva em Seu Vocabulário Jurídico, define: "atestado": "Formado do latim attestatus, de attestare, indica o documento em que se fez a atestação isto é, em que se afirma a veracidade de certo fato ou a existência de certa obrigação - É assim o seu instrumento.
Atestado de Sanidade, atestação de que a pessoa goza de boa saúde".
"Laudo" Derivado do latim laudare (louvar, estimar) era antigamente, tomado no mesmo sentido de laudêmio.
Na linguagem atual, é empregado para exprimir a sentença ou decisão dos árbitros e parecer ou relatório dos peritos
"Laudo Pericial". É a designação dada à peça escrita pelo perito, na qual faz relatório de sua perícia, ou exame, respondendo aos quesitos formulados e dando as suas conclusões ou parecer.
Laudo Pericial, assim, é designação genérica, pois compreende qualquer espécie de perícia".
Já A. Almeida Júnior em suas "Lições de Medicina Legal" preleciona:
A atuação do perito é relatada por escrito, através de um documento denominado laudo ou relatório médico legal. A redação desse laudo deverá obedecer certas normas para permitir uma análise melhor por parte dos advogados e dos representantes da Justiça Pública, normas essas que podem variar de acordo com a natureza do exame a ser realizado.
Assim, o atestado que é a afirmação simples e por escrito de um fato médico e suas consequências, - segundo Souza Lima - deverá conter: o cabeçalho ou preâmbulo, a qualificação do examinando, a descrição sucinta do fato e a conclusão, também de forma sintética. O parecer, isto é, a resposta a uma consulta feita ao médico pelo interessado, precisará ter o preâmbulo, a descrição ou exposição, a discussão e as conclusões".
Dos conceitos expendidos e reproduzidos acima, conclui-se que, o atestado é o documento em que se afirma a veracidade de certo acontecimento ou a existência de uma determinada obrigação.
Como entende A.Almeida Júnior o atestado é a afirmação pura e simples de um fato médico e suas consequências.
Já o laudo é documento mais complexo e é utilizado, para traduzir decisão ou sentença de váríos árbitros ou relatórios de peritos.
O Atestado é firmado por um só médico enquanto o laudo o é por vários peritos.
Contudo, no caso da redação do art. 98. citado, a diferença estabelecida foi distinta da atrás citada. O legislador atribui aos médicos oficiais, isto é, do serviço público, a faculdade de se manifestarem mediante laudo e aos médicos particulares por intermédio de atestados.
No entanto, para a finalidade do artigo em tela ambos os documentos expressam uma só situação, ou seja, exame procedido em servidor para fins de licenciamento até 90 dias.
Na hipótese de atestado expedido por médico particular deve ser o mesmo homologado pelo órgão de pessoal depois de ouvido o serviço médico competente.
Todavia, o parágrafo 2º. do mesmo artigo enfocado aludindo à hipótese de não ser autorizada a licença ao funcionário examinado por médico particular, determina que o servidor volte às suas funções e, que os dias em que esteve ausente com amparo no atestado firmado por clínico particular sejam considerados como faltas justificadas, devendo o signatário do documento ser responsabilizado.
Quanto à necessidade do Serviço Médico da Coordenação do Sistema de Pessoal homologar laudos ou atestados médicos expedidos por órgão oficial no que diz respeito à concessão de licenças inferiores ou superiores a 90 dias, entendo que a resposta encontra-se no próprio artigo em discussão, em seu parágrafo primeiro.
A homologação pelo órgão de pessoal com a audiência do serviço médico próprio só é exigida em casos de atestados fornecidos por médicos particulares.
No que concerne aos pronunciamentos de médicos oficiais, não há necessidade de homologação pelo serviço médico desta Coordenação, em virtude da clareza do texto quando se refere "a parte final deste artigo". Não paira qualquer dúvida de que a parte final é a que se refere à exceção permitida, isto é, o atestado firmado por médico não oficial. Absurdo seria negar-se fé ao laudo ou atestado de médicos oficiais, ou seja, pertencentes ao Serviço Público.
Respondida a consulta formulada pela Coordenação de Pessoal no tocante à homologação de licenças até 90 dias, recomendadas por clínicos oficiais ou não, resta esclarecer a parte que diz respeito à licença superior a 90 dias.
Como o DASP já se manifestou sobre o assunto por parecer emitido no processo 9207/55, publicado no D.O. de 6.1.56, adoto-o e o reproduzo integralmente como se segue:
"O laudo médico não está sujeito à homologação. - Indaga o S.P.F. se na, hipótese de licença superior a 90 dias, o atestado médico está sujeito à homologação do órgão de pessoal, na forma prevista no parágrafo 1º. do art. 98 da Lei nº. 1711, de 28.10.52, esclarecendo que, em caso afirmativo, necessitará aquele Serviço, para concessão da licença em causa, do parecer conclusivo do Setor de Assistência Social, que, por sua vez, precisará conhecer o diagnóstico.
Do exame dos artigos 98 e 99 do E.F., verifica-se que ficou bem acentuada a diferença existente entre as duas modalidades de licença, uma vez que foram reguladas por artigos diversos.
Assim é que, para prazo igual ou inferior a noventa dias, se admite, excepcionalmente, atestado passado por médico particular, com firma reconhecida, dependendo, entretanto, a validade do mesmo da homologação pelo órgão de pessoal.
Na hipótese de licença por período superior ao limite acima indicado, o controle da Administração se manifesta de forma diversa, tendo em vista ficar a seu critério aceitar atestado médico, nos casos excepcionais em que julgue inconveniente ou impossível a ida da junta médica ao local onde reside o funcionário.
Por outro lado, segundo dispõe o parágrafo 2º. do art. 99 do E.F., se houver dúvida razoável quanto à veracidade do documento, poderá ser exigida pela autoridade competente nova inspeção.
Não há, portanto, necessidade de combinarem-se os dois artigos, a fim de exigir-se a homologação prevista no art. 98, parágrafo 1º., para a licença superior a 90 dias, tendo em vista que para esta só será válido o laudo de médico estranho ao serviço público se assim deliberar o órgão de pessoal na forma do art. 99, parágrafo 1º., da Lei nº. 1711, de 1952.
Quanto à segunda parte da consulta, é conveniente ressaltar o que estabelece o art. 100, da Lei nº. 1711, de 1952.
A proibição a que se refere esse artigo abrange todas as hipóteses que não se enquadrem nas exceções nele previstas uma vez que estando no mesmo discriminados os casos em que não se aplicam suas disposições todos os outros se acham sujeitos às suas restrições.
Não se poderá, pois, excluir do cumprimento dessa norma legal os atestados médicos que dependam da homologação exigida no art. 98, parágrafo 1º., ou aqueles a que se refere o art. 99, parágrafo 1º., ambos da Lei nº. 1711, de 1952, a menos que se trate de acidente, doença profissional ou quaisquer das moléstias referidas no art. 104, também do atual Estatuto.
Em face de tais conclusões, não vê esta D.P. razão para, nos casos como o que ora se examina, modificar-se o critério, o que aliás, contrariaria o art. 100 da Lei nº. 1711, de 1952."
Conforme entendimento esposado pelo DASP, para a licença superior a 90 dias não há necessidade de pronunciamento do Serviço Médico de Pessoal quando se tratar de laudos ou atestados médicos expedidos por órgão oficial, ficando, ressalvado, contudo, o direito da Administração exigir novo exame em caso de dúvida razoável, conforme permissivo estatuário, parágrafo 2º., do art. 99.
É o parecer, "sub censura".
Brasília, 21 de novembro de 1972
Serviço de Regime Jurídico de Pessoal
ROSA VILLA RIOS
Chefe

Senhor Secretário de Administração,
A fim de dirimir dúvidas quanto à interpretação dos artigos 98 e 99 e respectivos parágrafos da Lei nº. 1711/52, esta Coordenação solicitou o pronunciamento do Serviço de Regime Jurídico, para esclarecer a situação, que sinteticamente ficou assim definida:
a) - atestado é aquele firmado por médico particular;
b) - laudo é o que é firmado por mais de um médico integrante de órgão oficial.
Assim, o "atestado médico até 90 dias" deverá ser homologado pelo Serviço Médico desta Secretaria: o "laudo médico" independerá de homologação, ficando, "quando ultrapassar de 90 dias", em caso de dúvida, a critério dos médicos oficiais e exigência de novo exame.
Como reputo a matéria de real importância submeto-a à consideração de V.Exa., esclarecendo que estou de acordo com o parecer exarado.
Brasília, 6 de dezembro de 1972
LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Coordenadora do Sistema de Pessoal
Aprovo. Publique-se
Em 19-12-72.
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

COMISSÃO DE CLASSIFICAÇÃO E ACUMULAÇÃO DE CARGOS

702ª. REUNIÃO

PROCESSO Nº.: 22 871/71
INTERESSADO: VENCESLAU VAZ DA COSTA
ASSUNTO: ACUMULAÇÃO DE CARGOS
RELATOR: JOSÉ EXPEDICTO BARBOSA
DECISÃO:
O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:
"Indevida a percepção de remuneração por duas fontes de pagamento pelo exercício de uma só função, em que incorreu o funcionário VENCESLAU VAZ DA COSTA, no período de 1.10.71 a 1.4.72".
Brasília, 14 de novembro de 1972
LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR — PRESIDENTE EM EXERCICIO
ILDEU DINIZ — MEMBRO
JOSÉ DE QUEIROZ MESQUITA — MEMBRO
JOSÉ EXPEDICTO BARBOSA — MEMBRO

Senhor Secretário de Administração:
Submeto, nos termos do art. 2º. do Decreto "N" nº. 486, de 4.2.66, a presente Decisão à apreciação de Vossa Excelência.
Brasília 21 de novembro de 1972.
JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Presidente

PROCESSO Nº.: 22.871/71
INTERESSADO: VENCESLAU VAZ DA COSTA
ASSUNTO: PERCEPÇÃO INDEVIDA DE VENCIMENTOS

APROVO a decisão da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos.
Fixo o prazo de 30 (trinta) dias para que o funcionário VENCESLAU VAZ DA COSTA, Escriturário, nível 8-A, matrícula nº. 7 596, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, restitua à NOVACAP a importância recebida indevidamente, na qualidade de estagiário.
O interessado deverá fazer prova, junto à Coordenação do Sistema de Pessoal, da reposição acima referida.
Encaminhe-se o presente processo à Coordenação do Sistema de Pessoal
Brasília, 13 de dezembro de 1972
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO DO PESSOAL

ATOS DO CHEFE

ORDEM DE SERVIÇO
O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, do Serviço de Administração, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea A, do Decreto "N" no. 428, de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta O.I. 547/SPV/DP
RESOLVE:
Mandar LUCIMAR DE ARAÚJO; cargo SECRETÁRIA DATILÓGRAFO - GAB-D.D. nível FC-10, matrícula no. 14.405, ter exercício no GAB (DIVISÃO DE DIVULGAÇÃO), desta Secretaria.
Distrito Federal, 04 de dezembro de 1972.
ANTÔNIO MARDONIO RIBEIRO
Chefe da Seção do Pessoal - SEA
Substituto

CONCESSÃO DE SALÁRIO FAMILIA:

Mat. nº 00031
Servidor: Pedro Batista dos Santos
Despacho: Concedo salário família ao servidor pelo dependente: MARCOS BATISTA DOS SANTOS, filho, nascido em 06/10/72, e o pagamento a partir de OUTUBRO de 1972.
Requerim: 202/72-SP-SEA.
Mat. nº: 01706
Servidor: Pedro Virgulino da Silva
Despacho: Concedo salário família ao servidor pela dependente: VERA LUCIA DA CONCEIÇÃO SILVA, filha, nascida em 12/08/72, e o pagamento a partir de AGOSTO de 1972.
Requerim: 200/72-SP-SEA.
Mat. nº: 07574
Servidor: Donalva Caixeta Marinho
Despacho: Concedo salário família ao servidor pelo dependente: EDUARDO FREDERICO CAIXETA MARINHO, filho nascido em 17/10/72, e o pagamento a partir de OUTUBRO de 1972.
Requerim: 201/72-SP-SEA.
Mat. nº: 12383
Servidor: Altino Martins da Silva
Despacho: Concedo salário família ao servidor pelo dependente: NIVALDO FERREIRA DA SILVA, filho, nascido em 17/09/72, e o pagamento a partir de SETEMBRO de 1972.
Requerim: 203/72-SP-SEA.
Mat. nº: 12583
Servidor: Aparecido Francisco Borges
Despacho: Concedo salário família ao servidor pela dependente: ETELVINA MARIA DE JESUS, mãe, viúva, a partir de Agosto de 1969, e o pagamento a partir de JANEIRO de 1972. Quanto ao período anterior o servidor deverá requerer por Exercícios Findos.
Requerim: 206/72-SP-SEA
Mat. nº 10612
Servidor: Antonio dos Santos
Despacho: Concedo salário família ao servidor pelo dependente: ANTOMAR DOS SANTOS, menor, T.G.R., nascido em 13/06/72, e o pagamento a partir de SETEMBRO de 1972, conforme Têrmo de Guarda e Responsabilidade nº 2489/72, expedido pelo Juizado de MENORES DO DISTRITO FEDERAL.
Requerim: 207/72-SP-SEA.
Mat. nº: 10989
Servidor: Antônio Soares de Souza
Despacho: Concedo salário família ao servidor pelo dependente: MARCELO OLIVEIRA SOARES, filho, nascido em 15/08/72, e o pagamento a partir de AGOSTO de 1972.
Requerim: 204/72-SP-SEA.

Mat. nº: 13599
Servidor: Geraldo da Costa Reis
Despacho: Concedo salário família ao servidor pela dependente: ELIANE CRISTINA REIS, filha, nascida em 10/10/72, e o pagamento a partir de OUTUBRO de 1972.
Requerim: 205/72-SP-SEA.

PARTICIPE VOCÊ TAMBÉM DO GOVÊRNO ZELANDO PELOS BENS PÚBLICOS.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A T A da septingentésima trigésima terceira reunião do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, sob a Presidência do Engenheiro DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA.

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e dois, na sala de reuniões, na sede da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, realizou-se a 733a. reunião do Conselho de Administração, sob a Presidência do Engenheiro Delpho Pereira de Almeida, com a presença dos Senhores Conselheiros Inácio de Lima Ferreira, Geraldo Roberto Orlandi, Edilson Cid Varela, Valdoir Menezes Ferreira, Júlio Cesar de Rose e Antônio Henrique de Carvalho Ellery. Estiveram também presentes à reunião, o Senhor Consultor Jurídico da Superintendência, Doutor Dario Délio Cardoso e o Secretário que esta subscreve. Dando início ao exame dos processos constantes da pauta, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro INÁCIO DE LIMA FERREIRA que relatou os seguintes processos: 1) - Nº. . 03.599/72, em que a Coordenação de Arquitetura e Urbanismo solicita autorização para modificar a PLANTA CST - PR-17/1, assinalada em vermelho, referente a transformação de área de super-mercado para Igreja. Decisão: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Deptº Jurídico, aprova a modificação proposta, ouvido o egrégio Conselho de Arquitetura e Urbanismo, devendo o original e cópias retornarem ao Conselho para autenticação." 2) - Nº 21.183/72, onde INDÚSTRIAS VILLARES S/A. apresenta proposta para fornecimento e instalação de 02 elevadores elétricos, automáticos, destinados aos blocos "G" e "J" da ESCOLA NACIONAL DE INFORMAÇÕES do SNI. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, tendo em vista a urgência para conclusão da obra e o fato da existência de poucas firmas especializadas no ramo, dispensa a Tomada de Preços e autoriza a realização de "Convite" para fornecimento e instalação de 02 elevadores para passageiros, elétricos, automáticos, destinados aos blocos "G" e "J" da ESCOLA NACIONAL DE INFORMAÇÕES do SNI." 3) - Nº 37.108/72, que trata do termo de aditamento ao Convênio celebrado em 25-8-71, entre a CÂMARA DOS DEPUTADOS e a NOVACAP, regulando a administração pela Companhia, das obras de construção de um prédio anexo ao edifício sede da Casa Legislativa, em Brasília, DF. A decisão foi esta: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a assinatura de um termo de aditamento ao Convênio celebrado com a CÂMARA DOS DEPUTADOS, em 25-8-71, visando prorrogar o prazo de vigência do instrumento principal por 06 (seis) meses a partir da publicação do presente instrumento aditivo no Diário Oficial da União, para construção do edifício anexo ao edifício sede da CÂMARA DOS DEPUTADOS, em Brasília, DF." 4) - Nº 36.002/72, em que JOÃO MAURÍCIO FILHO propõe a compra do veículo marca Rural Willys, ano de fabricação 1965, placa CF-2693, de propriedade da NOVACAP, pelo valor de Cr$4.100,00, tendo em vista que na Concorrência nº 012/72 o mesmo não foi alienado. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, face o relatório da C.P.L., com base no disposto no Capítulo V, item 28, letra "d", da Instrução nº 163/70, autoriza a venda do veículo marca Rural Willys, ano de fabricação 1965, placa CF-2693, nº de ordem 12-23, motor nº B-4-183235, ao servidor desta Companhia JOÃO MAURÍCIO FILHO, pelo preço estipulado pela Comissão de Avaliação e constante do Edital nº 012/72-CPL, ou seja, Cr$4.100,00 (quatro mil e cem cruzeiros), devendo o pagamento ser efetuado à vista, mediante Guia de Recolhimento à Tesouraria Geral." 5) - Nº 37.105/72, referente ao termo de aditamento ao Convênio firmado entre a NOVACAP e o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, em 11-11-69, modificado pelos aditamentos de 21-12-70, 12-11-71 e 04-9-72, para a construção do Anexo do Edifício Sede do referido Tribunal. Decisão: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a assinatura de um termo de aditamento ao Convênio firmado em 11-11-69, entre esta Companhia e o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, visando referido termo prorrogar o prazo de vigência por mais 1 (um) ano." 6) - Nº .... 36.745/72, em que o Departamento de Edificações solicita aprovação de proposta para fornecimento e instalação de equipamentos de cozinha no Refeitório situado no 6º andar do Edifício Sede do MINISTÉRIO DA FAZENDA, em Brasília, DF. A decisão foi proferida nos seguintes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, tendo em vista as informações constantes do processo e dada a urgência requerida, autoriza a dispensa de licitação nos termos dos artigos 22, alínea "g" e 25 dos Estatutos Sociais da Companhia e aprova a proposta da firma ETERA - INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS S/A., para fornecimento e instalação de equipamentos da cozinha do Restaurante situado no 6º andar do Edifício Sede do MINISTÉRIO DA FAZENDA, em Brasília - Distrito Federal, pelo valor proposto de Cr$52.639,00 - (cinquenta e dois mil, oitocentos e trinta e nove cruzeiros) e prazo de 30 (trinta) dias contado a partir da assinatura do contrato." 7) - Nº .... 08.496/71, em que a C9.A.U. apresenta para autenticação, os originais das PLANTAS SBS PR-11/1, PR-12/1 e PR-13/1, respectivamente, referentes à projeção 32 - sub-solo, térreo e esplanada do Setor Bancário Sul. Decisão: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com sua decisão proferida na 731a. sessão, aprova os originais das PLANTAS SBS PR-11/1, PR-12/1 e PR-13/1 e assina as respectivas cópias." 8) - Nº 11.165/71 e anexos 17.769/71 e 18.111/72, em que a firma CARVALHO HOSKEN S.A. apresenta recurso à decisão da Diretoria, que aceitou, apenas em parte, a justificativa dos atrasos verificados na execução da obra do edifício sede do DETRAN. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator, resolve conhecer do recurso e dar-lhe provimento para, reformando a decisão da Diretoria, devolver a competência para o exame do mérito ao Sr. Superintendente, originariamente competente, por força do contrato e do edital convocatório da concorrência para aplicar multas, dosa-las e conseqüentemente relevar as em que haja incidido a empreiteira." A seguir, o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro GERALDO ROBERTO ORLANDI que relatou os seguintes processos: 9) - Nº 37.028/72, - que trata do termo de aditamento ao Convênio celebrado em 04-11-65, entre o SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR e a NOVACAP, já alterado pelos termos de aditamento firmados em 25-11-65, 30-6-66, 06-9-66, 03-3-67, 25-4-68, 25-8-70 e 12-8-71, regulando a administração pela Companhia, das obras de construção de edifícios residenciais, em Brasília. DF. Decisão: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a assinatura de um termo de aditamento ao Convênio celebrado com o SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, em 04-11-65, já alterado pelos termos de aditamento firmados em 25-11-65, 30-6-66, 06-9-66, 03-3-67, 25-4-68, 25-8-70 e 12-8-71, para prorrogar seu prazo de vigência até 30-6-73 e suplementar seu valor em Cr$.. Cr$1.218.400,00 (hum milhão, duzentos e dezoito mil e quatrocentos - cruzeiros) passando o valor do instrumento principal a ser de Cr$..... Cr$19.357.380,00." 10) - Nº 35.753/72, em que o Departamento de Edificações solicita aprovação de proposta para os serviços de concretagem, com fornecimento de materiais, destinados à obra do INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL. A decisão foi esta: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, considerando que a firma é a única especializada no ramo em Brasília e ainda a urgência requerida para a execução da obra, dispensa a licitação e aprova a proposta da firma CONCRETEX - SERVIÇOS E ENGENHARIA DE CONCRETO LTDA., para execução, com fornecimento de materiais, de aproximadamente 530 m3 de concreto usinado 210/Kgf/cm2 para a obra do INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL, pelo preço unitário de Cr$141,90 p/m3, - dando-se ao contrato o valor global estimado de Cr$75.207,00 (setenta e cinco mil, duzentos e sete cruzeiros), com uma variação de até 25% sobre o valor do contrato, para atender possíveis alterações na medição final e prazo de 04 meses contado a partir da data da ordem de serviço, ficando a proposta como parte integrante de contrato." 11) - Nº 37.027/72, relativo ao termo de aditamento ao Convênio celebrado em 26-7-68, entre o DISTRITO FEDERAL e a NOVACAP, já alterado pelos termos de aditamento firmados em 11-12-68, 28-3-69, 14-5-69, 29-12-69, 08-5-70, 23-12-70 e 29-6-71, regulando a administração pela Companhia, das obras de construção de uma unidade de ensino de 1º grau para a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Decisão: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a assinatura de um termo de aditamento ao Convênio celebrado com o DISTRITO FEDERAL, em 26-7-68, já alterado pelos termos de aditamento firmados em 11-12-68, 28-3-69, 14-5-69, 29-12-69, 08-5-70, 23-12-70 e 29-6-71, visando prorrogar seu prazo de vigência por 06 (seis) meses a partir de sua publicação no "Distrito Federal" e dar nova redação à cláusula Primeira do Termo de Aditamento firmado em 29-6-71, para construção de uma unidade de ensino de 1º grau, em Planaltina, DF." 12) - Nº 34.579/72, em que a SHIS - SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. consulta à NOVACAP sobre seu interesse na aquisição de apartamentos destinados ao pessoal de nível de Secretários de Estado. A decisão foi esta: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a aquisição através da SHIS, mediante Convênio a ser assinado entre as partes, de 5 (cinco) apartamentos funcionais a serem construídos na SQN-202, pelo valor aproximado de Cr$1.525.000,00 (hum milhão, quinhentos e vinte e cinco mil cruzeiros)." Em prosseguimento à reunião, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro EDILSON CID VARELA que relatou os seguintes processos: 13) - Nº 36.504/72, que trata do termo de aditamento ao Convênio firmado em 25-02-72, com a UNIÃO FEDERAL, para elaboração do projeto de decoração do andar nobre do PALÁCIO DO PLANALTO, em Brasília, DF. Decisão: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a assinatura de um termo de aditamento ao Convênio celebrado em 25-02-72, entre esta Companhia e a UNIÃO FEDERAL, para suplementar seu valor em mais Cr$300.000,00 (trezentos mil cruzeiros)." 14) - Nº 37.026/72, relativo ao termo de renovação ao Convênio celebrado em 12-8-69, entre o DISTRITO FEDERAL e a NOVACAP, já alterado pelos termos de aditamento firmados em 11-8-70, 23-11-71 e 29-12-71, regulando a administração pela Companhia de diversas obras para a SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, em Brasília, DF. A decisão foi esta: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a assinatura de um termo de renovação ao Convênio celebrado em 12-8-69, entre o DISTRITO FEDERAL e a NOVACAP, já alterado pelos termos de aditamento e de renovação firmados em 11-8-70, 23-11-71 e 29-12-71, para prorrogar seu prazo de vigência por mais 18 (dezoito) meses, a partir da publicação do presente instrumento de renovação no "Distrito Federal". Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro VALDOIR MENEZES FERREIRA, que relatou os seguintes processos: 15) - Nº 35.438/72, referente a dispensa de Tomada de Preços e autorização para realização de "Convite" para conservação de áreas ajardinadas e arborizadas, no Plano Piloto e adjacências, em Brasília, Distrito Federal. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, dispensa a licitação na modalidade de Tomada de Preços e autoriza a realização de "Convite" às firmas relacionadas às fls. 13, para execução dos serviços de conservação de áreas ajardinadas e arborizadas, no Plano Piloto e adjacências, em Brasília, Distrito Federal." 16) - Nº 37.254/72, onde a Diretoria para Assuntos Administrativos e Financeiros apresenta alteração do ORÇAMENTO ANALÍTICO DA COMPANHIA. Decisão: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, tendo em vista que o ORÇAMENTO ANALÍTICO ora apresentado corresponde em detalhes ao Orçamento já aprovado e com o qual se acha em perfeita consonância, aprova-o na forma apresentada." 17) - Nº 36.505/72, que trata do termo de aditamento ao Convênio firmado em 09-8-71, com o MINISTÉRIO DA FAZEN

DA, regulando a administração das obras de reconstrução do edifício sede daquele órgão, nesta capital. Decisão: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a assinatura de um termo de aditamento ao Convênio firmado em 09-9-71, entre esta Companhia e o MINISTÉRIO DA FAZENDA, para prorrogar seu prazo de vigência até 31 de março de 1973." 18) - Nº 37.028/72, relativo ao termo de renovação ao Convênio celebrado em 12-9-69, entre o SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR e a NOVACAP, já alterado pelos termos de aditamento firmados em 25-4-68, 25-8-70, 15-7-71, 28-12-71 e 26-6-72, regulando a administração pela Companhia, das obras de construção do edifício sede daquele Órgão, em Brasília, DF. A decisão foi esta: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a assinatura de um termo de renovação ao Convênio celebrado com o SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR em 12-9-69, já alterado pelos termos de aditamento e de renovação firmados em 25-4-68, 25-8-70, 15-7-71 e 26-6-72, para prorrogar o prazo de vigência do instrumento principal até 30-6-73, para construção do edifício sede do S. T. M., em Brasília, DF." 19) - Nº 36.793/72, em que a firma ATLAS - ESTRUTURAS E MONTAGENS LTDA. solicita pagamento de serviços extras executados na obra do MONUMENTO À BANDEIRA NACIONAL, - em Brasília, DF. A decisão foi proferida nos seguintes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, face a urgência dos serviços e tendo em vista que os referidos serviços extras foram autorizados pela fiscalização da obra, considerando que a firma se achava instalada no canteiro da obra com pessoal, material e equipamentos especializados, autoriza o pagamento direto à firma ATLAS - ESTRUTURAS E MONTAGENS LTDA. da fatura nº 202, no valor de Cr$43.055,50 (quarenta e três mil, cinquenta e cinco cruzeiros e cinquenta centavos), relativa a serviços extras realizados no MONUMENTO À BANDEIRA NACIONAL." Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro JÚLIO CESAR DE ROSE, que relatou os seguintes processos que lhe foram distribuidos: 20) - Nº 29.221/72, para execução, sob o regime de empreitada global, mediante aplicação de preços unitários, de meios-fios e calçadas, na área da DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS da F.E.D.F., em Brasília, DF. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, homologa o ato do Senhor Superintendente que autorizou "ad referendum" dos Órgãos Colegiados a dispensa de licitação na modalidade de Tomada de Preços e a realização de Convite e homologa o CONVITE nº 071/72-CPL realizado, contratando-se com a firma CONSTRUTORA MANDU LIMITADA a execução, sob o regime de empreitada global, mediante aplicação de preços unitários, de meios- fios e passeios, na área da DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS DA FEDF, em Brasília, DF, pelo acréscimo em percentagem única e global proposto de 9,0% (nove vírgula zero por cento), sobre os preços base de DVO, - constantes da Tabela de Preços de 30-6-72, atribuindo-se ao contrato o valor de Cr$40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) com uma variação de 20% (vinte por cento) para mais ou para menos e prazo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da expedição da "ordem de serviço". 21) - Nº ... 37.106/72, relativo ao termo de aditamento ao Convênio firmado em 28-11-63, já modificado pelos termos de aditamento e de renovação assinados em 21-8-67, 03-12-68, 23-12-68, 18-8-70, 18-10-70, 23-12-70, 24-8-71 e 18-8-72, para execução pela NOVACAP, de obras complementares no edifício sede do TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, em Brasília, DF. Decisão: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a assinatura de um termo de aditamento ao Convênio firmado em 28 de novembro de 1963, entre esta Companhia e o TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, para execução de obras complimentares no edifício sede do referido Tribunal, visando prorrogar o prazo de vigência do Convênio até 30 de junho de 1973." 22) Nº 37.107/72, que trata do termo de aditamento ao Convênio celebrado em 02-9-71, entre o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL e a NOVACAP, regulando a administração pela Companhia do acabamento do prédio anexo ao edifício sede daquele Tribunal, em Brasília, DF. A decisão foi esta: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a assinatura de um termo de aditamento ao Convênio celebrado com o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL, em 02-9-71, visando suplementar seu valor em mais Cr$... Cr$2.615.665,37 (dois milhões, seiscentos e quinze mil, seiscentos e sessenta e cinco cruzeiros e trinta e sete centavos) e prorrogar seu prazo de vigência até 30-6-73, para conclusão do prédio anexo ao edifício sede daquele Tribunal, nesta capital." 23) - Nº 37.221/72, em que o Departamento de Edificações solicita aprovação de proposta para execução dos serviços de concretagem com fornecimento de materiais para o piso da GARAGEM DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, considerando ser a firma a única especializada em Brasília e ainda a urgência requerida para execução da obra, autoriza a dispensa de licitação e aprova a proposta da firma CONCRETEX - SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE CONCRETO LTDA. para execução, com fornecimento de materiais, de aproximadamente 1.100 m3. de concreto 28-200/Kg/cm2. ao preço de Cr$140,80/m3. totalisando Cr$154.880,00 (cento e cinquenta e quatro mil, oitocentos e oitenta cruzeiros), devendo o valor do contrato conter uma variação de até 20% (vinte por cento), para atender a possiveis alterações na medição final, ficando estipulada a data de 1º de fevereiro de 1973 para conclusão dos serviços, devendo ficar como parte integrante do contrato a proposta da firma." 24) - Nº 38.338/72, que trata da aprovação de proposta, mediante dispensa de licitação, para execução de "brise-soleil" para o edifício sede do MINISTÉRIO DA FAZENDA, em Brasília, Distrito Federal. A decisão foi proferida nos seguintes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, nos termos dos artigos 22, alínea "g" e 25 dos Estatutos Sociais da Companhia, dispensa a licitação e aprova a proposta da firma IRMÃOS GRAVIA LTDA., para execução de aproximadamente 650 m2 de um tipo especial de "brise-soleil", idealizado pela proponente, para o edifício sede do MINISTÉRIO DA FAZENDA, em Brasília, Distrito Federal, pelo valor global de Cr$..... Cr$84.870,50 (oitenta e quatro mil, oitocentos e setenta cruzeiros e cinquenta centavos), sendo que a entrega não deverá ultrapassar a data de 31/12/72." 25) - Nº 33.915/71, em que a firma ELDORADO HOTEIS DE BRASÍLIA LTDA. solicita a compra do lote 4 da Quadra CS - Setor Hoteleiro Sul. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator, autoriza a venda do lote 4, Quadra CS, Setor Hoteleiro Sul a ELDORADO HOTEIS DE BRASÍLIA LTDA., nos termos da Resolução 77/72, cujas exigências foram cumpridas pelo requerente." Finalizando, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro ANTÔNIO HENRIQUE DE CARVALHO ELLERY, que relatou o processo: 26) - Nº .... . 36.747/72, onde o Departamento de Edificações solicita aprovação de proposta, mediante dispensa de licitação, para fornecimento e instalação de equipamento de ar condicionado no Refeitório situado no 6º andar do Edifício Sede do MINISTÉRIO DA FAZENDA, em Brasília, Distrito Federal. A decisão foi esta: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, tendo em vista o que consta do processo e a exiguidade do prazo para conclusão da obra, dispensa a licitação, nos termos dos artigos 22, alínea "g" e 25 dos Estatutos Sociais da Companhia, e aprova a proposta da firma SOCIEDADE de REFRIGERAÇÃO ÁUREA LTDA., para fornecimento e instalação de equipamento de ar condicionado no Refeitório situado nº 6º andar do Edifício Sede do MINISTÉRIO DA FAZENDA, em Brasília, Distrito Federal, pelo valor global de Cr$78.158,00 (setenta e oito mil, cento e cinquenta e oito cruzeiros) e prazo de 30 dias contado a partir da data de aprovação pela NOVACAP dos desenhos de execução." Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar, eu, ADILSON DE FARIA, Secretário, lavrei a presente ata que, lida e aprovada vai por mim subscrita e assinada pelos Senhores Conselheiros presentes.

DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA

INÁCIO DE LIMA FERREIRA

GERALDO ROBERTO ORLANDI

EDILSON CID VARELA

VALDOIR MENEZES FERREIRA

JÚLIO CESAR DE ROSE

ANTÔNIO HENRIQUE DE CARVALHO ELLERY

Sessão nº. 734ª. realizada em: 06.12.72

PROCESSO Nº: 38.361/72
REFERENCIA: Contrato de prestação de serviços a ser celebrado entre a C.E.B. e a NOVACAP.
DECISÃO
O Conselho com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a assinatura do contrato de prestação de serviços entre a COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASILIA e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, regulando a execução por esta Empresa, através do D.P.J. de serviços paisagísticos nas residências oficiais da C.E.B., nos termos da minuta anexa.
Relator: Conselheiro VALDOIR MENEZES FERREIRA.
a) - DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) VALDOIR MENEZES FERREIRA
a) ANTONIO HENRIQUE DE CARVALHO ELLERY
a) JULIO CÉSAR DE ROSE
a) GERALDO ROBERTO ORLANDI.

Nº 2
PROCESSO Nº: 38.110/72
REFERENCIA: diretoria para assuntos administrativos e financeiros - apresenta o ORÇAMENTO SINTÉTICO DA COMPANHIA Para o exercício de 1973.
DECISÃO
O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, tendo em vista que o ORÇAMENTO ora apresentado, está de acordo com o que determina as normas orçamentárias, aprova-o na forma apresentada.
Relator: Conselheiro VALDOIR MENEZES FERREIRA.
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) VALDOIR MENEZES FERREIRA
a) ANTONIO HENRIQUE DE CARVALHO ELLERY
a) JULIO CÉSAR DE ROSE
a) GERALDO ROBERTO ORLANDI

Nº 3
PROCESSO Nº: 18.413/72 - anexos 23.152 e 33.209/72
REFERENCIA: Termo de Renovação ao Convênio celebrado em 20.6.67, entre o TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS e a NOVACAP, já alterado pelos termos de aditamento firmados em 04.12.68, 19.6.69, 23.12.69, 11.3.70, 12.6.70, 05.02.71 e 06.12.71, regulando a administração pela Companhia, das obras de construção do Edifício Sede daquele Tribunal, em Brasília, DF.
DECISÃO
O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a assinatura de um termo de Renovação ao Convênio celebrado com o TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS em 20.6;67, já alterado pelos termos de aditamento de 04.12.68, 19.06.69, 23.12.69, 11.3.70, 12.6.70, 05.02.71 e 06.12.71, para prorrogar seu prazo de vigência até 30.4.73 e suplementar seu valor em Cr$ 246.000,00 (duzentos e quarenta e seis mil cruzeiros), passando o valor do instrumento principal a ser de Cr$ 6.839.000,00.
Relator: Conselheiro VALDOIR MENEZES FERREIRA.
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) VALDOIR MENEZES FERREIRA
a) ANTONIO HENRIQUE DE CARVALHO ELLERY
a) JULIO CÉSAR DE ROSE
a) GERALDO ROBERTO ORLANDI.

Nº 4
PROCESSO Nº: 15.490/72
REFERENCIA: COMERCIIAL CONSTRUTORA STECCA S/A - solicita pagamento de serviços extras executados na obra de ampliação do CONGRESSO NACIONAL, em Brasília, D.F.
DECISÃO
O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza o pagamento à firma COMERCIAL CONSTRUTORA STECCA. S/A, da importância de Cr$ 297.327,98 (duzentos e noventa e sete mil, trezentos e vinte e sete cruzeiros e noventa e oito centavos), relativa a serviços extras executados na obra de ampliação do CONGRESSO NACIONAL, em Brasília D.F., objeto do Contrato nº 304/70 e seus termos de aditamento nºs 374/70 e 195/71, sem necessidade de novo aditamento contratual, tendo em vista tratar-se de obra concluída.
Relator: Conselheiro VALDOIR MENEZES FERREIRA.
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) VALDOIR MENEZES FERREIRA
a) ANTONIO HENRIQUE DE CARVALHO ELLERY
a) JULIO CÉSAR DE ROSE
a) GERALDO ROBERTO ORLANDI.

Nº 5
PROCESSO Nº: 35.052/72
REFERENCIA: Departamento de Edificações - apresenta proposta para execução de diversos reparos e melhoramentos, nos elevadores nºs 11.312/15 - BR, 11.611-BR e 11.315-BR do edifico sede do MINISTÉRIO DA FAZENDA.
DECISÃO
O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, tendo em vista tratar-se de manutenção de elevadores fabricados pela proponente dispensa a licitação e aprova a proposta da firma INDUSTRIAS VILLARES S/A, para execução dos serviços de diversos reparos e melhoramentos nos elevadores do Edifício Sede do MINISTÉRIO DA FAZENDA, dando-se ao contrato o valor de Cr$ 32.000.00 (trinta e dois mil cruzeiros) e prazo para entrega dos serviços até 31.12.72.
Relator: Conselheiro ANTONIO HENRIQUE DE CARVALHO ELLERY
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) ANTONIO HENRIQUE DE CARVALHO ELLERY
a) VALDOIR MENEZES FERREIRA
a) JULIO CÉSAR DE ROSE
a) GERALDO ROBERTO ORLANDI.

Nº 6
PROCESSO Nº: 35.402/72
REFERENCIA: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR apresenta proposta da firma CONSTRUTORA ELDORADO LTDA., para mudança dos pisos dos pilótis dos blocos H, J e K da SQS. 115.
DECISÃO
O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, considerando que a firma se encontra instalada na SQS. 115, realizando serviços de acabamento de dois blocos de apartamentos nas projeções 1 e 2, destinadas ao Superior Tribunal Militar e tendo em vista a autorização daquele Tribunal no presente processo, dispensa a licitação, autorizando-se a CONSTRUTORA ELDORADO LTDA., a executar os serviços de substituição dos pisos dos pilotis dos Blocos H, J e K da SQS. 115, pelo valor global de Cr$ 254.352,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e dois cruzeiros), devendo a despesa correr à conta do Convênio nº 189/71 (Processo nº 11.711 - 7º aditivo).
Relator: Conselheiro VALDOIR MENEZES FERREIRA.
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA

a) ANTONIO HENRIQUE DE CARVALHO ELLERY
a) VALDOIR MENEZES FERREIRA
a) JÚLIO CESAR DE ROSE
a) GERALDO ROBERTO ORLANDI.

Nº. 7
PROCESSO Nº 31026/72
REFERENCIA: Cº.A.U.-solicita autorização para proceder a subdivisão da área de reserva nº 10, da Quadra 13, da CSS, em 27 lotes residenciais, conforme consta do desenho EP 7/1
DECISAO
O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Jurídico, autoriza as modificações solicitadas, devendo o original e cópias retornarem ao Conselho para autenticação, ouvido o Conselho de Arquitetura e Urbanismo.
Relator: Conselheiro VALDOIR MENEZES FERREIRA
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) GERALDO ROBERTO ORLANDI
a) VALDOIR MENEZES FERREIRA
a) ANTONIO HENRIQUE DE CARVALHO ELLERY
a) JÚLIO CESAR DE ROSE.

Nº. 8
PROCESSO Nº 78 618/70
REFERENCIA: Re-ratificação das decisões proferidas pela Diretoria e Conselho de Administração, em suas 832ª e 722ª sessões, respectivamente, de interesse da firma CLAY MENDES.
DECISAO
O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a dicisão da Diretoria, re-ratifica sua decisão proferida na 722ª sessão, para retificar o valor dos serviços extras, executados pelo firma CLAY MENDES na obra do reservatório d'água da Capitania dos Portos, para Cr$ 24.622,45 (vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e dois cruzeiros e quarenta e cinco centavos) ficando as demais condições da referida decisão inalteradas.
Relator: Conselheiro VALDOIR MENEZES FERREIRA
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) VALDOIR MENEZES FERREIRA
a) ANTONIO HENRIQUE DE CARVALHO ELLERY
a) JÚLIO CESAR DE ROSE
a) GERALDO ROBERTO ORLANDI

Nº. 9
PROCESSO Nº 32.989/64
REFERENCIA: Cº.A.U. - encaminha, para autenticação, o original e cópias da PLANTA SCS PR-25/1, referente a alteração das locações e gabarito das projeções 22 e 24 do SCS, já devidamente aprovada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo.
DECISAO
O Conselho, com o voto do Relator e de acordo como que consta do processo, aprova a PLANTA SCS PR-25/1 e assina as respectivas cópias.
Relator: Conselheiro VALDOIR MENEZES FERREIRA
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) VALDOIR MENEZES FERREIRA
a) ANTONIO HENRIQUE DE CARVALHO ELLERY
a) JÚLIO CESAR DE ROSE
a) GERALDO ROBERTO ORLANDI

Nº. 10
Processo nº: 38.394/72
REFERENCIA: Termo de Aditamento ao convênio celebrado em 29.11.68, entre o SENADO FEDERAL, CAMARA DOS DEPUTADOS e a NOVACAP, regulando a administração pela Companhia, das obras de ampliação do Edifício Principal (Bloco das Lideranças) do Congresso Nacional.
DECISAO:
O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a assinatura de um termo de aditamento ao convênio celebrado com o SENADO FEDERAL, CAMARA DOS DEPUTADOS e a NOVACAP, em 29.11.1968, visando prorrogar o prazo de vigência do instrumento principal por mais 03 (três) meses, contado a partir da publicação do presente aditivo no Diário Oficial da União.
Relator: Conselheiro ANTONIO HENRIQUE DE C. ELLERY
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) ANTONIO HENRIQUE DE CARVALHO ELLERY
a) JÚLIO CESAR DE ROSE
a) GERALDO ROBERTO ORLANDI
a) VALDOIR MENEZES FERREIRA

Nº. 11
PROCESSO Nº 50478/69
REFERENCIA: Cessão ao DISTRITO FEDERAL da área localizada à SQS 308, destinada a Jardim de Infância, constante da PLANTA PR-118/9, para a Secretaria de Educação e Cultura.
DECISAO:
O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a cessão da área destinada a Jardim de Infância, localizada na SQS 308, ao DISTRITO FEDERAL, para uso da Secretaria de Educação e Cultura, ouvida a douta Assembléia Geral.
Relator: Conselheiro ANTONIO HENRIQUE DE C. ELLERY
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) ANTONIO HENRIQUE DE CARVALHO ELLERY
a) JÚLIO CESAR DE ROSE
a) GERALDO ROBERTO ORLANDI
a) VALDOIR MENEZES FERREIRA

No. 12
Processo no. 34.632/72
Referência: CONSTRUTORA E INCORPORADORA ALDORADO S/A - apresenta orçamento referente a diferença na substituição do vidro liso para vidor cristal bronze fumê colocados na obra do Anexo do S.T.F.
DECISÃO:
O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, face o constante do processo e considerando que o Contrato no. 076/72, firmado com a CONSTRUTORA E INCORPORADORA ELDORADO S/A, não possui cláusula de variação de preços, autoriza a lavratura de um termo de aditamento ao mesmo, para:
a)- suplementar o valor do contrato em Cr$ 302.107,54, referente a serviços extras de substituição do vidro liso de 4mm para vidro cristal fumê de 6mm nas fachadas do Anexo do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL,
b)- acrescentar na cláusula DÉCIMA um parágrafo, estipulando a variação de até 25% (vinte e cinco por cento), para mais ou para menos a fim de atender a possíveis alterações do projeto e especificações no decorrer da obra.
Relator: Conselheiro ANTÔNIO HENRIQUE C. ELLERY.
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) ANTONIO HENRIQUE DE CARVALHO ELLERY
a) VALDOIR MENEZES FERREIRA
a) JÚLIO CESAR DE ROSE
a) GERALDO ROBERTO ORLANDI.

No. 13
Processo no. 17.085/72
Referência: SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS- Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda - T.C.B. - apresenta o BALANÇO GERAL, referente ao exercício de 1971,
DECISÃO:
O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, aprova o Balanço Geral da SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA. - TCB, referente ao exercício de 1971.
Relator: Conselheiro ANTÔNIO HENRIQUE C. ELLERY
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) ANTÔNIO HENRIQUE DE CARVALHO ELLERY
a) VALDOIR MENEZES FERREIRA
a) JÚLIO CESAR DE ROSE
a) GERALDO ROBERTO ORLANDI.

No. 14
Processo no. 38.111/72
Referência: DIRETORIA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS - apresenta o ORÇAMENTO ANALÍTICO DA COMPANHIA para o exercício de 1973.
DECISÃO:
O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a Decisão da Diretoria, aprova o ORÇAMENTO ANALÍTICO ora apresentado, vinculando apenas sua validade à publicação que aprova o Orçamento Sintético.
Relator: Conselheiro ANTÔNIO HENRIQUE DE C. ELLERY.
a)- DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) ANTÔNIO HENRIQUE DE C. ELLERY.
a) JÚLIO CESAR DE ROSE
a) GERALDO ROBERTO ORLANDI
a) VALDOIR MENEZES FERREIRA.

No. 15
Processo no.: 30.825/72
Referência: SHIS - SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA - solicita a aquisição dos lotes constantes das Quadras - 09, 11, 13, 15, 17, 19, 21 e 23 do Setor "L" Norte e 42, 44, 46, 48, 50, 52, 54 e 56 do Setor "J" Norte da cidade satélite de Taguatinga.
DECISÃO:
O Conselho com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria,
RESOLVE:
a)- autorizar a venda de 2.208 lotes residênciais situados nas Quadras 09, 11, 13, 15, 17, 19, 21 e 23 do Setor "L" Norte da cidade satélite de Taguatinga, relacionados às fls. 02 a 28, à SHIS - SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA., ao preço de Cr$10,00 (dez cruzeiros) por metro quadrado, ficando a cargo da mesma as obras de infra-estrutura;
b)- determinar ao Departamento Econômico que proceda um minucioso estudo com referência a destinação dos lotes que estão sendo acrescidos no Setor "J" Norte de Taguatinga, para apreciação do pedido da SHIS em separado.
Relator: Conselheiro ANTÔNIO HENRIQUE DE C. ELLERY.
a) - DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) ANTÔNIO HENRIQUE DE CARVALHO ELLERY
a) VALDOIR MENEZES FERREIRA
a) JÚLIO CESAR DE ROSE
a) GERALDO ROBERTO ORLANDI.

No. 16
Processo no.: 29.196/72
Referência: Contratação do Engenheiro JOSÉ CARLOS PASSERINI para a elaboração dos projetos de instalações elétricas e hidráulicas do ESTÁDIO DE BRASÍLIA.
DECISÃO:
O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, tendo em vista o que consta do processo e considerando o disposto no art. 83 da Lei 5.194, de 12-12-66, autoriza a contratação do Engenheiro JOSÉ CARLOS PASSERINI para execução do projeto de instalações elétricas e hidráulicas do Estádio de Brasília, pelo valor global de Cr$107.000,00 (cento e sete mil cruzeiros) e prazo de 70 dias, contado da assinatura do contrato, devendo fazer parte deste as propostas e pareceres da Divisão Técnica do Departamento de Edificações.
Relator: Conselheiro JÚLIO CESAR DE ROSE.
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) JÚLIO CESAR DE ROSE
a) ANTÔNIO HENRIQUE DE CARVALHO ELLERY
a) VALDOIR MENEZES FERREIRA
a) GERALDO ROBERTO ORLANDI

Nº 17
Processo nº: 32.648/72
Referência: CONVITE Nº 088/72-CPL para execução de obras de urbanização na SQN-103, em Brasília-DF
DECISAO:
O Conselho com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, homologa o ato do Senhor Superintendente que autorizou "ad referendum" dos Orgãos Colegiados, a dispensa de licitação na modalidade de Tomada de Preços e a realização de "convite" homologando este, para contratação da firma IRFASA S/A - CONSTRUÇÕES, INDUSTRIA E COMÉRCIO, para execução, sob o regime de empreitada global, mediante aplicação de preços unitários de obras de urbanização na SQN-103 - em Brasília - Distrito Federal, pelo acréscimo em percentagem única e global proposto de 9,48% sobre os preços da tabela base do DVO de 30-06-72, atribuindo-se ao contrato o valor de Cr$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil cruzeiros), com uma variação de 20% para mais ou para menos, ficando o prazo para conclusão das obras fixado em 120 dias, contado da data da expedição da "Ordem de Serviço".
Relator: Conselheiro JÚLIO CESAR DE ROSE.
a) - DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) - JÚLIO CESAR DE ROSE
a) - GERALDO ROBERTO ORLANDI
a) - ANTONIO HENRIQUE DE CARVALHO ELLERY
a) - VALDOIR MENEZES FERREIRA.

Nº 18
PROCESSO Nº 32 350/72
REFERENCIA: Cessão ao DISTRITO FEDERAL do lote nº 06 - Quadra 24 - Setor Tradicional de Brazlândia, para construção de residência do Comissário daquela Jurisdição Policial.
DECISÃO
O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, concorda com a transferência da propriedade do lote 06 - da Quadra 24 - do Setor Tradicional de Brazlândia, ao DISTRITO FEDERAL, para o uso da SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA ouvida a douta Assembléia Geral.
Relator: Conselheiro JÚLIO CESAR DE ROSE.
a) - DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) - ANTONIO HENRIQUE DE CARVALHO ELLERY.
a) - VALDOIR MENEZES FERREIRA
a) - GERALDO ROBERTO ORLANDI
a) - JÚLIO CESAR DE ROSE.

Nº 19
Processo nº 15.222/72
Referência: Reversão ao Patrimônio da União do lote nº 02 do Setor Cultural Norte.
DECISÃO:
O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, encaminha o processo à douta Assembléia Geral, opinando pela reversão do lote nº 02 do Setor Cultural Norte ao Patrimônio da União que fará a distribuição do terreno a cada órgão, de acordo com a área necessária a cada museu, após a conclusão dos projetos ora em face de estudo preliminar.
Relator: Conselheiro JÚLIO CESAR DE ROSE.
a) - DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) - ANTONIO HENRIQUE DE CARVALHO ELLERY
a) - VALDOIR MENEZES FERREIRA
a) - JÚLIO CESAR DE ROSE
a) - GERALDO ROBERTO ORLANDI.

Nº 20
Processo nº 32.577/72
Referência: COMPANHIA DE AGUA E ESGOTOS DE BRASILIA - solicita a compra de diversos materiais considerados inservíveis a esta Companhia.
DECISÃO:
O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, face à política adotada pela NOVACAP em alienar seus materiais considerados inservíveis, autoriza a venda à COMPANHIA DE AGUA E ESGOTOS DE BRASILIA - CAESB, dos materiais relacionados às fls. 06, 07 e 12, pelo valor atualizado de Cr$ 13.831,32, já computados os 20% de desconto conforme sugestão da Diretoria.
Relator: Conselheiro JÚLIO CESAR DE ROSE
a) - DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) - JÚLIO CESAR DE ROSE
a) - GERALDO ROBERTO ORLANDI
) - VALDOIR MENEZES FERREIRA
a) - ANTONIO HENRIQUE DE CARVALHO ELLERY

Nº 21
Processo nº 37.563/72
Referência: Termo de aditamento ao Convênio firmado em 24.8.65, regulando a administração das obras de construção do edifício sede do T.S.E., nesta capital.
DECISÃO:
O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a assinatura de um termo de aditamento ao Convênio firmado em 24.8.65, entre esta Companhia e o TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, regulando a administração das obras de construção do edifício sede daquele Orgão, em Brasília, Distrito Federal, para prorrogar seu prazo de vigência por mais 06 meses.
Relator: Conselheiro JÚLIO CESAR DE ROSE.
a) - DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) - JÚLIO CESAR DE ROSE
a) - GERALDO ROBERTO ORLANDI
a) -ANTONIO HENRIQUE DE CARVALHO
a) - VALDOIR MENEZES FERREIRA.

Nº 22
Processo no.: 36.870/72
Referência: Departamento de Edificações - solicita aprovação de proposta para fornecimento e aplicação de tinta à base Latex, no subsolo do edifício sede do MINISTÉRIO DA JUSTIÇA e prédio de sua Garagem.
DECISÃO: O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, dispensa a Tomada de Preços e aprova o "convite" realizado pelo Departamento de Edificaçoês, contratando-se com a firma PINTURAS CORAL para fornecimento e aplicação de tinta à base de Latex, no susolo do Edifício sede do MINISTÉRIO DA JUSTICA e nos prédios de sua Garaem, dando-se ao contrato o valor de Cr$ 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos cruzeiros) com uma variação de 10% (dez por cento) para mais ou para menos, para cobrir eventuais oscilações na medição final e prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da data da expedição da Ordem de Serviço.
Relator: Conselheiro GERALDO ROBERTO ORLANDI
a) - Delpho Pereira de Almeida
a) - Geraldo Roberto Orlandi
a)- Valdoir Menezes Ferreira
a)- Júlio Cesar de Rose
a)- Antonio Henrique de Carvalho Ellery.

Nº 23
Processo no.: 37.689/72
Referência: Termo de Convênio entre o DISTRITO FEDERAL e a NOVACAP regulando a administração pela Companhia, das obras de construção de 02 pavilhões, tipo galpão, para funcionamento dos depósitos da Diretoria de Intendência e de 01 pavilhão para funcionamento da Companhia de Manutenção e Apoio, para a POLÍCIA MILITAR DO D.F.
DECISÃO: O Conselho, com voto do Relator, aprova o ato do Senhor Superintendente que autorizou, "ad referendum" dos Órgãos Colegiados, a elaboração do termo do Convênio de 31-12-1971, publicado no "Distrito Federal" da mesma data, no valor de Cr$ 576.000,00 e prazo de 12 meses, celebrado com o DISTRITO FEDERAL, regulando a administração pela NOVACAP, das obras de construção de 02 pavilhões tipo galpão, para a Diretoria de Intendência e 01 pavilhão para a Companhia de Manutenção e Apoio, da POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, em Brasília, DF.
Relator: Conselheiro GERALDO ROBERTO ORLANDI
a) - Delpho Pereira de Almeida
a)- Geraldo Roberto Orlandi
a)- Antonio Henrique de Carvalho Ellery
a)- Valdoir Menezes Ferreira
a) - Júlio César de Rose.

Nº 24
Processo no.: 22.439/72
Referência: Termo de aditamento ao Convênio celebrado em 11-11-69, entre o JUIZADO DE MENORES DO D.F. e a NOVACAP já alterado pelos termos de aditamentos firmados em 29-4-70, 26-4-71 e 07-10-71, regulando a administração pela Companhia, das obras de construção dos CENTROS DE TRIAGEM E DE RECUPERAÇÃO, em Brasília, DF.
DECISÃO: O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a assinatura de um termo de aditamento ao Convênio celebrado em 11-11-69 entre esta Companhia e o JUIZADO DE MENORES DO DISTRITO FEDERAL, já alterado pelos termos de aditamentos firma-

dos em 29-4-70, 26-04-71 e 07-10-71, regulando a administração das obras de construção dos Centros de Triagem e Recuperação, em Brasília DF, para prorrogar seu prazo de vigência até 30-4-73 e suplementar seu valor em mais Cr$ 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzeiros).

Relator: Conselheiro GERALDO ROBERTO ORLANDI

a)- Delpho Pereira de Almeida
a)- Geraldo Roberto Orlandi
a)- Valdoir Menezes Ferreira
a)- Antonio Herique de Carvalho Ellery
a) - Júlio Cesar de Rose.

Nº 25
Processo no:: 16.044/72
Referência: ERIDAN GOMES BEZERRA e OUTROS - solicita a compra de lotes no SHCE-Sul, a fim de instalarem definitivamente seus comércios.

DECISÃO: O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, considerando a necessidade de instalação de comércio definitivo no SHCE-Sul, determina sejam colocados em licitação pública os lotes no.s 01 - Comércio Local, das Quadras 103, 107, 205, 209, 307, 401, 405, 507, 511, 607, 701, 705, 803, 903 e 907 do Setor de Habitações Coletivas Econômicas Sul.

Relator: Conselheiro GERALDO ROBERTO ORLANDI) a)- Delpho Pereira de Almeida

a)- Geraldo Roberto Orlandi
a) Julio Cesar de Rose
a)- Antônio Henrique de Carvalho Ellery
a) Valdoir Menezes Ferreira

Nº 26

Processo no. 21.410/72
Referência: Reversão ao Patrimônio da União para uso da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, dos lotes que se encontram reservados à mesma.
DECISÃO: O Conselho, com voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria,
RESOLVE:
a)- Revogar as autorização de venda de terrenos à E.C.T.
b)- Autorizar a reversão ao Patrimônio da União para uso do MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, dos terrenos constantes deste processo e relacionados às fls. 15 a 60, com exceção das projeções extintas (fls. 46); áreas ainda não registradas em Cartório e a área situada na Avenida W.3 - Sul - Quadra 508 (fls. 25, 48 e 49), que deverão ser tratados em processos à parte, ouvida a douta Assembléia Geral.

Relator: Conselheiro GERALDO ROBERTO ORLANDI

a) Delpho Pereira de Almeida
a) Geraldo Roberto Orlandi
a) Antônio Henrique de Carvalho Ellery
a) Valdoir Menezes Ferreira
a) Júlio Cesar de Rose

Nº 27
Processo no. 06.789/72
Referência: Reversão ao Patrimônio da União do lote 87, Trecho 1 do SHI-Sul,para uso do MINISTÉRIO DA FAZENDA.
DECISÃO: O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, manifesta-se pela reversão ao Patrimônio da União do lote 87, Trecho 1 do SHI-Sul, para uso da Secretaria da Receita Federal do Ministério da FAZENDA, ouvida a douta Assembléia Geral.
Relator: Conselheiro GERALDO ROBERTO ORLANDI)
a) Delpho Pereira de Almeida
a) Gealdo Roberto Orlandi
a) Antônio Henrique de Carvalho Ellery
a) Valdoir Menezes Ferreira
a) Júlio Cesar de Rose

DIRETORIA DA NOVACAP

A T A DA OCTOGENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DA DIRETORIA DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL - DO BRASIL.

Aos dezessete dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e dois, na sala de reuniões, na sede da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, realizou - se a 846a. reunião da Diretoria sob a Presidência do Engenheiro DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA e com a presença dos Senhores Diretores ANTONIO RODRIGUES DA SILVA, PAULO JANOT BORGES e PAULO DARCY PALHAS. Dando início à reunião foram apreciados os seguintes processos constantes da aputa, relatados inicialmente pelo Diretor ANTONIO RODRIGUES DA SILVA: 1º) - Processo - nº 27.783/60, A COMPANHIA HOTELEIRA NOVOS HORIZONTES - solicita a formalização da venda de área para hotel, localizada-no Setor de Áreas Isoladas, em Brasília, D.F. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o que dos autos consta, R E S O L V E : 1) - Manter os termos da minuta-de Escritura de fls. 264/266, constante das decisões da Diretoria e Conselho de Administração, exaradas em suas 803a. e 690a. sessões respectivamente, denegado o pedido da cláusula proposta pela COMPANHIA HOTELEIRA NOVOS HORIZONTES, no expediente de fls. 288; 2) - Fixar o prazo improrrogável de 30 - (trinta) dias a contar da data da notificação que lhe será feita pelo EIPP, para que a interessada providencie o registro da Escritura no Cartório competente sob pena de revogação das decisões da Diretoria e Conselho de Administração, referentes à matéria aprovadas nas 803a. sessão, de 24.01.72 e 690a. sessão de 26.01.72 respectivamente, e retomada da ação rescisória do contrato e reintegração da área ao patrimônio da Companhia". 2º) - Processo nº 27.067/67 anexo ao 17.217/69, FENAME - FUNDAÇÃO NACIONAL DE MATERIAL ESCOLAR - apresenta projeto da obra e solicita a regularização da venda dos lotes 4 e 5 do Bloco B, da Quadra 515, do SCR-Sul, ao preço de Cr$ 4.128,00 cada um. DECISÃO: "A Diretoria face à exposição do Relator, tendo em vista que a excepcionalidade-de condições de venda de lotes está prevista no artigo 1º da Resolução 77/72 e tem sido aplicada em casos semelhantes a este, quer favorecendo obras assistenciais e filantrópicas, culturais e educacionais, nacionais, estrangeiras e multi-nacionais (ONU), bem como os clubes recreativos, associações - classistas e entidades de fiscalização de exercício profissional e consideradas todas as circunstâncias e peripecias - do andamento deste processo, R E S O L V E : a) - Autorizar-a venda dos lotes 4 e 5 do Bloco "B" da Quadra 515(antiga - Quadra 15) SCRS- Brasília, à FUNDAÇÃO NACIONAL DE MATERIAL - ESCOLAR - FENAME, entidade vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, pelo preço unitário de Cr4.128,00(quatro mil, cento e sinte e oito cruzeiros) para pagamento à vista, sem desconto, observadas as demais condições regulamentares; b)- Encaminhar ao exame, pela Diretoria para Assuntos de Obras - DAO da conveniência da celebração de convênio para construção pela NOVACAP do imovel a ser erguido pela FENAME nos lotes referidos no item a); c) - Comunicar à Fename esta decisão". 3º) - Processo nº 60.918/70, DETUR - solicita lhe sejam cedidos os moveis relacionados pela Prudência de Grandes Hoteis S/A, que serão devolvidos à NOVACAP. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator, autoriza o Departamento Econômico a receber os moveis relacionados às fls. 63 e a entregar-imediatamente ao DETUR, cujos moveis deverão fazer parte integrante do contrato de comodato que versa sobre os Anexos - do Lago, ora em elaboração no Departamento Jurídico". 4º) - Processo nº 34.128/72, INSTITUTO BRASILIENSE DE PSIQUIATRIA - solicita a aquisição de dois lotes no Setor Hospitalar Norte, destinados à instalação de uma clínica psiquiátrica. DECISÃO A Diretoria com o voto do Relator, considerando o que consta dos autos e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a venda dos lotes 11 e 12 do Setor Hospitalar - Norte ao INSTITUTO BRASILIENSE DE PSIQUIATRIA, pelo preço e condições vigentes". 5º) - Processo nº 26.192/72, O DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS E VIAS NAVEGÁVEIS D.N.P.V.N. - solicita a aquisição de 04 projeções na SQN.209. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a venda das projeções nºs : 06 e 10 da SQN-209 - ao DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS e VIAS NAVEGÁVEIS D.N.P.V.N., pelo preço e condições vigentes". 6º) - Processo nº 31.680/72, BRASÍLIA TÊNIS CAMP - através de seu representante, Senhor JOSÉ FARANI, requer a compra de - uma área no Setor de Clubes Esportivos Sul, a fim de construir uma escola de tenistas, solicitando a ocupaçao da mesma a título precário, até a apresentação da documentação necessária. DECISÃO: " A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o pronunciamento da Coordenação de Arquitetura e Urbanismo sobre a localização da entidade no Setor e localadota as seguintes medidas: a) - autorizar a venda do lote - 1 - B do Trecho 4 do SCE-Sul ao BRASÍLIA TÊNIS CAMP, pelo - preço e condições vigentes, condicionada à apresentação da documentação exigida pela Resolução 77/72, num prazo máximo-de 45 (quarenta e cinco) dias; b) - autorizar a ocupação precária do referido lote pelo interessado, representado no ato pelo Senhor JOSÉ FARANI, com a condição de que só poderá usá lo para os fins previstos neste processo; c) - determinar - que o interessado devolva o imóvel à NOVACAP, livre e desembaraçado sem nenhum ônus para esta Companhia, no caso de não cumprir as condições estipuladas nos itens a e b ". 7º) -Processo nº 20.726/72, C.F. CASTILHO - solicita a aquisição de uma área no Setor Industrial da cidade satélite de Taguatinga. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator e de acordo-com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a venda - dos lotes 46, 48 e 50 da QI-22 - Setor Industrial da cidade-satélite de Taguatinga à firma C. F. CASTILHO, pelo preço e condições vigentes". 8º) - Processo nº 32.213/72, FRANCISCO-DE ASSIS DE SOUZA - solicita a aquisição do lote nº 22, Conjunto "I", Quadra 02, Setor Sul Residencial da cidade satélite do Gama. DECISÃO: " A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza-a venda do lote 22, Conjunto "I", Quadra 02, Setor Sul Residencial da cidade satélite do Gama ao Senhor FRANCISCO DE ASSIS DE SOUZA, pelo preço e condições vigentes". 9º) - Processo nº 25.007/72, FRANCISCO MOREIRA DE SOUZA - solicita a aquisição de um lote residencial na cidade satélite de Sobradinho. DECISÃO: " A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a venda do lote nº 08, Conjunto E-4, Quadra 14 da cidade satélite de Sobradinho ao Senhor FRANCISCO MOREIRA DE SOUZA,pelo preço e condições vigentes". 10º) - Processo nº 32.205/72 , ANTENOR JORGE DE MELO - solicita a aquisição do lote nº 05 , Quadra 09, Conjunto J, Setor Sul Residencial da cidade satélite do Gama. DECISÃO: " A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza-a venda do lote nº 05, Quadra 09, Conjunto "J", Setor Sul Residencial da cidade satélite do Gama ao Senhor ANTENOR JORGE DE MELO, pelo preço e condições vigentes". 11º) - Processo - nº 24.160/68, ESQUADRIAS METÁLICAS SÃO BORGE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - solicita a aquisição do lote 120, Quadra 01 , Setor Industrial da cidade satélite do Gama. DECIÃO: " A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico e considerando estar o processo convenientemente instruído, autoriza a venda do lote 120, Quadra-01, Setor Industriaal da cidade satélite do Gama à firma ESQUADRIAS METÁLICAS SÃO JORGE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.,pelo preço e condições vigentes". 12º) - Processo nº 32.671/72 , JOSÉ GONÇALVES DE ASCENÇÃO - solicita a formalização da venda do lote nº 80, Quadra 11, Setor Oeste Residencial da cidade satélite do Gama. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico,autoriza a formalização da venda do lote 80, Quadra 11, Setor Oeste Residencial da cidade satélite do Gama ao Senhor JOSÉ GONÇALVES DE ASCENÇÃO ensaminhando-se o processo ao Departamento Jurídico para visar a respectiva minuta de escritura - inclusa". 13º) - Processo nº 32.212/72, ANTÔNIO RODRIGUES - GALVÃO - solicita a aquisição de um lote residencial na cidade satélite do Gama. DECISÃO: " A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico,autoriza a venda do lote nº 105, Quadra 31, Setor Leste Residencial da cidade satélite do Gama ao Senhor ANTÔNIO RODRIGUES GALVÃO, pelo preço e condições vigentes". 14º) - Processo nº 25.758/72, ABELARDO MORAIS LEITE - proprietário da firma " A CONSTRUTIVA", solicita a compra de um lote comercial-em Taguatinga, para ampliar suas instalações. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o parecerdo Departamento Econômico, autoriza a venda do lote comercial nº. 16 da QNE-07 da cidade satélite de Taguatinga, à firma ABELARDO MORAIS LEITE, pelo preço e condições vigentes". 15º) - Processo nº 23.893/72, Departamento de Edificações - solicita aprovação de proposta para fornecimento e montagem do sistema de ventilação do sub-solo do edifício sede do MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, em Brasília - D.F. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator e tendo em vista a urgência requerida para conclusão dos serviços, encaminha o processo ao Egrégio - Conselho de Administração, solicitando dispensa de Tomada de Preços nos termos do artigo 25 dos Estatutos Sociais da Companhia, homologação do "convite" realizado pelo Departamento de Edificações e contratação da firma ORSA MAGGIORE, para o fornecimento e montagem do sistema de ventilação do sub-solo do edifício sede do MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, dando-se ao contrato o valor de Cr$ 31.210,00(trinta e um mil, duzentos e dez cruzeiros) e prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de expedição da ordem de serviço". 16º) - Processo nº 41.917/69, MARIA VITÓRIA BERNARDES - proprietária da firma Indústira de Artefatos de Ferro Santa Catarina, solicita a regularização dos lotes nºs 18 e 20 da QI-01 da cidade-satélite de Taguatinga, cujos direitos adquiriu de terceiros e requer a compra do lote 16 da mesma quadra e setor. DECI -

SÃO: "A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, indefere o pedido de regularização dos lotes 16, 18 e 20 da QI-01 da cidade satélite de Taguatinga, formulado pela Senhora MARIA VITÓRIA BERNARDES e determina a execução do mandato de reintegração dos imóveis ao patrimônio da Companhia". 17º) - Processo nº..... 32.673/72, LUCIO SALDIVA - solicita a formalização do lote 93 - Quadra 26 - Setor Leste Residencial da cidade satélite do Gama. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a formalização da venda do lote nº 93, Quadra 26 - Setor Leste Residencial da cidade satélite do Gama, ao Senhor LUCIO SALDIVA, devendo o processo ser encaminhado ao Departamento Jurídico, para visto na minuta de escritura inclusa". 18º) - Processo nº 32.676/72, EVANGELISTA PEREIRA DOS SANTOS - solicita a formalização da venda do lote 51 - Quadra 33 - Setor Oeste Residencial da cidade satélite do Gama. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a formalização da venda do lote 51 - Quadra 33 - Setor Oeste Residencial da cidade satélite do Gama, ao Senhor EVANGELISTA PEREIRA DOS SANTOS, devendo o processo ser encaminhado ao Departamento Jurídico para visar a minuta de escritura inclusa". 19º) - Processo nº. 32.678/72, FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA - solicita a formalização da venda do lote nº 19 - Quadra 04 - Conjunto "C" - Setor Sul Residencial da cidade satélite do Gama. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a formalização da venda do lote 19 - Quadra 04 - Conjunto "C" - Setor Sul Residencial da cidade satélite do Gama, ao Senhor FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA, devendo o processo ser encaminhado ao Departamento Jurídico para visar a respectiva minuta de escritura inclusa". 20º) - Processo nº 25.541/72, PAULO ROBERTO E COSTA - solicita a compra de um lote residencial na cidade satélite de Taguatinga, para construir a casa própria. " A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a venda do lote 30 da QN-23 - Setor "E" - Residencial da cidade satélite de Taguatinga, ao Senhor PAULO ROBERTO E COSTA, pelo preço e condições vigentes". 21º) - Processo nº 38.695/69, Departamento Econômico - propõe o cancelamento da autorização de venda do lote 1.415 - Avenida - Central Comércio do Núcleo Bandeirante feita pela Diretoria em sua 671a. Sessão, ao Senhor WALMIMAR ALVES MAGALHÃES.DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, revoga sua decisão proferida na 671a. Sessão, de 16-06-69, que autorizou a venda do lote 1.415 da Avenida Central Comércio do Núcleo Bandeirante,a WALMIMAR ALVES DE MAGALHÃES e determina a reintegração do imóvel ao patrimônio da Companhia". 22º) - Processo nº..... 22.243/68, NELSON SIMÕES - solicita a formalização da venda do lote nº 10 - QN - 10 - Setor "G" da cidade satélite de Taguatinga. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a formalização da venda do lote nº 10 - QN-10 - Setor "G" Residencial da cidade satélite de Taguatinga ao Senhor NELSON SIMÕES, devendo o processo ser encaminhado ao Departamento Jurídico para visto na minuta de escritura inclusa". 23º) -Processo nº 59.855/70, BENJAMIN ROCHA - solicita a regularização da venda do lote nº 01 - Quadra 07 - Conjunto "I" - Setor Sul Residencial da cidade satélite do Gama. DECISÃO: " A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a venda do lote nº 01 - Quadra 07 - Conjunto "I" - Setor Sul Residencial da Cidade Satélite do Gama, ao Senhor BENJAMIN ROCHA, tendo em vista que o pedido encontra amparo na Resolução 76/71 - artigo 1º, pelo preço e condições vigentes". 24º) - Processo nº 32.204/72 , JOSÉ MARIA PEIXOTO - solicita a regularização da venda do lote nº 62 - Quadra 18 - Setor Oeste Residencial da Cidade Satélite do Gama. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a venda do lote nº 62 - Quadra 18 - Setor Oeste Residencial da Cidade Satélite do Gama, ao Senhor JOSÉ MARIA PEIXOTO, considerando que o requerente encontra amparo na Resolução - 76/71 - artigo 1º, pelo preço e condições vigentes". 25º) - Processo nº 32.217/72, MARIA ROSÁLIA CORRÊA DE SOUSA - solicita a regularização do lote 79 - Quadra 41 - Setor Leste Residencial da cidade satélite do Gama. DECISÃO: " A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com os pareceres da DOI e do Departamento Econômico, autoriza a venda do lote 79 -Quadra 41 - Setor Leste Residencial da cidade satélite do Gama, à Senhora MARIA ROSÁLIA CORRÊA DE SOUSA, pelo preço e condições vigentes". 26º) - Processo nº 31.658/72, ANA FRANCISCA DE SALES - solicita a regularização da venda do lote nº 19 - Quadra 08 - Conjunto "H" - Setor Sul Residencial da Cidade - Satélite do Gama. DECISÃO: " A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a venda do lote nº 19 - Quadra 08 - Conjunto "H" - Setor Sul Residencial da Cidade Satélite do Gama, à Senhora - ANA FRANCISCA DE SALES, considerando que o pedido encontra - amparo na Resolução 76/71 - artigo 1º, pelo preço e condições vigentes". 27º) - Processo nº 30.430/72, ANA PEREIRA DA TRINDADE - solicita a regularização da venda do lote nº 06 - Quadra 12 - Conjunto "D" - Setor Residencial da Cidade Satélite de Sobradinho. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico,autoriza a formalização da venda do lote nº 06 - Quadra 12 - Conjunto "D" - Setor Residencial da Cidade Satélite de Sobradinho, à Senhora ANA PEREIRA DA TRINDADE considerando que o Contrato de Compromisso de Compra e Venda está assinado e o preço do lote devidamente quitado, e encaminha o processo ao Departamento Jurídico para visar a Minuta inclusa". 28º)-Processo nº 32.677/72, FRANCISCO APRIGIO DE MENEZES - solicita a regularização da venda do lote nº 35 - Quadra 24 - Setor - Residencial da Cidade Satélite do Gama. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a formalização da venda do lote nº 35 - Quadra 24 - Setor Oeste Residencial da Cidade Satélite do Gama, ao Senhor FRANCISCO APRIGIO DE MENEZES, considerando que o Contrato de Compromisso de Compra e Venda está assinado e o preço do lote devidamente quitado, e encaminha o processo ao Departamento Jurídico para visar a Minuta inclusa". 29º) - Processo nº 32.680/72, DOMINGOS ROCHA DE SOUZA - solicita a regularização da venda do lote nº 31 - Quadra 03 - Setor Oeste Residencial da Cidade Satélite do Gama. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a formalização da venda do lote nº 31 - Quadra 03 - Setor Oeste Residencial da Cidade Satélite do Gama, ao Senhor DOMINGOS ROCHA DE SOUZA, considerando que o Contrato de Compromisso de Compra e Venda está assinado e o preço do lote devidamente quitado , encaminhando-se o processo ao Departamento Jurídico para visar a respectiva Minuta de Escritura inclusa". 30º) - Processo nº 32.662/72, JOSÉ FLAVIANO DA SILVA - solicita a regularização da venda do lote nº 23 - Quadra 29 - Setor Oeste Residencial da Cidade Satélite do Gama. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a formalização da venda do lote nº 23 - Quadra 29 - Setor Oeste Residencial da Cidade Satélite do Gama, ao Senhor JOSÉ FLAVIANO DA SILVA, considerando que o Contrato de Compromisso de Compra e Venda está assinado e o preço do lote devidamente quitado, e encaminha o processo ao Departamento Jurídico para visar a respectiva Minuta de Escritura inclusa". 31º) - Processo nº 32.674/72, LUIZ BATISTA DOS SANTOS - solicita a regularização da venda do lote nº 47 - Quadra 20 - Setor Oeste Residencial da Cidade Satélite do Gama. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a formalização da venda do lote nº 47 - Quadra 20 - Setor Oeste Residencial da Cidade Satélite do Gama, ao Senhor LUIZ BATISTA DOS SANTOS, tendo em vista que o Contrato de Compromisso de Compra e Venda está assinado e o preço do lote integralmente quitado, e encaminha o processo ao Departamento Jurídico para visar a Minuta inclusa". 32º) - Processo nº 32.679 / 72, ARLINDO JOSÉ FERREIRA - solicita a regularização da venda do lote nº 63 - Quadra 32 - Setor Oeste Residencial da Cidade Satélite do Gama. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a formalização da venda do lote nº 63 - Quadra 32 - Setor Oeste Residencial da Cidade Satélite do Gama, ao Senhor ARLINDO JOSÉ FERREIRA, considerando que o Contrato de Compromisso de Compra e Venda está assinado e o preço do lote integralmente quitado, e encaminha o processo ao Departamento Jurídico para visar a Minuta inclusa". 33º) - Processo nº..... 32.672/72, JUDITE MARIA DA SILVA - solicita a regularização da venda do lote nº 49 - Quadra 32 - Setor Oeste Residencial da Cidade Satélite do Gama. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a formalização da venda do lote nº 49 - Quadra 32 - Setor Oeste Residencial da Cidade Satélite do Gama, à Senhora JUDITE MARIA DA SILVA, tendo em vista que o Contrato de Compromisso de Compra e Venda está assinado e o preço do lote devidamente quitado, e encaminha o processo ao Departamento Jurídico para visar a respectiva Minuta de Escritura inclusa". 34º) - Processo nº 09.143/63, LUCINDA BASTOS DE OLIVEIRA - solicita a regularização da venda do lote nº 25 - Quadra QS. 29 - Setor "D" - Residencial da Cidade Satélite de Taguatinga. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a formalização da venda do lote nº 25 - Quadra QS. 29 - Setor "D" - Residencial da Cidade Satélite de Taguatinga, à Senhora LUCINDA BASTOS DE OLIVEIRA, tendo em vista que o Contrato de Compromisso de Compra e Venda está assinado e o preço do lote devidamente quitado, e encaminha o processo ao Departamento Jurídico para visar a respectiva Minuta de Escritura inclusa". 35º) - Processo nº 32.211/72, JOAQUIM RODRIGUES FERNANDES - solicita a regularização do lote 40, Quadra 14, Setor Oeste Residencial da cidade satélite do Gama. DECISÃO: " A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a venda do lote nº 40, Quadra 14, Setor Oeste Residencial da cidade satélite do Gama, ao Senhor JOAQUIM RODRIGUES FERNANDES, pelo preço e condições vigentes". 36º) - Processo nº 72.656/70, FRANCISCO PEREIRA CAVALCANTE - solicita a regularização da venda do lote nº 15 - Quadra 02 - Conjunto "B" - Setor Sul Residencial da Cidade Satélite do Gama. DECISÃO: " A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a venda do lote nº 15 - Quadra 02 - Conjunto "B" - Setor Sul Residencial da Cidade Satélite do Gama,ao Senhor FRANCISCO PEREIRA CAVALCANTE, considerando que o requerente encontra amparo na Resolução 76/71 artigo 1º, pelo preço e condições vigentes". 37º) - Processo nº 65.521/70 , JOAQUIM ANANIANO DA SILVA - solicita a regularização da venda do lote nº 04 - Quadra 25 - Setor Oeste Residencial da Cidade Satélite do Gama. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a venda do lote nº 04 - Quadra 25 - Setor Oeste Residencial da Cidade Satélite do Gama, ao Senhor JOAQUIM ANANIANO DA SILVA, tendo em vista que o solicitante encontra amparo na Resolução 76/71 - artigo 1º, pelo preço e condições vigentes". 38º) - Processo nº 25.479/72, LANCHES "CAMPUS" - BAR LTDA - solicita a regularização do lote CL-10 - Quadra - 03 - Setor Comercial da cidade satélite de Sobradinho. DECISÃO: " A Diretoria com o voto do Relator, tendo em vista que o processo encontra-se convenientemente instruído e considerando que o pedido está amparado pelos artigos 1o e 18 da Resolução 76/71, de acordo ainda com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a venda do lote nº CL-10 - Quadra 03 - Setor Comercial da cidade satélite de Sobradinho, à firma LANCHES "CAMPUS" BAR LTDA., pelo preço e condições vigentes". - 39º) - Processo nº 18.174/72, LINDEMIR ACCIOLY - solicita a regularização do lote nº 76 - Quadra 10 - Setor Oeste Residencial da cidade satélite do Gama. DECISÃO: "A Diretoria - com o voto do Relator e de acordo com os pareceres da DOI e do Departamento Econômico, autoriza a regularização da venda do lote 76 - Quadra 10 - Setor Oeste Residencial da cidade - satélite do Gama, ao Senhor LINDEMIR ACCIOLY, pelo preço e condições vigentes". 40º) - Processo nº 32.657/72, MIGUEL BATISTA CAVALCANTE - solicita a regularização do lote nº 06 - Quadra 01 - Setor Sul Comercial da cidade satélite do Gama . DECISÃO: " A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a venda do lote 06 - Quadra 01 - Setor Sul Comercial da cidade satélite - do Gama, à firma MIGUEL BATISTA CAVALCANTE, pelo, preço e condições vigentes". 41º) - Processo nº 32.202/72, MANOEL LOPES DOS SANTOS - solicita a regularização da venda do lote - 22 - Quadra 10 - Setor Oeste Residencial do Gama. DECISÃO:"A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com os pareceres da DOI e do Departamento Econômico, autoriza a regularização da venda do lote nº 22 - Quadra 10 - Setor Oeste Residencial da cidade satélite do Gama, ao Senhor MANOEL LOPES DOS SANTOS, pelo preço e condições vigentes". 42º) - Relatado pelo

Senhor Diretor PAULO DARCY PALHAS: Processo nº 24.467/72, TOMADA DE PREÇOS nº 041/72-CFL, para aquisição de carburetos, querosene e óleos, destinados ao Departamento de Administração. DECISÃO: " A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o relatório da CFL, homologa a Tomada de Preços nº... 041/72 e autoriza a aquisição de 50 (cinquenta) tabores de óleo solicitados à firma RENOVADORA DE PNEUS OK LTDA., pelo preço unitários de Cr$ 415,80 e Cr$ 420,00 para os itens 2 e 4 do Quadro demonstrativo de fls. 29, perfazendo o valor global de Cr$ 20.958,00 (vinte mil, novecentos e cinquenta e oito cruzeiros), já estando incluídos todos os impostos, inclusive o IPI, devendo os lubrificantes serem entregues na Divisão do Material do Departamento de Administração, no prazo de 20(vinte) dias, contado da data do recebimento pela firma da Nota de Empenho, aplicando-se as penalidades previstas no item 5.1 do Capítulo V do Edital se a mesma não cumprir o prazo de entrega estabelecido". 43º) - Processo nº36.270/72, DIRETORIA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS - apresenta ALTERAÇÃO DO ORÇAMENTO SINTÉTICO da Companhia. DECISÃO " A Diretoria com o voto do Relator e estando o Orçamento ora apresentado de acordo com o que determina as normas aprovadas pelo Decreto nº 1913 de 31.12.71, aprova-o na forma apresentada, ouvido o Egrégio Conselho de Administração". 44º) - Processo nº 31.998/71, AGÊNCIA AUTORIZADA DE REVENDA DE BEBIDAS BRASÍLIA LTDA. - solicita o pagamento de Cr$ 1.000,00, como indenização de danos causados em veículos de sua propriedade, por viatura da NOVACAP, conduzida pelo servidor OSMAR PEREIRA DE MIRANDA. DECISÃO: " A Diretoria com o voto do Relator, autoriza o pagamento à firma AGÊNCIA AUTORIZADA DE REVENDA DE BEBIDAS BRASÍLIA LTDA., a título de indenização, da importância de Cr$ 1.000,00(hum mil cruzeiros), que deverá ser descontada nos vencimentos do servidor OSMAR PEREIRA DE MIRANDA, conforme autorização de fls. 26, na forma da legislação vigente, encaminhando-se em seguida o processo ao Departamento de Finanças para as providências finais de sua liquidação". 45º) - Processo nº 27.503/72, CLARKSON BERNARDES - encaminha prestação de contas referentes as despesas efetuadas na obra Praça de Esportes de Planaltina. DECISÃO : " A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com a informação de fls. 159/72, da Contadoria Geral, aprova a Prestação de Contas apresentada pelo Senhor CLARKSON BERNARDES, relativa ao adiantamento concedido através do processo nº .... 36.034/71 determinando ao órgão competente, o fornecimento ao responsável, do documento de quitação respectivo". 46º) - Processo nº 34.220/72, SHYAM SUNDER JANVEJA - encaminha prestação de contas, referente as despesas efetuadas na obra do Departamento de Imprensa Nacional. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com a informação de fls. 106 / 07 da Contadoria Geral, aprova a Prestação de Contas apresentada pelo Senhor SHYAM SUNDER JANVEJA, relativa ao adiantamento concedido através do processo nº 33.592/71 e determina ao órgão competente, o fornecimento ao responsável, do documento de quitação respectivo". 47º) - Relatado pelo Senhor - Diretor PAULO JANOT BORGES: Processo nº 10.204/72, Renovação ao Contrato nº 270/68 assinado com a CONSTRUTORA RETER S/A, para conclusão do Bloco "B" do Palácio do Governo do Distrito Federal, em Brasília, DF. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator, aceita a proposição do Departamento de Edificações, autorizando-se a assinatura de um termo de Renovação ao Contrato nº 270/68 e seu Aditivo nº 023/71, assinado com a CONSTRUTORA RETER S/A, prorrogando o seu prazo de vigência por 149 dias, contado a partir de 04-9-72, para conclusão do Bloco "B" do PALÁCIO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, com a ressalva de que o item relativo a esquadrias ,metálicas, em suas parcelas relativas a dezembro de 1972 e janeiro de 1973, não será passivel de reajustamento". 48º) - Processo nº..... 26.420/72, TOMADA DE PREÇOS Nº 046/72-CFL - para aquisição de chapa de aço, parafuso e arruela, destinados ao Departamento de Parques e Jardins da NOVACAP. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, homologa a Tomada de Preços nº 046/72 CFL e autoriza a aquisição dos materiais constantes da NN. - 2.699/72, às seguintes firmas: COMPANHIA FÁBIO BASTOS - COM. e IND. - Itens: 12 e 13 - Cr$ 3.394,00; MARCOVAN COM. IND. S.A. - Itens: 02 e 09 - Cr$ 21.050,00; CASA PLANETA DE BRASÍLIA - MÁQ PERKACHES - Itens: 01, 04, 05, 06, 07, 08, 10 e 11 Cr$ 14.819,00. Total da aquisição Cr$ 39.263,00(trinta e nove mil, duzentos e sessenta e três cruzeiros), já estando incluídos todos os impostos, inclusive o IPI. O prazo para entrega dos materiais será imediato, após o recebimento da Nota de Empenho". 49º) - Processo nº 25.637/72, TOMADA DE PREÇOS nº 045/72-CFL - para aquisição de materiais de irrigação a serem empregados em áreas do Setor Militar Urbano. DECISÃO " A Diretoria com o voto do Relator, homologa a Tomada de - Preços nº 045/72-CFL e autoriza a aquisição da firma MARCO - VAN - COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A., dos materiais de irrigação de que trata o presente processo, pelo valor global de Cr$.. Cr$ 49.685,61 (quarenta e nove mil, seiscentos e oitenta e cinco cruzeiros, sessenta e um centavos), já estando incluídos todos os impostos, inclusive o I.P.I., devendo os mesmos serem entregues na Divisão do Material do Departamento de Administração, situada no S.I.A., imediatamente após o recebimento da Nota de Empenho". Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão, da qual, para constar, eu, ABILSON DE FARIA, Secretário, lavrei a presente ata que,lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelos Senhores-Diretores presentes.

DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA

ANTONIO RODRIGUES DA SILVA

PAULO JANOT BORGES

PAULO DARCY PALHAS

A T A DA OCTOGESIMÉSIMA QUADRAGÉSIMA SETIMA REUNIÃO DA DIRETORIA DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL.

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e dois, na sala de reuniões, na sede da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, realizou-se a 847a reunião da Diretoria sob a Presidencia do Engenheiro DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA e com a presença dos Senhores Diretores PAULO JANOT BORGES e PAULO DARCY PALHAS. Dando início à reunião foram apreciados os seguintes processos constantes da pauta, relatados inicialmente pelo Diretor PAULO DARCY PALHAS: 1º) - Processo nº 35.884/72, JOÃO BATISTA DA COSTA e LUIZ AUGUSTO DE BARROS SOBRINHO - encaminham Prestação de Contas referente a despesas efetuadas pela Divisão Industrial com aquisição de madeira. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com a informação de fls. 21 da Contadoria Geral, aprova a Prestação de Contas apresentada pelos Senhores JOÃO BATISTA DA COSTA e LUIZ AUGUSTO DE BARROS SOBRINHO, relativa ao adiantamento concedido através do processo nº 17.148/72 e determina ao órgão competente, o fornecimento aos responsáveis, do documento de quitação respetivo". 2º) - Processo nº 34.665/72, JOSÉ ANTONIO CARAMORI - BORGES - encaminha Prestação de Contas referente a despesas efetuadas na obra Galpão p/ Administração Regional de Taguatinga. DECISÃO: " A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com a informação de fls. 67 da Contadoria Geral,aprova a Prestação de Contas apresentada pelo Senhor JOSÉ ANTONIO - CARAMORI BORGES, relativa ao adiantamento concedido através do processo nº 08.222/72 e determina ao órgão competente, o fornecimento ao responsável, do documento de quitação respetivo". 3º) - Processo nº 34.659/72, JOSELINO SABINO DE ARRUDA e JOÃO DE DEUS ARAÚJO LIMA - encaminham Prestação de Contas referente a despesas efetuadas pela Divisão do Material do D. Ad. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com a informação de fls. 213 da Contadoria Geral,aprova a Prestação de Contas apresentada pelos Senhores JOSELINO SABINO DE ARRUDA e JOÃO DE DEUS ARAUJO LIMA, relativa ao adiantamento concedido através do processo nº 00686/72 e determina ao órgão competente, o fornecimento aos responsáveis do documento de quitação respectivo". 4º)- Processo nº..... 25.803/72, CONVITE Nº 1051/72-CFL, realizado para aquisição de cimento comum, destinado às diversas obras do Departamento de Edificações. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator e tendo em vista o que do processo consta, RESOLVE: a) - - Revogar sua decisão nº 16, proferida na 843a. Sessão de 31-10-72; b) - Cancelar as Notas de Empenho emitidas a favor da Companhia de Cimento Portland Goiás, no valor total de - Cr$ 73.239,12 (setenta e três mil, duzentos e trinta e nove cruzeiros e doze centavos); c) - Autorizar a aquisição de 8.200 (oito mil e duzentos) sacos de cimento à firma CIMENTO TOCANTINS S/A., pelo valor global de Cr$ 79.540,00(setenta e nove mil, quinhentos e quarenta cruzeiros)". 5º) - Processo nº 34.658/72, JOSELINO SABINO DE ARRUDA e JOÃO DE DEUS ARAUJO LIMA - encaminham Prestação de Contas, referente a despesas realizadas com aquisição de materiais. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com a informação de fls. 09 da Contadoria Geral, aprova a Prestação de Contas apresentada pelos Senhores JOSELINO SABINO DE ARRUDA e JOÃO DE DEUS ARAUJO LIMA, relativa ao adiantamento concedido através do processo nº 00 686/72 e determina ao órgãocompetente, o fornecimento aos responsáveis, do documento de quitação respectivo". 6º) - Processo nº 33.853/72, JOSÉ RAFAEL DA SILVA e JOSÉ DOMINGUES NEXI - solicitam ressarcimento das importâncias dispendidas com a recuperação de seus veículos, em decorrência de acidente de tráfego, no qual esteve envolvida viatura da NOVACAP, conduzida pelo servidor ARANHAS DA COSTA PARÁ. DECISÃO: " A Diretoria face à exposição do Relator e para se evitar que uma das partes interessadas fique prejudicada com o retardamento da conclusão do processo, RESOLVE: 1) - Autorizar o pagamento ao Senhor JOSÉ RAFAEL DA SILVA, a título de indenização, da importância de 1.689,63, correspondente ao menor orçamento apresentado(Cr$2.152,83)deduzido o valor de Cr$ 463,20 glosado pela nossa Divisão de Transportes. 2) - Encaminhar os autos à Divisão de Transportes para um reexame dos serviços executados no veículo Volkswagen, placa DF - AA - 65-87, de propriedade de JOSÉ DOMIN - GUES NEXI, tendo em vista o alto valor dos orçamentos apresentados". 3) - Os descontos nos vencimentos do servidor ARANHAS DA COSTA DA COSTA PARÁ, serão efetuados após o reexame determinado no item anterior". 7º) - Processo nº 33.1 76/72, ANTÔNIO FERNANDES MAIA - solicita indenização dos danos causados em veículo de sua propriedade, em acidente de tráfego no qual esteve envolvida viatura da NOVACAP, conduzida pelo empregado GILVAN RAMOS DE OLIVEIRA. DECISÃO: "A Diretoria face à exposição do Relator, R E S O L V E : 1) - Autorizar o pagamento ao Senhor ANTÔNIO FERNANDES MAIA da importância de Cr$ 2.270,65 (dois mil, duzentos e setenta cruzeiros e sessenta e cinco centavos), referente ao valor do menor orçamento apresentado para recuperação do veículo de sua propriedade (Cr$ 2.217,05) acrescido da Taxa de Expediente recolhida para obtenção do laudo pericial(Cr$53,60); 2) - Encaminhar o processo ao Departamento de Administração a fim de ser aplicado ao empregado GILVAN RAMOS DE OLIVEIRA Matrícula 52.249, a pena de 3 (três) dias de suspensão por ter infringido os regulamentos internos da Companhia proporcionando - lhe danos materiais de alto valor e pelo fato de ser reincidente. 3) - Autorizar o desentranhamento dos presentes autos, do preçesso nº 20.219/72, que deverá ser arquivado na pasta de assentamentos funcionais do empregado em tela". 8º) - Processo nº 34.040/72, Convite nº 1115/72 para aquisição de lajotas e tubos de concreto, destinados à Divisão de Águas Fluviais do Departamento de Viação e Obras. DECISÃO: " A Diretoria com o voto do Relator, de acordo com o relatório da CFL e tendo em vista a decisão do Conselho de Administração proferida em sua 730a. sessão, autoriza a aquisição das lajotas e tubos de concreto solicitados pela Divisão de Águas - Pluviais do Departamento de Viação e Obras, às seguintes firmas: ANTEC - Artefatos de Cimento Ltda - Cr$ 35.384,00 - ARCOPER - Artefatos de Concreto e Ferro Ltda - Cr$ 4.350,00 - Total : Cr$ 39.734,00(trinta e nove mil, setecentos e trinta e quatro cruzeiros), devendo os prazos de entrega, obedecerem os propostos pelas firmas às fls. 20 e 21 do presente - processo"". 9º) - Processo nº 34.579/72, SHIS - SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. consulta à NOVACAP sobre seu interesse na aquisição de apartamentos destinados a pessoal de nivel de Secretários de Estado. DECISÃO : "A Diretoria com o voto do Relator, encaminha o processo ao egrégio Conselho de Administração, manifestando-se favoravelmente pela aquisição através da SHIS, mediante Convênio a ser assina

do entre as partes, de 5 (cinco) apartamentos a serem construídos na SQN-202, pelo valor aproximado de Cr$1.525.000,00 (hum milhão, quinhentos e vinte e cinco mil cruzeiros)". 10º Processo nº 37.254/72, Diretoria para Assuntos Administrativos e Financeiros - apresenta alteração do ORÇAMENTO ANALÍTICO DA COMPANHIA. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator, tendo em vista que o ORÇAMENTO ANALÍTICO ora apresentado corresponde em detalhes ao Orçamento já aprovado e com o qual se acha em perfeita consonância, encaminha-o ao egrégio Conselho de Administração, opinando pela sua aprovação, na forma apresentada". 11º) - Processo nº 36.002/72, JOÃO MAURÍCIO FILHO - propõe a compra do veículo marca Rural Willus, ano de fabricação 1965, placa GF - 2693, de propriedade da NOVACAP, pelo valor de Cr$ 4.100,00, tendo em vista que na Concorrência nº 012/72 o mesmo não foi alienado. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o relatório da C.P.L., com base no disposto no Capítulo V, item 28, letra - "d", da Instrução 163/70, autoriza a venda do veículo marca Rural Willys, ano de fabricação 1965, placa GF-2693, nº de ordem 12-23, motor nº B 4-183235, ao servidor desta Companhia, JOÃO MAURÍCIO FILHO, pelo preço estipulado pela Comissão de Avaliação e constante do Edital nº 012/72-CPL, ou seja, Cr$ 4.100,00(quatro mil e cem cruzeiros), devendo o pagamento ser efetuado à vista, mediante Guia de Recolhimento à Tesouraria Geral, ouvido o egrégio Conselho de Administração" 12º) - Processo nº 37.025/72, Termo de Renovação ao Convênio celebrado em 12-09-69, entre o SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR e a NOVACAP, já alterado pelos termos de aditamento firmados em 25.04.68, 25.08.70, 15.07.71, 28.12.71 e 26.06.72, regulando a administração pela Companhia, das obras de construção do Edifício Sede daquele Órgão, em Brasília. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator, encaminha o processo ao Egrégio Conselho de Administração, manifestando-se favoravelmente pela assinatura de um termo de renovação ao Convênio celebrado com o SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, em 12-09-69, já alterado pelos termos de aditamento e de renovação firmados em 25-04-68, 25-08-70, 15-07-71, 28-12-71 e 26-06-72, para prorrogar o prazo de vigência do instrumento principal, até 30-06-73, para construção do Edifício Sede do S.T.M., em Brasília - D.F. (Relatado pelo Senhor Diretor PAULO JANOT BORGES). 13º) - - Relatado pelo Senhor Diretor PAULO JANOT BORGES: Processo nº 29.281/72, Convite nº 071/72-CPL. para execução, sob o regime de empreitada global, mediante aplicação de preços unitários, de meios-fios e calçadas, na área da DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS da F.N.D.F., em Brasília - DF. DECISÃO: "A Diretoria face à exposição do Relator, encaminha o processo ao egrégio Conselho de Administração, opinando: 1) - pela homologação do ato do Senhor Superintendente que autorizou "ad referendum" dos Órgãos Colegiados, a dispensa de licitação na modalidade de Tomada de Preços e autorizou a realização de Convite; 2) - pela homologação do Convite nº 071/72-CPL e contratação da firma CONSTRUTORA MANSU LIMITADA para execução, sob o regime de empreitada global, mediante aplicação de preços unitários, de meios-fios e passeios, na área da DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS DA FNDF, em Brasília, DF., pelo acréscimo em percentagem única e global proposto de 9,0%(nove vírgula zero por cento), sobre os preços base do D.V.O., constantes da Tabela de Preços de 30-06-72, atribuindo-se ao contrato o valor de Cr$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) - com uma variação de 20%(vinte por cento)para mais ou para menos e prazo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da expedição da "ordem de Serviço". 14º) - Processo nº 37.028/72 , Termo de Aditamento ao Convênio celebrado em 04-11-65, entre o SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR e a NOVACAP, já alterado pelos termos de aditamento firmados em 25-11-65, 30-06-66, 06-09 - 66, 03-03-67, 25-04-68, 25-08-70 e 12-08-71, regulando a administração pela Companhia, das obras de construção de edifícios residenciais, em Brasília - D.F. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator, encaminha o processo ao Egrégio Conselho de Administração, manifestando-se favoravelmente pela assinatura de um termo de aditamento ao Convênio celebrado com o SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, em 04-11-65, já alterado pelos termos de aditamento firmados em 25-11-65, 30-06-66 , 06-09-66, 03-03-67, 25-04-68, 25-08-70 e 12-08-71, para prorrogar seu prazo de vigência até 30-06-73 e suplementar seu valor em Cr$ 1.218.400,00(hum milhão, duzentos e oito mil e quatrocentos cruzeiros) passando o valor do instrumento principal a ser de Cr$ 19.357.580,00 (dezenove milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e oitenta cruzeiros)". 15º) - Processo nº 37.105/72, Termo de aditamento ao Convênio firmado entre a NOVACAP e o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL , em 11.11.69, modificado pelos aditamentos de 21-12-70, 12-11-71 e 04-9-72, para a construção do Anexo do Edifício Sede do referido Tribunal . DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator, encaminha o processo ao egrégio Conselho de Administração, opinando pela assinatura de um termo de aditamento ao Convênio firmado em 11-11-69, entre esta Companhia e o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, visando referido termo prorrogar o prazo de vigência por mais 1 (um) ano". 16º) - Processo nº 36.793/72, ATLAS - ESTRUTURAS E MONTAGENS LTDA. solicita pagamento de serviços extras executados na obra do MONUMENTO À BANDEIRA NACIONAL, em Brasília, DF. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator, face a urgência dos serviços e tendo em vista que os referidos serviços extras foram autorizados pela fiscalização da obra, considerando que a firma se achava instalada no canteiro da obra com pessoal, material e equipamentos especializados, encaminha o processo ao egrégio Conselho de Administração opinando pela autorização para pagamento direto à firma ATLAS - ESTRUTURAS E MONTAGENS LTDA., da fatura nº 202, no valor de Cr$ 43.055,50(quarenta e três mil, cinquenta e cinco cruzeiros e cinquenta centavos), relativa a serviços extras realizados no MONUMENTO À BANDEIRA NACIONAL". 17º) - Processo nº 36.505/72, Aditamento ao convênio firmado em 09-09-71, com o MINISTÉRIO DA FAZENDA, regulando a administração das obras de reconstrução do edifício sede daquele órgão, nesta capital. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator, encaminha o processo ao Egrégio Conselho de Administração, manifestando-se favoravelmente pela assinatura de um termo de aditamento ao convênio firmado em 09.09.71, entre esta Companhia e o MINISTÉRIO DA FAZENDA, para prorrogar seu prazo de vigência até 31 de março de 1973". 18º) - Processo nº 37.107/72, Termo de aditamento ao convênio celebrado em 02-09-71, entre o T.J.D.F. e a - NOVACAP, regulando a administração pela Companhia do acabamento do prédio anexo ao edifício sede daquele Tribunal, em Brasília - DF. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator , encaminha o processo ao Egrégio Conselho de Administração , manifestando-se favoravelmente pela assinatura de um termo de aditamento ao convênio celebrado com o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL, em 02-09-71, visando suplementar seu valor em mais Cr$ 2.615.665,37(dois milhões, seiscentos e quinze mil, seiscentos e sessenta e cinco cruzeiros e trinta e sete centavos) e prorrogar seu prazo de vigência até 30-06 73, para conclusão do prédio anexo ao edifício sede daquele Tribunal, nesta capital". 19º) - Processo nº 37.106/72,Termo de aditamento ao Convênio firmado em 28-11-63, já modificado pelos termos de aditamento e de renovação assinados em 21-8-67, 03-12-68, 23-12-69, 19-6-70, 19-10-70, 23-12-70,24-6-71 e 15-3-72 para execução pela NOVACAP, de obras complementares no edifício sede do TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, em Brasília, DF. DECISÃO: " A Diretoria com o voto do Relator , encaminha o processo ao egrégio Conselho de Administração , opinando pela assinatura de um termo de aditamento ao Convênio firmado em 28 de novembro de 1963, entre esta Companhia e o TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, para execução de obras complementares no edifício sede do referido TRIBUNAL, visando prorrogar o prazo de vigência do Convênio até 30 de junho de 1973". 20º) - Processo nº 31.998/72, CONVITE Nº 083/72 - CPL - para execução de redes de captação de águas pluviais , na área da Divisão de Serviços Gerais da Fundação Educacional, no S.I.A. DECISÃO: " A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com a decisão proferida pelo Egrégio Conselho de Administração em sua 728a. Sessão, de 25-10-72, homologa o Convite nº 083/72-CPL e autoriza a contratação da firma MASCARENHAS BARBOSA - ROSCOE S.A. - ENGENHARIA E COMÉRCIO, para execução de redes de captação de águas pluviais, na área da Divisão de Serviços Gerais da Fundação Educacional, no S.I.A pelo acréscimo proposto de 6,9% sobre os preços da Tabela de Preços Unitários do DVO, para serviços de águas pluviais, de 30.07.72, devendo ser atribuído ao contrato a ser firmado o valor de Cr$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil cruzeiros), variável em 10% (dez por cento) para mais ou para menos e prazo de 60 dias, contado da data de expedição da "ordem de serviço". 21º) - Processo nº 36.504/72, Aditamento ao Convênio firmado em 25.02.72, com a UNIÃO FEDERAL, para elaboração do projeto de decoração do andar nobre do Palácio, em - Brasília - D.F. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator, encaminha o processo ao Egrégio Conselho de Administração, manifestando-se favoravelmente pela elaboração de um termo de aditamento ao convênio celebrado em 25.02.72, entre esta Companhia e a UNIÃO FEDERAL, para suplementar seu valor em mais Cr$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros)". 22º) - Processo - nº 37.027/72, Termo de Aditamento ao convênio celebrado em 26-07-68, entre o DISTRITO FEDERAL e a NOVACAP, já alterado pelos termos de aditamento firmados em 11-12-68 - 28-03-69 - 14-05-69 - 29-12-69 - 08-05-70 - 23-12-70 e 29-06-71, regulando a administração pela Companhia, das obras de construção de 01 unidade de ensino de 1º grau para a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator, encaminha o processo ao Egrégio Conselho de Administração, manifestando-se favoravelmente pela assinatura de um - termo de aditamento ao convênio celebrado com o DISTRITO FEDERAL, em 26-07-68, já alterado pelos termos de aditamento - firmados em 11-12-68, 28-03-69, 14-05-69, 29-12-69-08-05-70, 23-12-70 e 29-06-71, visando prorrogar seu prazo de vigência por 06 (seis)meses a partir da sua publicação no "Distrito - Federal" e dar nova redação à Cláusula Primeira do Termo de Aditamento firmado em 29-06-71, para construção de 01 unidade de ensino de 1º grau, em Planaltina - D.F." 23º) - Processo nº 37.108/72, Termo de Aditamento ao Convênio celebrado - em 25.08.71, entre a CÂMARA DOS DEPUTADOS e a NOVACAP, regulando a administração pela Companhia, das obras de construção de um prédio anexo ao edifício sede daquela Casa Legislativa, nesta capital. DECISÃO: " A Diretoria com o voto do Relator, encaminha o processo ao Egrégio Conselho de Administração, manifestando-se favoravelmente pela assinatura de um termo de aditamento ao Convênio celebrado com a CÂMARA DOS DEPUTADOS, em 25-08-71, visando prorrogar o prazo de vigência do instrumento principal por 06(seis) meses a partri da publicação do presente instrumento aditivo no Diário Oficial da União, para construção de um prédio anexo ao Edifício Sede da CÂMARA DOS DEPUTADOS, em Brasília - D.F.". 24º) - Processo nº 28.659/72, CONVITE Nº 081/72-CPL para execução de alambrado e cerca de arame farpado, na área do Clube Social do Guará, em Brasília, Distrito Federal. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator, homologa o Convite nº 081/72-CPL e autoriza a contratação com a firma CASUL REFLORESTAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA., para a execução, sob o regime de empreitada por preço global, de alambrado e cerca de arame farpado - na área do Clube Social do Guará - Distrito Federal, pelo - preço global proposto de Cr$ 25.239,70(vinte e cinco mil, duzentos e vinte e nove cruzeiros e setenta centavos) e prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data da expedição - da ordem de Serviço". 25º) - Processo nº 35.753/72, Reajustamento de Edificações - Solicita aprovação do presente para os serviços de concretagem, com fornecimento de materiais , destinados a obra do INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL. DECISÃO : " A Diretoria com o voto do Relator, considerando que a firma é a única especializada no ramo em Brasília e ainda a urgência requerida para a execução da obra, encaminha o processo ao Egrégio Conselho de Administração, solicitando dispensa de licitação e aprovação da proposta da firma CONCRE TEC SERVIÇOS E ENGENHARIA DE CONCRETO LTDA., para execução, com fornecimento de materiais, de aproximadamente 530 m3 de concreto usinado 210/Kgf/cm2 para a obra do INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL, pelo preço unitário de Cr$ 141,90 p/m3, dando-se - ao contrato o valor global estimado de Cr$75.207,00(setenta e cinco mil, duzentos e sete cruzeiros), com uma variação de até 25% sobre o valor do contrato, para atender possíveis alterações na medição final e prazo de 04 meses contados a partir da data da ordem de serviço, ficando a proposta como parte integrante do contrato". 26º) - Processo nº 21.162/72, INDÚSTRIAS VILLARES S/A - apresenta proposta para fornecimento e instalação de 03 elevadores elétricos, automáticos, destinados aos blocos "G" e "J" da ESCOLA NACIONAL DE INFORMAÇÕES do SNI. DECISÃO: "A Diretoria face à exposição do Relator , tendo em vista a urgência para conclusão da obra e o fato da existência de poucas firmas especializadas no ramo, opina seja o assunto submetido ao egrégio Conselho de Administração, solicitando dispensa de Tomada de Preços e autorização para realização de licitação na modalidade de "Convite" para re-

simento e instalação de 03 elevadores para passageiros, elétricos, automáticos, destinados aos blocos "G" e "J" da Rede Nacional de Informações do SNI". 27º) - Processo nº..... 36.747/72, Aprovação de proposta, mediante dispensa de licitação, para fornecimento e instalação de equipamento de ar condicionado no Refeitório situado no 6º andar do Edifício - Sede do MINISTÉRIO DA FAZENDA, em Brasília, Distrito Federal. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator e tendo em vista o que consta do processo e a exiguidade do prazo para conclusão da obra, opina pelo encaminhamento do processo ao Egrégio Conselho de Administração, nos termos dos artigos 22, alínea "g" e 25 dos Estatutos Sociais da Companhia, solicitando a dispensa de licitação e aprovação da proposta da firma SOCIEDADE DE REFRIGERAÇÃO AURRA LTDA., para fornecimento e instalação de equipamento de ar condicionado no Refeitório situado no 6º andar do Edifício Sede do MINISTÉRIO DA FAZENDA, em Brasília, Distrito Federal, pelo valor global de Cr$ Cr$ 78.158,00(setenta e oito mil, cento e cinquenta e oito - cruzeiros) e prazo de 30 (trinta) dias contado a partir da data de aprovação pela NOVACAP dos desenhos de execução".28º Processo nº 37.026/72, Termo de Renovação ao Convênio celebrado em 12.09.69, entre o DISTRITO FEDERAL e a NOVACAP, já alterado pelos termos de aditamento firmados em 11.09.70, - 23.11.71 e 29.12.71, regulando a administração pela Companhia de diversas obras para a SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, em Brasília - D.F. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator, encaminha o processo ao Egrégio Conselho de Administração, manifestando-se favoravelmente pela assinatura de um termo de renovação ao Convênio celebrado em 12.09.69, entre o Distrito Federal e a NOVACAP, já alterado pelos termos de aditamento e de renovação firmados em 11.09.70, 23.11.71 e 29.12.71, para prorrogar seu prazo de vigência por mais 18 (deoito) meses, a partir da publicação do presente instrumento de renovação no "Distrito Federal". 29º) - Processo nº 37.221/72, Departamento de Edificações - solicita aprovação de proposta para os serviços de concretagem, com fornecimento de materiais para o piso da GARAGEM DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator, considerando ser a firma a única especializada em Brasília e ainda a urgência requerida para execução da obra, encaminha o processo ao Egrégio Conselho de Administração, solicitando dispensa de licitação e aprovação da proposta da firma CONCRETEX - SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE CONCRETO LTDA., para execução, com fornecimento de materiais, de aproximadamente 1.100 m3 de concreto 28-200/Kg/cm2, ao preço de Cr$ 140,80/m3, totalizando Cr$ 154.880,00(cento e cinquenta e quatro mil, oitocentos e oitenta cruzeiros), devendo o valor do contrato - conter uma variação de até 20% (vinte por cento), para atender a possíveis alterações na medição final, ficando estipulada a data de 1º de fevereiro de 1973 para conclusão dos - serviços, devendo ficar como parte integrante do contrato a proposta da firma". 30º) - Processo nº 33.410/72, CONVITE nº 1114/72-GPL para aquisição de vidros laminex ou similar colocados na obra do Anexo do I.N.P.I. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o relatório da CPL e a decisão proferida pelo Conselho de Administração, em sua 730a. sessão, homologa o Convite nº 1114/72 e autoriza a contratação com a firma VITRAL - VIDROS PLANOS LTDA., que apresentou proposta mais vantajosa para a Companhia, do fornecimento e colocação de vidros Laminex ou similar, na obra do Anexo do I.N.P.I., ao preço de Cr$ 109,00 (cento e nove cruzeiros)por metro quadrado, atribuindo-se para efeito de contrato, o valor total de Cr$ 65.400,00(sessenta e cinco mil e quatrocentos cruzeiros), correspondente a 600 m2. de vidro, quantidade que poderá ser retificada quando for executada a medição-final". 31º) - Processo nº 35.688/72, CEMARCO LTDA - solicita justificativa para o atraso de 62 dias, verificado na entrega dos serviços de instalação de equipamento de ar condicionado no PALÁCIO DO ITAMARATI - N.B.E. em Brasília - D.F., objeto do Contrato nº 188/71 e seu termo de renovação nº.... 065/72. DECISÃO: " A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com as informações da fiscalização do D.E., aceita as razões apresentadas e considera justificado o atraso de 62 - (sessenta e dois) dias verificado na conclusão dos serviços-objeto do Contrato nº 183/71 e termo de renovação nº 065/72, assinados com a firma CEMARCO LTDA." 32º) - Processo nº..... 36.746/72, Departamento de Edificações - solicita aprovação da proposta para fornecimento e instalação de equipamento de cozinha do Refeitório situado no 6º andar do Edifício Sede - do MINISTÉRIO DA FAZENDA, em Brasília - D.F. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator, tendo em vista as informações constantes do processo e dada a urgência requerida, encaminha-o ao Egrégio Conselho de Administração, nos termos dos artigos 22, alínea "g" e 25 dos Estatutos Sociais da Companhia, manifestando-se favoravelmente pela dispensa de licitação e aprovação da proposta da firma HERA - INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS S/A., para fornecimento e instalação de equipamentos da cozinha do Restaurante situado nº 6º andar do Edifício Sede do MINISTÉRIO DA FAZENDA, em Brasília Distrito Federal, pelo valor proposto de Cr$ 52.839,00(cinquenta e dois - mil, oitocentos e trinta e nove cruzeiros) e prazo de 30 - (trinta) dias contado a partir da assinatura do contrato". - 33º) - Processo nº 36.338/72, Aprovação de proposta, mediante dispensa de licitação para execução de "brise-soleil", para o edifício sede do MINISTÉRIO DA FAZENDA, em Brasília,Distrito Federal. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator , opina pelo encaminhamento do processo ao egrégio Conselho de Administração, nos termos dos artigos 22, alínea "g" e 25 - dos Estatutos Sociais da Companhia, solicitando dispensa de licitação e aprovação da proposta da firma IRMÃOS GRAVIA - LTDA., para execução de aproximadamente 650 m2 de um tipo especial de "brise-soleil", idealizado pela proponente, para o edifício sede do MINISTÉRIO DA FAZENDA, em Brasília, Distrito Federal, pelo valor global de Cr$ 84.870,50 (oitenta e quatro mil, oitocentos e setenta cruzeiros e cinquenta centavos), sendo que a entrega não deverá ultrapassar a data de 31/12/72". 34º) - Processo nº 35.438/72, Dispensa de Tomada de Preços e autorização para realização de "Convite" para - conservação de áreas ajardinadas e arborizadas, no Plano Piloto e adjacências, em Brasília, Distrito Federal. DECISÃO : " A Diretoria com o voto do Relator, opina pelo encaminhamento do processo ao egrégio Conselho de Administração, solicitando dispensa de licitação na modalidade de Tomada de Preços e autorização para realização de "Convite" às firmas relacionadas às fls. 13, para execução dos serviços de conservação de áreas ajardinadas e arborizadas, no Plano Piloto e adjacências, em Brasília, D.F.". Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão, da qual, para constar, eu, ANILSON DE FARIA, Secretário, lavrei a presente - ata que, lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada - pelos Senhores Diretores presentes.

DELFIM PEREIRA DE ALMEIDA

PAULO JANOT BORGES

PAULO BARCY PALMAS

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB

ATA DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB.

Aos oito dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e dois, na sala de reuniões, na sede da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB, realizou-se a 160a. sessão do Conselho de Administração, sob a Presidência do Engenheiro LÚCIO GOMIDE LOURES e com a presença dos Senhores Conselheiros HUGO MARTINS BORGES, FRANCISCO DE ASSIS CASTRO, WILSON FERNANDES VELOSO e CORNÉLIO PIMENTA DA ROCHA. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, foram discutidos assuntos administrativos de interesse da Companhia. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão, da qual, para constar, eu, MARIA DE LOURDES ALMEIDA CAMPOS, Secretária, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelos Senhores Conselheiros presentes.

LÚCIO GOMIDE LOURES
HUGO MARTINS BORGES
FRANCISCO DE ASSIS CASTRO
WILSON FERNANDES VELOSO
CORNÉLIO PIMENTA DA ROCHA

ATA DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB.

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e dois, na sala de reuniões, na sede da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASILIA - CAESB, realizou-se a 162a. sessão do Conselho de Administração, sob a Presidência do Engenheiro LÚCIO GOMIDE LOURES e com a presença dos Senhores Conselheiros HUGO MARTINS BORGES, FRANCISCO DE ASSIS CASTRO, WILSON FERNANDES VELOSO e CORNÉLIO PIMENTA DA ROCHA. Lida e aprovada a ata da sessão foram examinados e distribuídos os processos n°s 6.570 e 6.613/72 aos Senhores Conselheiros Francisco de Assis Castro e Wilson Fernandes Veloso, respectivamente, para relatar. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, da qual, para constar, eu, MARIA DE LOURDES ALMEIDA CAMPOS, Secretária, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelos Senhores Conselheiros presentes.

LÚCIO GOMIDE LOURES
HUGO MARTINS BORGES
FRANCISCO DE ASSIS CASTRO
WILSON FERNANDES VELOSO
CORNÉLIO PIMENTA DA ROCHA

ATA DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB.

Aos seis dias do mês de dezembro de mil novecentos e setenta e dois, na sala de reuniões, na sede da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB, realizou-se a 163a. sessão do Conselho de Administração, sob a Presidência do Engenheiro Lúcio Gomide Loures e com a presença dos senhores Conselheiros Hugo Martins Borges, Francisco de Assis Castro, Wilson Fernandes Veloso e Cornélio Pimenta da Rocha. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, foram examinados os seguintes processos em pauta: 1o.) - Processo no. 6570/72 - Rescisão de contrato de locação do prédio ocupado pelo 4o. Distrito da CAESB, na cidade satélite de Planaltina. DECISÃO: "O Conselho, de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a rescisão do contrato de locação da sobreloja do prédio nº 729, da rua João Quirino, firmado com CECÍLIO ALVES DE MORAIS, e pelo aluguel do imóvel no. 876, localizado à mesma rua, na cidade-satélite de Planaltina, Distrito Federal, ao preço de Cr$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) mensais reajustáveis anualmente na base de 20% (vinte por cento), mediante contrato por um período de 03 (três) anos, ficando os impostos do imóvel sob inteira responsabilidade da locadora, Da. JOSELITA NUNES DA SILVA". 2o.) - Processo no. 6613/72- Reavaliação do Ativo Imobilizado da Empresa, bem como depreciações dos bens da CAESB, no decurso dos anos de 1969 a 1971. DECISÃO: "O Conselho, com o voto do Relator e tendo em vista o que consta do processo, aprova a correção de valores apresentada pela Divisão de Contabilidade da CAESB, que produziu os seguintes resultados: -Correção Monetária do Ativo Imobilizado de 1969 a 1971 - Cr$.60.279.339,10; -Depreciação do Ativo Imobilizado de 1969 a 1971 - Cr$.9.595.547,11". Em seguida o Conselheiro Hugo Marins Borges justificou a sua ausência nas próximas reuniões do Conselho, por motivo de viagem em gozo de férias. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, da qual, para constar, eu, Maria de Lourdes Almeida Campos, Secretária, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelos Senhores Conselheiros presentes.

LÚCIO GOMIDE LOURES
HUGO MARTINS BORGES
WILSON FERNANDES VELOSO ,
FRANCISCO DE ASSIS CASTRO
CORNÉLIO PIMENTA DA ROCHA

ATA DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB.

Aos treze dias do mês de dezembro de mil novecentos e setenta e dois, na sala de reuniões, na sede da Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB, realizou-se a 164a. sessão do Conselho de Administração, sob a Presidência do Engenheiro Lúcio Gomide Loures e com a presença dos Senhores Conselheiros Wilson Fernandes Veloso, Francisco de Assis Castro e Cornélio Pimenta da Rocha, bem como do Senhor Diretor Ernesto Chalréo Corréa. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, foram discutidos assuntos relativos ao andamento da obra da barragem do Rio Descoberto e do aditivo contratual a ser assinado pela empreiteira, Companhia Serviços de Engenharia - SERVIENGE. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, da qual, para constar, eu, Maria de Lourdes Almeida Campos, Secretária, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelos Senhores Conselheiros presentes.

LUCIO GOMIDE LOURES
WILSON FERNANDES VELOSO
FRANCISCO DE ASSIS CASTRO
CORNÉLIO PIMENTA DA ROCHA
ERNESTO CHALRÉO CORRÉA

ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DA DIRETORIA DA COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB.

Aos vinte e um dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e dois, na sala de reuniões, na sede da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB, realizou-se a 125a sessão da Diretoria, sob a Presidência do Engenheiro LUCIO GOMIDE LOURES e com a presença do Senhor Diretor ERNESTO CHALRÉO CORREA. Ltda e aprovada a ata da sessão anterior foram apreciados os seguintes processos em pauta: --1o.) - Processo no. 6260/72 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 3o Distrito, relativa ao mês de outubro de 1972, correspondente aos pagamentos efetuados através do Fundo Rotativo. DECISÃO: "A DIRETORIA, com o voto do Relator e de acordo com a informação de fls. 17, da Divisão de Contabilidade, aprova a Prestação de Contas apresentada pelo 3o Distrito da CAESB, relativa ao mês de outubro de 1972, constante do processo no. 6260/72, determinando ao órgão competente que forneça aos responsáveis o documento de quitação respectivo." - 2o.) - Processo no. 6325/72- Ligações domiciliares de água potável no GUARÁ II. DECISÃO: "A DIRETORIA, com o voto do Relator e tendo em vista o que consta do processo, autoriza, com base no Capítulo II, item 10, alínea b, inciso VI, das "Normas para Licitações na CAESB", dispensa de licitação e consequente contratação com a firma COCISAN AGRO-COMERCIAL CONSTRUÇÃO CIVIL E SANITÁRIA LTDA. dos serviços de ligações domiciliares no Guará II, nas mesmas condições do Contrato no. 583, mas com os preços reduzidos em 10% (dez por cento), sendo Cr$ 400.000,00 (quatrocentos mil

DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

cruzeiros) o valor do contrato e 70 (setenta) dias o prazo de execução, a contar da data de emissão da Ordem de Serviço. "- 3o) - Processo no. 6503/72 -Fornecimento de assentamento de esquadrias metálicas na Residência-Oficial da Superintendência da CAESB. DECISÃO: "A DIRETORIA, com o voto do Relator e considerando o parecer da Comissão de Licitações às fls. 5 e 6 do processo no. 6503/72, autoriza, com base no inciso II, alínea b item 10, Capítulo II, das "Normas para Licitações na CAESB", a dispensa da licitação e consequente adjudicação dos serviços de fornecimento e assentamento de esquadrias metálicas na Residência-Oficial da Superintendência na CAESB a SERRALHERIA UM LEÃO, pelo valor global de Cr$. 44.481,80 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e um cruzeiros e oitenta centavos) , ficando estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de assinatura do contrato, para a conclusão dos serviços". Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, da qual para constar, eu, MARIA DE LOURDES ALMEIDA CAMPOS, Secretária, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelos Senhores Diretores presentes.

LUCIO GOMIDE LOURES

ERNESTO CHALRÉO CORREA

ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DA DIRETORIA DA COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB.

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e dois, na sala de reuniões, na sede da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB, realizou-se a 126a. sessão da Diretoria, sob a Presidência do Engenheiro LÚCIO GOMIDE LOURES e com a presença do Senhor Diretor ERNESTO CHALRÉO CORRÊA. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, foram apreciados os seguintes processos em pauta: 1o.) - Processo no. 6427/72 - O Serviço do Material solicita dispensa de licitação para aquisição de combustível à PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S/A. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e tendo em vista o que consta do processo, autoriza, com base no item 10, alínea "b", inciso IV, das "Normas para Licitações na CAESB", a dispensa de licitação e consequente emissão de Nota de Empenho no valor de Cr$75.000,00 (setenta e cinco mil cruzeiros), a favor da PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S/A, para fornecimento de combustível, devendo a entrega ser efetuada e paga parceladamente." 2o.) - Processo no. 6613/72 - A Divisão de Contabilidade apresenta os cálculos da correção monetária do Ativo Imobilizado, bem como os cálculos das depreciações dos bens da Companhia, no período de 1969 a 1971. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e tendo em vista o que consta do processo, opina pela aprovação da correção de valores, apresentada pela Divisão de Contabilidade da CAESB, ouvido o Egrégio Conselho de Administração, de conformidade com os seguintes resultados: Correção Monetária do Ativo Imobilizado de 1969 a 1971 - Cr$60.279.339,10; Depreciação do Ativo Imobilizado de 1969 a 1971 - Cr$9.595.547,11." 3o.) - Processo no. 6570/72 - O 4o. Distrito da CAESB solicita a rescisão, em comum acordo, do contrato de locação da sobreloja do prédio 729, localizado à rua João Quirino, na cidade satélite de Planaltina. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e considerando as razões apresentadas pela Chefia do 4o. Distrito da CAESB, opina, ouvido o Egrégio Conselho de Administração, pela rescisão do contrato de locação da sobreloja do prédio no. 729, da rua João Quirino, firmado com CECÍLIO ALVES DE MORAIS, e pelo aluguel do imóvel no. 876, localizado à mesma rua, na cidade satélite de Planaltina, Distrito Federal, ao preço de Cr$500,00 (quinhentos cruzeiros) mensais, reajustáveis anualmente na base de 20% (vinte por cento), mediante contrato por um período de 03 (três) anos, ficando os impostos do imóvel sob inteira responsabilidade da locadora, Da. JOSELITA NUNES DA SILVA." 4o.) Processo no. 6065/72 - O Serviço do Material propõe aplicação de multa à firma LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE SÃO PAULO. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e considerando que no Convite nada ficou estabelecido com relação à cobrança de multa por atraso no fornecimento do material solicitado, DECIDE, com base no Capítulo IV, item 20, das "Normas para Licitações na CAESB", relevar à firma LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE SÃO PAULO a multa decorrente do atraso na entrega de parte do material constante da Nota de Empenho no. 614/72." 5o.) -Processo no. 6239/72- O Serviço do Material propõe aplicação de multa à firma LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE SÃO PAULO. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e considerando que no Convite nada ficou estabelecido com relação à cobrança de multa por atraso no fornecimento do material solicitado, DECIDE, com base no Capítulo IV, item 20, das "Normas para Licitações na CAESB", relevar à firma LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE SÃO PAULO a multa decorrente do atraso na entrega de parte do material constante da Nota de Empenho no. 614/72." Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, da qual, para constar, eu, MARIA DE LOURDES ALMEIDA CAMPOS, Secretária, lavrei a presente ata que, lida e aprovada vai por mim subscrita e assinada pelos Senhores Diretores presentes.

LÚCIO GOMIDE LOURES

ERNESTO CHALRÉO CORRÊA

Procure conhecer o emprêgo da aparelhagem de Incêndio do seu edifício ou estabelecimento. Mantenha-a em perfeito estado de funcionamento. Ela não só lhe possibilitará debelar um incêncio, como permitirá ao SOCORRO DE BOMBEIROS uma ação decisiva e eficaz.

EDITAIS E AVISOS

REGISTRO DE FIRMA INDIVIDUAL

a Firma ou Razão Comercial AQUILINO BORGES
b) Endereço Setor Comercial - Bl. 16 - s/loja 06 - Sobradinho-DF.
c) Gênero de Comércio Laboratório de Próteses dentária
d) Capital: Cr$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros)
e) Forma de integralização do Capital: Em moeda corrente do país, integralizado nesta data.
f) Filiais .
g) Data do início das operações: 05 de dezembro de 1972.
h) Nome civil por extenso do titular e qualificação completa: AQUILINO BORGES, brasileiro, casado, protético, natural de Martinópolis-SP, nascido a 04-janeiro-1939, filho de José Borges e Rita Francisca Borges, residente e domiciliado à SC-Bl. 16 - s/loja 06 - Sobradinho-DF, portador da carteira de Identidade RG 199.473, expedida pelo DFSP - DF, em 03-junho1969.
i) Assinatura da firma comercial por quem de direito

AQUILINO BORGES

Em 14 de novembro de 1972

AQUILINO BORGES
(Assinatura do Titular)

(+) Datilografar o nome abaixo das assinaturas.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A - CENABRA

ASSEMBLÉIA-GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

Ficam convocados, na forma da DECISÃO adotada pela Diretoria Colegiada em sua 37a. sessão, de 19-12-1972, os Senhores Acionistas da Central de Abastecimento de Brasília S/A - CENABRA, para se reunirem em ASSEMBLÉIA-GERAL EXTRAORDINÁRIA, na sede social da Central, sita no SIA - Trechos: 5/15 - Brasília - DF, no dia 05-01-1973, às 9.00 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

1) - ELEIÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE;
2) - ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
3) - ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO FISCAL;
4) - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO.

Brasília, 20 de dezembro de 1972

JOÃO SILVESTRE
Diretor Presidente, em exercício

FEDERAÇÃO DESPORTIVA DE BRASÍLIA

Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 10 de maio de 1972, convocada pelo Boletim Oficial da Federação Desportiva de Brasília de nº 11/72, de 2.5.72, com a seguinte ordem do dia: a) Leitura das atas das sessões anteriores; b) Revisão da Reforma Estatutária, e c) Assuntos Gerais. A sessão foi aberta às 20.55 hs. em segunda convocação pelo Sr. Presidente Dr. Wilson Antonio de Andrade e com as presenças dos clubes filiados e em condições de votar e participar das assembléias, a saber: Grêmio E.B.; C.E.U.B.; Jaguar E.C.; A.E.Carioca; Pilote A.C.; e A.A.S.Gráfico, não comparecendo a representação de C.A.Colombo, por estar em condição irregular e com seus direitos suspensos pela entidade. Seguindo a ordem do dia, o sr. Presidente antes de colocar em discussão a revisão da reforma estatutária, que era o ítem "b" da ordem do dia, propôs a Assembléia Geral a transferência das discussões, informando que a Federação encaminhara há cerca de dez dias uma exposição de motivos à C.B.D. propondo a criação de Ligas nas cidades satélites, esclarecendo aos membros da Assembléia, que se aprovadas pela C.B.D. e pelo C.N.D. teriam de ser feitas algumas alterações na reforma estatutária, além das propostas pela Assessoria Jurídica da C.B.D.- Pedindo a palavra, pela ordem, o representante do Grêmio E.B. propõe a discussão das emendas propostas pela C.B.D. independente da decisão ainda a ser tomada quanto a criação ou não das ligas nas cidades satélites, tendo o sr. Presidente, mais uma vez, esclarecido a Assembléia Geral, justificando a impropriedade de sua discussão nesta oportunidade, citando alguns exemplos que as alterações estatutárias iriam acarretar se elas fossem discutidas antes do pronunciamento da C.B.D., propondo por isso, que a Assembléia fizesse permanente até que se obtivesse da C.B.D. ou C.N.D. um pronunciamento definitivo sobre a questão, e que, tão logo fosse obtida essa resposta o Presidente se encarregaria de convocar os clubes que se encontravam na mesa dos trabalhos, bem como aqueles que estavam afastados, por vários motivos, já de conhecimento de todos. Colocada a matéria em votação, a mesma foi aprovada por unanimidade, ficando a Assembléia Geral permanente. E nada mais havendo a tratar o sr. Presidente suspendeu os trabalhos às 22 horas e 10 minutos para ter prosseguimento em outra data a ser oportunamente marcada. Às 21.40 hs o sr. Presidente reabriu a sessão da Assembléia Geral Extraordinária interrompida em 10 de maio de 1972, para tratar da Revisão da Reforma Estatutária da Federação Desportiva de Brasília. Por motivos de ordem particulares de 4 (quatro) associações que se encontravam à mesa, o representante da A.E.Carioca propôs a presidência manter a sessão aberta para ter seguimento no dia 30 de novembro de 1972 a partir das 20.30 hs. e que foi aprovada por unanimidade. Reunidos, novamente, no dia 30 de novembro de 1972, os clubes resolveram por unanimidade propor a presidência o adiamento das discussões para o dia 22 de dezembro de 1972, uma vez que por motivos particulares teriam que se ausentar da Assembléia em horários quase que idênticos, tendo a presidência concordado com a proposta e adiado, mais uma vez, o encerramento da Assembléia. Novamente reunidos na data de 22 de dezembro de 1972, os clubes A.E.Carioca, A.A.S.Gráfico, C.E.U.B. e Grêmio E.B. aprovaram as modificações exigidas pelo Parecer nº 78/72, de Protocolo 2.788, de 9 de março de 1972, da Assessoria Jurídica da C.B.D., encaminhado à Federação Desportiva de Brasília pelo ofício nº 2.683, de 17 de março de 1972, pela C.B.D., e que passaram a integrar a Reforma Estatutária da Federação Desportiva de Brasília, doravante denominada Federação Metropolitana de Futebol. E nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente deu por encerrada a sessão às 20.30 hs., e eu, João Ghipsman, Secretário Geral da F.D.B. lavrei a presente ata que vai por mim assinada, pelo Sr. Presidente e demais clubes presentes à sessão em que for apreciada. Brasília, DF, em 22 de dezembro de 1972.

(João Ghipsman)
Secretário-Geral

(Wilson Antonio de Andrade)
Presidente da F.D.B.

PREÇO DESTE EXEMPLAR - Cr$ 0,20